



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**EDINALDO MEDEIROS CARMO**

**DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A**  
**INTERVENÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS**  
**ATINGIDOS POR BARRAGENS**

**Salvador**

**2007**

**EDINALDO MEDEIROS CARMO**

**DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A  
INTERVENÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS  
ATINGIDOS POR BARRAGENS**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Celma Borges Gomes

Salvador

2007

C285d Carmo, Edinaldo Medeiros.

De ribeirinhos a sertanejos do semi-árido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens / Edinaldo Medeiros Carmo. - Salvador, UFBA, 2007.

[14], 136 f.: il.; (color.).

Orientadora: Dr<sup>a</sup>. Celma Borges Gomes.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2007.

Referências: f. 130-135.

1. Educação – Inclusão social. 2. Assentamentos rurais – Aspectos socioeducacionais. 3. Participação

TERMO DE APROVAÇÃO

EDINALDO MEDEIROS CARMO

DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A INTERVENÇÃO  
SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Celma Borges Gomes – Orientadora \_\_\_\_\_

Doutora em Sociologia, Institut des Hautes Études de L'Université de la Sorbonne Nouvelle,  
Paris

Universidade Federal da Bahia

Guimar Inez Germani \_\_\_\_\_

Doutora em Geografia, Universidad de Barcelona

Universidade Federal da Bahia

Roberto Sidnei Macedo \_\_\_\_\_

Doutor em Ciências da Educação, Universidade de Paris Vienne à Saint-Denis

Universidade Federal da Bahia

Salvador, 22 de março de 2007.

Dedico

Aos meus queridos pais Edelício e Dalva,  
razão de minha existência. Todos os dias  
encontro motivos para amá-los ainda mais.

## AGRADECIMENTOS

Registrar, aqui, alguns agradecimentos é correr o risco de esquecer alguém, o que certamente não é proposital; entretanto, todas as pessoas que passaram pela minha vida estão aqui contempladas, pois, direta ou indiretamente influenciaram na apreensão epistemológica da realidade que nesse momento me propus a estudar. A todos, meus sinceros agradecimentos.

Costumo dizer que minha aprovação no mestrado foi um presente de Deus, num momento em que a vida me permitiu sonhar pouco e desejar demais. Creio que o desejo superou, aos olhos de Deus, todos os obstáculos para que eu chegasse até aqui. Obrigado Deus.

Algumas pessoas nos conhecem pelas palavras que escrevemos e resolvem acreditar e sonhar conosco, passam a nos incentivar a ser melhores, nos orientam. A Celma Borges pelas valiosas contribuições no processo de orientação.

Reverendo nossa história, lembramos de pessoas que encontramos noutros contextos e noutros momentos de nossa vida, e que são também responsáveis pelas escolhas que faremos no futuro; elas de certa forma nos emprestam a alma, o coração, os olhos... e passamos a ver o mundo com a beleza e o encanto desses momentos memoráveis. Elenita, minha mestra, nunca esquecerei de você. Lui, minha eterna orientadora, que numa relação dialética fomos construindo um relacionamento de afeto que muito me faz bem. A Marco Barzano, pelo incentivo e confiança. A Ferraro, pelas contribuições intelectuais e pelos desafios. A Sonia Freitas, que sempre acreditou em mim. A todos vocês, meu obrigado e minha estima.

Também no percurso encontrei pessoas com as quais fui me afinando, e fomos compartilhando as dificuldades e as alegrias que perpassavam nossas histórias. Aos meus colegas do mestrado, em especial, Rogéria, obrigado por tudo.

O nosso Criador nos permite encontros com pessoas que passam a fazer parte da nossa vida de maneira muito especial, com elas aprendemos, sonhamos e partilhamos

momentos maravilhosos. A Adriano, meu amigo-irmão que a vida permitiu que nos encontrássemos e compartilhássemos alegrias, desencontros, reencontros, vitórias, conquistas... e em todos esses momentos a vida nos ensinou que o importante é ser feliz.

Nosso envolvimento no processo de construção tende, infelizmente, a nos afastar das pessoas que amamos para estarmos mais próximos das leituras e do objeto de nosso estudo. Essas pessoas são a razão do meu viver, tudo que sou devo a vocês, meu pai e minha mãe, que mesmo sem entender muito, nunca questionaram nem desestimularam minhas buscas. Acho que isso é que é amar, permitir que o outro voe rumo ao desconhecido.

Aos meus irmãos Ane, Lei, Léa, Cláudia e Luga, realmente tínhamos de *pertencer* a mesma família, *identidades* tão diferentes, mas cada um *participa* amando e permitindo que seja amado do seu jeito. Vocês e os seus agregados estão no meu coração.

A todos os meus familiares, pelas orações, pelo afeto e respeito que sempre tiveram por mim.

Aos amigos e amigas que compreenderam minhas ausências e me incentivaram a querer e buscar sempre mais.

A Fernando, pela amizade e pela cumplicidade.

A Alday, Andréia e Francisco, que flexibilizaram seus horários e suprimiram minhas faltas.

Aos professores Guiomar Inez e Roberto Sidnei, por terem aceitado, tão gentilmente, o convite para fazer parte da banca de defesa.

Um agradecimento muito especial aos reassentados do Núcleo Fazenda Nova porque há tempo os trago no coração. Agora, vocês estão presentes também na minha alma.

O que ocorrer com a terra,  
recairá sobre os filhos da terra.  
O homem não teceu a trama da vida;  
ele é meramente um dos seus fios.  
Tudo o que fizer ao tecido fará a si mesmo.

*Chefe Seattle.*



## RESUMO

Esta dissertação, intitulada *De ribeirinhos a sertanejos do semi-árido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens*, é um estudo sobre a trajetória dos reassentados, que tem como objetivos de um lado, analisar a constituição do processo histórico e a formação do Núcleo Fazenda Nova. De outro, compreender as relações estabelecidas entre os moradores e a organização sociocomunitária; e, ainda, avaliar a contribuição que o processo educacional, realizado durante a intervenção institucional, trouxe para a organização sociocomunitária dos reassentados. Trata-se de um trabalho que utilizou em suas análises os referenciais da teoria educacional e da teoria sociológica. A trajetória metodológica, na perspectiva dialética, buscou compreender a realidade em foco, considerando o sujeito como ser social e historicamente construído. Neste sentido, adotou-se a abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, pois as representações, os conflitos, os determinantes históricos, culturais, políticos e sociais não seguem graus de linearidade, mas aparecem inter-relacionados e caracterizados pelas especificidades dos diferentes contextos. Igualmente, foram utilizadas como técnicas de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e o grupo focal. Para complementar as informações, utilizou-se também a análise documental. Os sujeitos do estudo foram 37 pessoas, distribuídas de acordo com a sua representação. A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, que, por meio da identificação dos núcleos de sentido encontrados nos conteúdos das entrevistas, permitiu definir as categorias de análise. Os resultados revelam que a constituição do Núcleo Fazenda Nova deu-se de forma arbitrária, desconsiderando o desejo dos reassentados de não serem transferidos para aquele local. Conseqüentemente, a participação dos reassentados em prol de melhores condições de vida por meio da organização sociocomunitária ainda não foi deflagrada. Com o processo de transferência ocorreu a fragmentação de sua identidade como ribeirinhos, no entanto, o enfrentamento coletivo das dificuldades socioambientais permitiu que a identidade de sertanejos do semi-árido fosse construída. Atualmente, os reassentados sentem-se pertencentes à comunidade, superando o desconhecimento inicial. Porém não possuem sentimento de pertença ao local, o que os coloca na perspectiva de novos desenraizamentos.

**Palavras-chave:** Participação. Identidade. Pertencimento. Organização sociocomunitária.

## ABSTRACT

This essay entitled *From riverains to inlanders of the semi-arid region: the socioeducational intervention in the trajectory of those people affected by dams*, is a study of the trajectory of the people that were resettled and has as goal, on one hand, to analyse the organization of the historical process and the creation of the Nucleo Fazenda Nova (New Farm Nucleus). On the other hand, the goal is to understand the relationships that were established between the dwellers and the sociocommunitarian organization and further to evaluate the contribution that the educational process put into practice during the institutional intervention has brought to the sociocommunitarian organization of the people that were resettled. It is a work that used in its analysis of references the educational theory and the sociological theory. The methodological trajectory is based on dialectic that tries to understand the reality of considering subject as a social being and historically constructed. For such the qualitative approach of the case study type was adopted, since the representations, the conflicts, the historical, cultural, political and social determiners do not follow degrees of linearity, but appear interrelated and characterized by the specificity of the different contexts. Likewise the semi structured interview and the focal group were used as techniques of collecting data. To complete the information the documental analysis was also used. The study subjects were 37 people distributed according to their representation. The data analysis was guided by the contents analysis technique that through the identification of the sense nuclei found in the interviews, allowed to define the categories of analyses. The results reveal that the creation of the Nucleo Fazenda Nova happened arbitrarily, not considering the wish of the people that were resettled not to be transferred to that location. Consequently the participation of the resettled people as to better life conditions through the sociocommunitarian organization has not been set off yet. With the process of transference occurred the breakage of their identity as people living on riverbanks; however, the collective facing of the socioenvironmental difficulties has permitted that the identity of the inlanders of the semi-arid region be built. Presently the people that were resettled consider themselves as pertaining to the community, overcoming the initial ignorance. Nevertheless they do not possess the feeling of pertaining to the location, which puts them into the perspective of new uprooting.

**Key Words:** Participation. Identity. Pertaining. Sociocommunitarian organization.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Costurando rede de pesca	15
Figura 2	Buscando água no reservatório	22
Figura 3	Encontro com o grupo focal	37
Figura 4	Mapa da Região do Paraguaçu	39
Figura 5	Buscando água na cisterna	51
Figura 6	Reassentados do Núcleo Fazenda Nova	59
Figura 7	A espera do carro pipa	81
Figura 8	Equipamentos abandonados	86
Figura 9	O que restou dos equipamentos	86
Figura 10	Sala de aula – pré-escola	92
Figura 11	Sala de aula – segunda série	92
Figura 12	A luta pela água	99
Figura 13	Corde de fumo secando na área externa da casa de farinha desativada	109
Figura 14	Cavando uma cisterna	112
Figura 15	Lote posto a venda	120
Figura 16	Jogo de gude	123
Figura 17	Vista de uma das ruas do Núcleo	147
Figura 18	Crianças brincando no largo principal	147
Figura 19	Alunos no intervalo das aulas	147
Figura 20	Classe de Educação de Jovens e Adultos	148
Figura 21	Utilidade dada às tubulações abandonadas no Núcleo	148
Figura 22	Primeiros encontros com a comunidade – explicando a metodologia de trabalho	148
Figura 23	Vista interna da Unidade de Saúde abandonada	149
Figura 24	Vista externa da Unidade de Saúde recuperada	149
Figura 25	Encontro com a comunidade	149

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1	População por faixa etária	40
Quadro 2	População representada por escolaridade	40
Quadro 3	Representação dos grupos do estudo	42
Quadro 4	Informantes-chave – a representação na época do reassentamento e a representação atual	42
Quadro 5	Lideranças locais	43
Quadro 6	Moradores do Núcleo	43
Quadro 7	Participantes dos grupos focais	43

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BA	Bahia
BR	Brasil
Ca	Cálcio
CAR	Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional
Ceped	Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Bahia
CNEC	Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores
CMB	Comissão Mundial de Barragens
Conder	Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Desenvale	Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu
Eletróbrás	Centrais Elétricas Brasileiras S. A.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
Fetag	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia
Funrural	Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural
GAMBA	Grupo Ambientalista da Bahia
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEE	Instituto de Eletrotécnica e Energia
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
K	Potássio
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
Mg	Magnésio
MOC	Movimento de Ação Comunitária
ONG	Organização Não-Governamental
P	Fósforo
PR	Paraná
PIB	Produto Interno Bruto
RD	Resoluções de Diretoria
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

Seplan	Secretária de Planejamento
Sudene	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
UHE	Usinas Hidrelétricas
USP	Universidade de São Paulo
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>22</b>
2.1	CAMINHO TEÓRICO	23
2.1.1	Educação como prática social	23
2.1.2	Participação, Identidade e Pertencimento	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>37</b>
3.1	TRAJETÓRIA METODOLÓGICA	38
3.1.1	Tipo de estudo	38
3.1.2	Campo empírico do estudo	39
3.1.3	Sujeitos do estudo	41
3.1.4	Coleta de dados e a exploração do campo de pesquisa	44
3.1.5	Análise dos dados	47
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS</b>	<b>51</b>
4.1	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS	52
4.1.1	Contexto histórico	52
4.1.2	O processo de organização	57
4.2	RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO NÚCLEO FAZENDA NOVA	60
4.2.1	Primeiras palavras	60
4.2.2	A desapropriação	67
4.2.3	O reassentamento	72
4.2.4	O Núcleo Fazenda Nova	75
4.3	PARTICIPAÇÃO: A DIFÍCIL TAREFA DE AGIR COLETIVAMENTE	82
4.4	IDENTIDADE: DE RIBEIRINHOS A (RE) CONSTRUÇÃO COMO SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO	100
4.5	DESENRAIZAR E PERTENCER: PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA UMA REFLEXÃO	113

<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>123</b>
5.1	IDENTIFICAR E PERTENCER PARA PARTICIPAR	124
	REFERÊNCIAS	129
	APÊNDICES	136
	APÊNDICE A	137
	APÊNDICE B	139
	APÊNDICE C	142
	APÊNDICE D	145
	ANEXOS	146
	ANEXO A	147
	ANEXO B	150



# 1 INTRODUÇÃO



Figura 1: Costurando rede de pesca.

Debulhar o trigo, recolher cada bago do trigo  
Forjar no trigo o milagre do pão  
E se fartar de pão  
Decepar a cana, recolher a garapa da cana  
Roubar da cana a doçura do mel, se lambuzar de mel  
Afagar a terra, conhecer os desejos da terra  
Cio da terra, a propícia estação  
E fecundar o chão.

*Chico Buarque e Milton Nascimento, 1977.*

## 1 INTRODUÇÃO

O estudo que realizamos teve como cenário o Núcleo Fazenda Nova, um dos quinze criados para abrigar as famílias que tiveram suas terras ocupadas com a formação do lago decorrente da construção da Barragem Pedra do Cavalo, Recôncavo Baiano, no período de 1979 a 1985. Quando foram reassentados, junto com a casa e alguns hectares, os moradores receberam promessas de irrigação, com assistência especializada, direito à concessão de uso das águas remanescentes do lago, projeto de piscicultura, implantação e execução de programa com vistas à organização socioeconômica para a melhoria do padrão de vida das famílias. No entanto, os anos foram passando e as promessas foram esquecidas, assim como as pessoas ali reassentadas.

Ao longo desses anos, a comunidade foi criando a sua própria dinâmica de sobrevivência; dos cajueiros aproveitam a castanha que, depois de torrada, é vendida às margens da BR; do rio Paraguaçu, retiram peixe para subsistência e também, numa escala maior, camarão que é vendido para outros mercados.

A nossa inserção no contexto do Núcleo se deu através de uma atividade de extensão da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) em parceria com o Conselho Comunidade Solidária, o *Programa Alfabetização Solidária*<sup>1</sup>, que na condição de coordenador desse programa no município, pudemos conhecer o Núcleo e depois implantar uma turma de Alfabetização de Jovens e Adultos que atuou no local durante três anos consecutivos. O acompanhamento dessas atividades gerou uma forte identificação com aquelas pessoas, o que nos fez querer realizar uma intervenção socioeducacional no Núcleo.

No ano de 2002, enquanto estudante do *Curso de Especialização Educação Ambiental para a Sustentabilidade*, realizamos através de uma proposta de intervenção educacional em Educação Ambiental um trabalho com o Núcleo Fazenda Nova, no qual queríamos contribuir para o desenvolvimento de metodologias participativas para a elaboração e implementação das *Agendas 21 Locais* (CARMO, 2005). Nesta intervenção, pretendíamos, ainda, estimular a participação da comunidade na luta pela melhoria da qualidade de vida, contribuindo na formação de valores e atitudes, frente às questões

---

<sup>1</sup> O *Programa Alfabetização Solidária* é um Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos, gerenciado por uma organização não-governamental (Associação de Apoio ao Programa Alfabetização Solidária – AAPAS), sem fins lucrativos e de utilidade pública, que tem como objetivo combater o analfabetismo no Brasil.

ambientais dos moradores e possibilitar o fortalecimento do grupo enquanto sujeitos portadores de uma identidade cultural própria.

A proposta do *Curso de Pós-graduação em Educação Ambiental* é que realizássemos uma intervenção educacional num contexto em que tivéssemos uma certa afinidade, por isso escolhemos o Núcleo Fazenda Nova como cenário para tal intervenção e a estratégia foi a elaboração da *Agenda 21 Local*; para tanto, utilizamos como abordagem metodológica a pesquisa-ação para que houvesse significativo envolvimento e participação de todas as pessoas interessadas na concretização da proposta (THIOLLENT, 2000).

Com respaldo nesse enfoque, foi propiciado amplo espaço de *Participação*, possibilitando uma (re) leitura do processo histórico a partir do conhecimento trazido por cada indivíduo, em momentos inter-relacionados de *Sensibilização, Mobilização, Informação e Ação*.

A *sensibilização* perpassou todas as etapas do processo através dos diálogos estabelecidos acerca dos problemas identificados, procurando problematizar a realidade atual e as ações enquanto atividades transformadoras.

Estabelecemos contatos individuais e em grupos para aprofundar as questões levantadas, assim como discutir novas alternativas. Através de encontros sistemáticos ao longo de quatro meses, aconteceu uma *mobilização* com um grupo de aproximadamente trinta participantes, entre jovens e adultos e, particularmente, uma considerável participação das mulheres.

Considerando que parte significativa dos participantes não dominava a leitura e a escrita, procuramos utilizar gravuras, recortes de jornais e de revistas para sistematizar nossas discussões.

Nos encontros posteriores, partimos do diagnóstico inicial e formamos grupos de trabalho voltados para discussão das temáticas: *Saúde; Educação; Cultura, Esporte e Lazer; Infra-Estrutura, Meio Ambiente e Segurança; Economia e Renda / Organização Social*. Os grupos foram formados e os participantes do fórum, democraticamente, escolhiam de qual destes queriam fazer parte. Esses grupos encontravam-se além das reuniões do fórum para discutir os problemas e as possíveis soluções dentro de sua temática, envolvendo, nas reuniões, inclusive, outras pessoas que não podiam estar nos encontros do fórum, garantindo, assim, a representatividade e participação da comunidade como um todo.

Noutro momento, aconteceu a organização das estratégias que garantiriam a continuidade da proposta através da descentralização e incentivo à autogestão do grupo e da

comunidade. A partir do diagnóstico de cada temática, fomos elaborando *ações* e, para cada uma delas, fomos estabelecendo o quê, o como, quando, quem e com quem fazer.

Durante todo o processo, estávamos refletindo acerca desse conceito de desenvolvimento que os faziam querer o posto de saúde recuperado ou o telefone público, por exemplo, sem pensar no bom funcionamento dos mesmos. Com esta perspectiva de desenvolvimento, pudemos evidenciar a importância simbólica que as coisas possuem; muitas vezes o que importa é o estereótipo. No entanto, nesses momentos, procurávamos refletir sobre isso para que decidíssemos pelo melhor.

Assim, através do *diálogo* e do *respeito aos saberes dos envolvidos*, elementos essenciais para execução da proposta, passamos a acreditar na emancipação daqueles sujeitos, buscando alternativas próprias às problemáticas detectadas.

No entanto, ao longo das atividades vivenciadas, fomos percebendo que alguns aspectos dificultam a concretização dessa proposta, até porque a percepção pela comunidade da perspectiva do empoderamento para a emancipação constitui um processo lento, assim como a dependência de infra-estrutura, acesso às instituições, muitas vezes, inviabiliza a concretização de algumas ações, o que nos remete à constatação dos limites da prática educacional em um contexto carente de políticas públicas, infra-estrutura e pouca intencionalidade de transformação. Essas considerações foram decisivas na definição do recorte do objeto de investigação que apresentamos a seguir.

Nessa primeira aproximação, pudemos observar que os moradores do Núcleo Fazenda Nova antes viviam nos municípios de Antônio Cardoso e Santo Estevão, na faixa ribeirinha do Paraguaçu, numa região de chuvas mais frequentes e um solo bastante fértil. Moravam em suas próprias terras, delas tiravam o sustento e ainda usufruíam da água do rio para consumo humano, dos animais e da pesca. Atualmente, moram numa área de poucas chuvas, solos pobres e com baixíssima oferta de água.

Existem significativas diferenças culturais entre as populações ribeirinhas e as sertanejas do semi-árido, o que faz desta realidade do Núcleo um contexto ainda mais complexo. As comunidades ribeirinhas estão adaptadas a um meio abundante de recursos, enquanto que as sertanejas têm sua história marcada pela escassez e por precárias condições de vida. Contudo, ambas, dentro de suas próprias realidades, vão construindo formas bem características que garantem sua sobrevivência. Quando uma destas populações é afastada de seu local de origem, além da “perda” de identidade cultural, precisa encontrar outras formas de driblar as condições impostas pela nova realidade como é o caso do Núcleo Fazenda Nova.

Além das diferenças mencionadas, outro aspecto deve ser considerado, a implantação do Núcleo Fazenda Nova foi institucional, ou seja, é um assentamento artificialmente formado, o que faz com que aquelas pessoas não se vejam pertencentes àquele contexto, podendo dificultar a formação de uma identidade comunitária.

Desta forma, questionávamos até que ponto o processo histórico de fragmentação sociocomunitária e temporal dessas pessoas, somado a essa trama de desilusão, influenciou na descaracterização de valores sociais e culturais dos sujeitos, dificultando, pela fragilidade de sentimento de pertencimento com o local, a organização sociocomunitária característica da dinâmica dos movimentos sociais.

Somam-se a isso as dificuldades da comunidade em trabalhar condições objetivas de luta pela melhoria da qualidade de vida, como, por exemplo, a questão da alfabetização. Em uma comunidade com alto índice de analfabetismo entre adultos, identificamos durante a intervenção anterior no Núcleo a insegurança dos sujeitos comunitários frente aos desafios da expressão oral e escrita nos seus processos de luta e reivindicações.

Tais experiências vividas durante a intervenção educacional realizada no Núcleo Fazenda Nova fez emergir as seguintes questões de investigação:

Como estão sendo internalizados os sentimentos de pertença e identidade dos reassentados com o local e com o grupo de moradores que fazem parte deste Núcleo?

Nas relações de organização sociocomunitária, como tem ocorrido a participação diante das lutas e reivindicações coletivas pela melhoria da qualidade de vida?

De que forma o processo educacional realizado com a intervenção institucional possibilitou aos reassentados a construção de um contexto comunitário politicamente organizado e socialmente sustentável?

Para tanto, traçamos os seguintes objetivos: analisar a constituição do processo histórico e a formação do Núcleo Fazenda Nova; compreender as relações estabelecidas entre os moradores do Núcleo, e como se organizam social e comunitariamente; e avaliar, junto à comunidade, a contribuição que o processo educacional, realizado durante a intervenção institucional, trouxe para a organização sociocomunitária dos reassentados.

O estudo que ora apresentamos buscou sua fundamentação na teoria educacional e na teoria sociológica. Nesse caminho teórico que fomos percorrendo, discutimos a *educação como prática social* trazendo como referencial Coombs (1986), Brandão (1995), Arroyo (2000), Gohn (2001a; 2001b; 2002), Saviani (1986), Lewin (1965) e Ribeiro (2001).

Na teoria sociológica, nos aproximamos dos conceitos de *participação, identidade e pertencimento*. Discutimos o conceito de participação à luz das contribuições de Demo

(2001a; 2001b), Peruzzo (2004), Tassara (2002), Bordenave (1987), Scherer-Warren (2001), Sawaia (2001) e Valla (1998); no tocante à identidade buscamos os argumentos apresentados por Castells (2002), Hall (2005), Santos (2003), Melucci (2001) e Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004) e para discutirmos o conceito de pertencimento, reportamo-nos a Zaoual (2003), Lestinge (2004), Weil (2001) e Unger (2001).

Considerando as questões de pesquisa e os objetivos traçados, optamos por uma abordagem qualitativa do tipo Estudo de Caso, por acreditar que as representações, os conflitos, os determinantes históricos, culturais, políticos e sociais não seguem graus de linearidade, mas aparecem inter-relacionados e caracterizados pelas especificidades dos diferentes contextos.

Utilizamos como técnica de coleta de dados a entrevista semi-estruturada e o grupo focal. A fim de compreender melhor o contexto e complementar as informações, utilizamos também a análise documental. Os sujeitos do estudo foram 37 pessoas, distribuídas em quatro grupos de representação: grupo I (informantes-chave – ex-funcionários da empresa responsável pelo reassentamento e representantes do movimento de resistência); grupo II (lideranças locais); grupo III (moradores do Núcleo); e, ainda outros moradores que participaram de grupos focais constituindo o grupo IV (jovens, adultos, idosos). A análise dos dados foi orientada pela técnica de Análise de Conteúdo, na qual, por meio da identificação dos núcleos de sentido encontrados nos conteúdos das entrevistas, foram definidas as categorias de análise.

Nas análises e discussões dos dados, procuramos articular os vários olhares, trazendo depoimentos dos diferentes sujeitos sociais nas estruturas convergentes e/ou divergentes, a fim de construirmos uma discussão crítico-reflexiva, na qual o diferente também é contemplado para enriquecer o conteúdo mediante as distintas formas de apreender a realidade.

Procuramos fundamentar as falas trazendo os teóricos que sustentam e dialogam com os dados empíricos no processo de triangulação dos dados. Em algumas partes específicas inserimos os documentos que foram analisados para que pudéssemos conhecer o Movimento de Atingidos por Barragens e compreender o processo de constituição e formação do Núcleo Fazenda Nova.

Na parte inicial de nossa análise, optamos por fazer uma contextualização da política energética brasileira que tem adotado como modelo a geração de energia por meio de construção de grandes barragens, cenário em que surge o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Aqui, apresentamos o contexto histórico em que surgiu o movimento,

apontando, principalmente, a condição em que vivem os atingidos, sua organização e suas bandeiras de luta.

Prosseguimos, trazendo uma reconstituição histórica do Núcleo Fazenda Nova, inserindo-a no contexto de construção da Barragem Pedra do Cavalo. Nessa reconstituição, reportamo-nos às contradições e ambivalências que foram se constituído durante o processo de desapropriação, relocação e reassentamento das famílias atingidas.

Nesse sentido, procurando responder as questões de pesquisa e contemplar os objetivos inicialmente traçados, apresentamos as categorias empíricas que são interdependentes e interconectadas e que concebem, na totalidade, à compreensão aproximada do objeto de análise proposto.

A primeira categoria analisada foi a da *participação: a difícil tarefa de agir coletivamente* que traz, inicialmente, uma reflexão sobre as condições de adaptação e a intervenção educacional realizada pelas instituições governamentais que acompanharam os núcleos de reassentamento. Mediante essas ponderações, analisamos a participação dos reassentados nos processo de organização sociocomunitária do Núcleo.

A segunda categoria, *identidade: de ribeirinhos a (re) construção como sertanejos do semi-árido*, constitui-se na compreensão do processo de construção de uma nova identidade social, uma vez que o novo contexto apresenta características socioculturais e ambientais particularmente diferentes das de ribeirinhos.

A terceira categoria analisada, *desenraizar e pertencer: pontos de convergência para uma reflexão*, estabelece uma análise a partir do processo de desenraizamento em que passaram as famílias atingidas com a construção da barragem e o sentimento de pertença ao grupo e ao local. Busca compreender a influência das dificuldades impostas pelo contexto no processo de enraizamento, a forma como os reassentados experimentam o sentimento de pertença e as perspectivas de futuro que eles vêem para o local.

Por fim, na última parte da dissertação, *identificar e pertencer para participar*, trazemos algumas considerações sobre as compreensões, interpretações e questionamentos que emergiram durante o estudo, tentando concluir nossas reflexões acerca da identidade social e do sentimento de pertença e as implicações na participação no processo de organização sociocomunitária do referido Núcleo.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA



Figura 2: Buscando água no reservatório.

O índio identifica-se com sua comunidade por uma série de traços característicos, como língua, mitos, valores, modos próprios de ser e de interagir com a natureza, e assim por diante. Sem tais traços, a comunidade não se materializa e se organiza. Nesse sentido, cultura comunitária é a parteira da participação. Não há projeto comum de vida, assumido em coesão comunitária, sem identidade do grupo.

*Pedro Demo, 2001.*



## 2.1 CAMINHO TEÓRICO

### 2.1.1 Educação como prática social

O conceito de educação tem passado por grandes transformações. Os desafios gerados pela globalização e pelos avanços tecnológicos têm atribuído à educação a responsabilidade de superar as desigualdades provocadas, de forma que no discurso oficial, a educação deve promover acesso aos excluídos a uma sociedade mais justa e igualitária, e ainda, criar novas formas de distribuição de renda e justiça social. Segundo Coombs (1986, p. 22), “A educação e especialmente o ensino não são certamente um remédio para todos os males do mundo, tanto quanto não são responsáveis pelo surgimento destes males”. No entanto, à educação é atribuída a missão de superar os desafios impostos pelo desenvolvimento, quer na produção de mão-de-obra qualificada para absorção no mercado de trabalho, quer para superação dos processos excludentes, garantindo por meio dela os direitos sociais.

Freqüentemente, a palavra educação está diretamente vinculada ao espaço escolar ou a outros espaços dos quais a imagem do educador é quase indissociável. No entanto, a educação como prática social extrapola os limites impostos por esta concepção, de forma que, em todas as atividades humanas, a educação aparece como fenômeno social e universal, indispensável ao funcionamento de todas as sociedades. Neste sentido, concordamos com Brandão (1995, p.47), ao assegurar que

[...] a educação do homem existe por toda parte e, muito mais que a escola, é o resultado da ação de todo o meio sociocultural sobre os seus participantes. É o exercício de viver e conviver o que educa. E a escola de qualquer tipo é apenas um lugar e um momento provisórios onde isto pode acontecer.

Nos contornos sociais e políticos, a educação moderna aparece num momento como instrumento de conquista da liberdade, da participação e da cidadania e em outro, como mecanismo para controlar e dosar os graus de liberdade, de civilização, de racionalidade e de submissão suportáveis pelas novas formas de produção industrial e pelas relações sociais entre os homens. A educação passa a ser vista como solução, quer para tornar os súditos cidadãos livres, quer para controlar a liberdade dos cidadãos (ARROYO, 2000).

O autor enfatiza, ainda, que a construção da moderna utopia social e política passou a ser impensável sem a educação. Por isso, no bojo dos movimentos sociais, as práticas educativas fazem parte da dinâmica organizacional do grupo.

A relação movimentos sociais – educação, historicamente, tem como elemento de união a questão da cidadania (GOHN, 2001a). Cidadania compreendida como um conjunto de direitos e obrigações, contrato social, que varia com o tempo (GOHN, 2002). Cabe, entretanto, fazer algumas considerações para não reforçar a idéia de que a condição de cidadão seja alcançada apenas pelos indivíduos que têm acesso à educação formal. Inegavelmente, esse fato não condiz com a realidade atual, uma vez que nas organizações populares, principalmente as rurais, o número de pessoas escolarizadas é inferior ao das não-escolarizadas. Concordamos com Soares (2000, p. 24), quando afirma:

[...] o indivíduo pode não saber ler e escrever, isto é, ser analfabeto, mas ser, de certa forma, letrado. Assim, um adulto pode ser analfabeto, porque marginalizado social e economicamente, mas se vive em um meio em que a leitura e a escrita têm presença forte, se se interessa em ouvir a leitura de jornais feita por um alfabetizado, se recebe cartas que outros lêem para ele, se dita cartas para que um alfabetizado escreva, se pede a alguém que lhe leia avisos ou indicações afixadas em algum lugar, este analfabeto é, de certa forma, letrado, porque faz usos sociais de leitura e de escrita.

Segundo Arroyo (2000), é necessário questionar por que condicionar liberdade, participação e cidadania a essa educação, a essa civilidade e a essa racionalidade. Deve-se considerar, ainda, como se dá a construção da cidadania, se através de intervenções externas, a exemplo do técnico, do professor, do pesquisador, do intelectual, com seu conhecimento acadêmico sem considerar os saberes do contexto, ou no interior da prática social e política das classes, no cenário cotidiano e nas relações com o grupo.

Essa forma de compreender a educação como prática social se deu no final dos anos 50 do século passado, no auge do Movimento em Defesa da Escola Pública o qual buscou construir as bases e diretrizes para universalização da escola pública; nesse cenário surgiram as propostas de experiências inovadoras na área da educação não-formal e informal.

Na década de 70, o crescimento do setor da educação formal e a conseqüente queda de sua qualidade levaram na década seguinte ao ressurgimento de novas formas de educação informal, por meio de atividades desenvolvidas na educação popular e de experiências na área de educação não-formal, decorrentes de práticas cotidianas de grupos sociais organizados em movimentos e associações populares.

O que se observa, na verdade, é que as mudanças na economia, na sociedade e no mundo do trabalho, contribuíram para que os modelos de desenvolvimento começassem a dar maior importância aos processos de aprendizagem em grupo, bem como, aos valores culturais e a propagar uma nova cultura organizacional que, em geral, exige aprendizagem de habilidades fora da escola.

No entanto, ainda temos uma imagem da instituição escolar vista como palco, por excelência, de aprendizagens elaboradas, pensadas, planejadas, centro da produção do saber científico em oposição ao saber popular.

Podemos, brevemente, ilustrar algumas das dimensões educacionais tidas como educação formal, informal e não-formal, que permeiam o nosso cotidiano. A educação formal, desenvolvida nos espaços escolares institucionalizados, é apenas uma das modalidades de educação, que tem sido discutida, polemizada e redimensionada em seu processo de inserção na sociedade (SAVIANI, 1986). A educação informal é aquela que ocorre entre sujeitos por meio da família, dos amigos, jornais, livros, revistas e outros, ainda que carregados de representações e valores; acontece espontaneamente. Coombs (1986) apresenta a educação não-formal como extensão da educação formal, desenvolvida em espaços extra-escolares, destinados a grupos particulares e incluíam atitudes positivas com relação à cooperação na comunidade, trabalho, alfabetização funcional, dentre outras.

De acordo com Gohn (2001b), a *educação não-formal* ocorre a partir da intencionalidade de criar ou buscar determinadas qualidades ou objetivos e envolve os seguintes campos: (a) aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos; (b) capacitação dos indivíduos para o trabalho; (c) aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos para se organizarem com objetivos comunitários; (d) aprendizagem dos conteúdos da escolarização formal, escolar, em formas e espaços diferenciados; (e) educação desenvolvida pela mídia; e por último, (f) educação para a arte de viver bem (cursos de autoconhecimento, meditação, alongamento, etc.).

O campo que visa à aprendizagem e exercício de práticas que capacitam os indivíduos para se organizarem com objetivos comunitários é o que comunga mais de perto com o nosso objeto de estudo, que consiste em compreender como a identidade e o sentimento de pertença com o grupo e com o local têm contribuído para o processo de organização sociocomunitária do Núcleo.

Ao termo aprendizagem, devemos distinguir, segundo Lewin (1965), os seguintes tipos de modificações: (a) aprendizagem como mudança na estrutura cognitiva; (b) aprendizagem como uma mudança de motivação; (c) aprendizagem como uma modificação

no grupo a que pertence ou ideologia; e (d) aprendizagem no sentido de controle voluntário da musculatura do corpo. O autor destaca que as experiências do passado são formas de aprendizagem por meio da experiência; entretanto, através da análise teórica e da situação do presente, deve-se não seguir o mesmo procedimento anterior.

Dessa forma, as experiências trazidas pelos moradores do Núcleo Fazenda Nova, ainda que marcadas pela fragmentação histórica sociocultural a que foram submetidos quando foram transferidos de suas terras, constitui um processo de aprendizagem que pode contribuir significativamente para que mudanças estruturais e operacionais ocorram frente à organização sociocomunitária. Por isso, o conceito de educação que concebemos e que ilumina o nosso olhar no contexto do Núcleo Fazenda Nova está intimamente ligado ao conceito de cultura. Nesta perspectiva, a educação é entendida como forma de ensinar e aprender capaz de acompanhar o indivíduo durante toda a vida por meio dos acontecimentos cotidianos, das experiências individuais e em grupo.

A educação, portanto, não deve ir de encontro ao saber popular, ao saber construído com base na experiência, impondo um saber erudito, mas buscar, nessa educação dita “popular”, encontrada nos movimentos sociais, elementos para tentar superar os problemas sociopolíticos e ambientais encontrados. Diante disso, Ribeiro (2001, p. 25) acrescenta:

[...] a educação, como a sociedade, não se reproduz por geração espontânea, mas por relações de força em que se confrontam interesses diferenciados e, na maior parte das vezes, contraditórios. É nesse jogo de forças que vemos os movimentos sociais populares desempenhando um papel fundamental, impondo, muitas vezes, um reordenamento das políticas públicas e da organização do trabalho.

Nesse contexto, o papel do educador vai muito além de levar suas técnicas de superação de dificuldades, sejam elas econômicas, sociais e/ou ambientais, pois, agindo dessa forma, nega ao homem o poder de transformação de que ele é capaz. Por isso, uma concepção dialógica de educação torna-se o ponto de partida para o trabalho no âmbito dos movimentos sociais para que possa emergir o cidadão coletivo que reivindica baseado em interesses da coletividade de diversas naturezas (GOHN, 2001a).

Dessa forma, a educação como prática social consolida-se ao fortalecer valores como a ética, o respeito à vida, a honestidade, a solidariedade, a cidadania, superando o ensino teórico fragmentado e descontextualizado da realidade, historicamente fornecido pela educação formal e tentando contribuir na construção de posturas mais autônomas, respeitando

a diversidade de saberes. À educação cabe, ainda, o desafio de superar a dicotomia entre teoria e prática, pois homens e mulheres, por meio da responsabilidade social e dos valores anteriormente mencionados, poderão compreender a complexidade do trabalho com o meio ambiente, que também é social, econômico, político, cultural, buscando atuar nele de forma mais consistente e capaz de produzir processos emancipatórios que contribuam para o fortalecimento da comunidade enquanto espaço de aprendizagens.

### 2.1.2 Participação, Identidade e Pertencimento

O processo histórico que conduziu a população ribeirinha do Paraguaçu ao deslocamento para o semi-árido, não por escolha, mas por imposição, obrigando-a a morar num local onde não queria e com condições ambientais bem diferentes, conviver com pessoas que não tiveram suas histórias compartilhadas até aquele momento de suas vidas, trouxe algumas implicações que aqui queremos evidenciar: a **participação** nas atividades de mobilização e luta por melhores condições e qualidade de vida naquele contexto de abandono e ausência de políticas sociais; a **identidade** enquanto elemento que caracteriza e identifica aquele grupo, suas manifestações culturais, hábitos, costumes, práticas sociais; e por último, o **sentimento de pertença** com aquele contexto e com o grupo.

Nas páginas seguintes, visitaremos esses conceitos, analisando como cada um deles se relaciona com o nosso objeto de estudo.

Demo (2001a) considera que parte das políticas sociais permanece no plano assistencialista, não consegue ser redistributiva; às vezes redistribui-se um pouco da renda, mas não o poder. Contextos comunitários como o Núcleo Fazenda Nova não necessitam de políticas assistencialistas compensatórias, mas de políticas sociais dignas. No entanto, na ausência dessas, os sujeitos sociais necessitam de mecanismos para externar suas necessidades e lutar para que essas políticas possam chegar até eles. Nessa perspectiva, um dos mecanismos que os sujeitos sociais poderão utilizar na busca de empoderamento é a **participação**.

Peruzzo (2004) destaca que a partir da década 80 do século passado, depois de, por muitos anos, a população brasileira ter sido excluída das possibilidades de participação nos mecanismos decisórios, passou a assistir a uma avalanche de promessas e convites nesse

sentido, criando um certo modismo para o termo “participação”, que depois de tantos usos diferentes que lhe foram atribuídos, acabou passando por um desgaste.

No entanto, quando, aqui, falamos de participação, estamos nos referindo a um processo de participação política, ou seja, na capacidade de compreensão do sujeito das estratégias de movimento para agir, mas, sobretudo, na consciência do processo no qual está envolvido, condição para a participação dos indivíduos como sujeitos históricos e políticos, podendo, assim, expressar o seu poder. Possa ser que esse poder seja apenas a tomada de consciência de sua condição de exclusão ou, ainda, a constatação da ausência desse poder que julga possuir. Isso pode parecer árduo, mas às vezes é necessário, é condição para formação desse sujeito enquanto protagonista político (TASSARA, 2002).

Na obra *Participação é conquista*, Pedro Demo faz algumas importantes considerações sobre o tema, apontando a desigualdade como fonte estrutural de mudança. “É dos desiguais que ela provém, de modo típico, desde que saibam organizar-se participativamente para tanto” (DEMO, 2001a, p. 17). Porém, a participação apontada pelo autor e aqui defendida por nós, não se dá por toque de mágica, como dádiva, como concessão, como imposição, mas conquistada pelo indivíduo ou pelo grupo.

[...] participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto começa a regredir (DEMO, 2001a, p. 18).

Os pressupostos, acima destacados, colocam como condição e legitimidade da participação dois aspectos: acontecer enquanto conquista e enquanto processo contínuo. Portanto, nos espaços de dominação, a participação, mesmo quando negada, não pode ser vista como impedimento, mas ponto de partida: é conquista. E se mais tarde, após termos conquistado, julgamos suficiente, abrimos espaço para a submissão.

Outra forma de participação se dá a partir da relação com o poder. Bordenave (1987) fala em graus de participação, enfocando, especificamente, a questão do acesso ao controle das decisões, na relação entre os membros e dirigentes, apresentados hierarquicamente da seguinte forma: da informação, da consulta facultativa ou obrigatória, elaboração/recomendação, co-gestão e delegação e, por último, da autogestão. E identifica, ainda, quanto à importância das deliberações de que se toma parte, alguns níveis de participação: o da formulação da doutrina e da política institucional; o da determinação de

objetivos estratégicos; o da elaboração de planos, programas e projetos; o da alocação de recursos e administração; o de execução das ações; e o da avaliação dos resultados.

O exercício da cidadania implica a participação do indivíduo, de forma direta ou indireta, na esfera pública por meio da aquisição e da garantia de direitos e cumprimento de deveres sociais, assim como o reconhecimento do outro como cidadão. Assim, uma das formas de participação dos sujeitos na esfera pública é por meio do associativismo civil que possibilita a formação de identidades coletivas e ideários comuns. Essas associações são formas de ação coletiva formal criada pelos sujeitos sociais em torno de ideais comuns. No caso das associações comunitárias, é veículo pelo qual os moradores encaminham suas demandas ao poder público ou outra forma de poder representada, visando alguma transformação. Entretanto, alguns cuidados devem ser tomados para que a participação nas políticas públicas não seja apenas uma forma de legitimar os desejos e interesses de poder instituído (SCHERER-WARREN, 2001).

Sawaia (2001) apresenta uma escala de evolução conceitual atribuída ao termo participação, destacando que até os anos 1980, a análise e planejamento da participação era caracterizada pela ênfase no coletivo, na racionalidade e na objetividade, entendendo a participação com alto nível de conscientização política e social por meio da mobilização coletiva no espaço público. Nos anos 1980, a participação adquire um significado subjetivo, superando a dicotomia entre razão e emoção, público e privado. A participação passa a ser vista como algo intrínseca ao sujeito; a objetividade e o coletivo dão lugar à individualidade e à afetividade. O espaço da participação extrapola a fronteira pública delimitada pelas ações pontuais, assumindo o tempo do cotidiano. A autonomia, emancipação e diversidade sobrepõem os valores como liberdade e igualdade.

Ferreira (1985) *apud* Peruzzo (2004), referindo-se ao envolvimento da comunidade em programas públicos, destaca três tipos de participação: nas decisões; na execução; e nos resultados. Sendo que cada um deles corresponde uma modalidade diferente de exercício de poder.

Entretanto, embora tivéssemos trazido essas classificações sobre os níveis e/ou graus de participação, vale considerar que será a experiência histórica da comunidade ou grupo que desencadeará processos participativos diferenciados, mas, principalmente, a partir de sua história de luta e resistência contra as formas de dominação historicamente impostas, no caso da situação brasileira.

Enfocando a discussão para contextos comunitários em que o envolvimento do grupo torna-se importante, faz-se necessário falarmos também em participação popular. Esta

compreende as diversas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a elaboração, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas (VALLA, 1998).

De acordo com a *Declaração dos Direitos Humanos*, em seus artigos 27 e 29, todos os homens têm o direito de participar livremente da vida da comunidade e que, por outro lado, têm deveres para com esta mesma comunidade. A *Conferência das Nações Unidas*, em 1976, considera que a participação popular é um direito humano, um dever político e um instrumento essencial de construção nacional.

Peruzzo (2004) destaca três modalidades de participação popular, numa perspectiva mais ampla de ação coletiva: (1) participação passiva: aquela em que o sujeito assume uma postura de expectador. Nesse caso, geralmente, ele consente se submete e simplesmente delega o poder ao outro; (2) participação controlada: facilmente encontrada nas relações estabelecidas entre a população e organismos populares com órgãos de poder público. Os sujeitos conquistam o poder de participar, mas criam-se limitações e em outros casos até formas de manipulação, no último caso, a participação pode ser uma farsa; (3) participação-poder: favorece a participação democrática, ativa e autônoma, propiciando de forma mais significativa, o crescimento dos indivíduos ou das organizações coletivas enquanto sujeito. Nesse caso, temos o poder compartilhado que implica no exercício da decisão partilhada a partir do processo de informação, autonomia, co-responsabilidade e representatividade dentro do grupo em questão.

No entanto, julgamos que para os indivíduos se engajarem em processos participativos de ação coletiva ou popular, um outro elemento parece ser determinante, a **identidade** com aquele grupo que pertence, aspectos culturais, econômicos, sociais que os indivíduos se identificam, ou seja, fonte de significados e experiências de um povo que é construído a partir da história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, memória coletiva e pessoal que processados pelos indivíduos e grupos sociais são enraizados na estrutura social, bem como na sua visão de tempo e espaço (CASTELLS, 2002).

Não é raro ouvirmos falar de que as identidades modernas estão em crise; fala-se assim em “crise de identidade”. Contrapondo-se a esses argumentos, Hall (2005) destaca que a transformação das sociedades modernas decorrente das mudanças estruturais tem fragmentado as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, uma vez que tínhamos sólidas localizações como indivíduos sociais. De forma que essas transformações estão mudando nossas identidades pessoais e, quando tomadas em conjunto, representam um processo de transformação tão fundamental que somos obrigados a nos perguntar se não é a própria modernidade que está sendo transformada. Santos (2003, p. 136)



destaca que a “[...] preocupação com a identidade não é, obviamente, nova. Podemos dizer até que a modernidade nasce dela e com ela”.

Hall (2005) apresenta três concepções muito diferentes de identidade, classificadas a seguir de forma simplificada como a identidade do (a) sujeito do Iluminismo em que a pessoa humana aparece como um indivíduo totalmente centrado, unificado, racional, consciente de suas ações, e que essas capacidades emergem quando o sujeito nasce. Dessa forma, o centro essencial do eu era a identidade; (b) sujeito sociológico admite a existência do “eu real”, porém este é formado e modificado a partir das interações com outros sujeitos, seus valores e símbolos – a cultura; e, (c) sujeito pós-moderno o qual não possui uma identidade fixa, imutável, essencial, mas transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados e influenciados nos espaços em que vivemos e convivemos. Por não ser definida biologicamente e sim historicamente, o indivíduo assume identidades diferentes em situações e momentos diferentes.

Baseado na concepção de identidade do sujeito pós-moderno, Boaventura de Souza Santos (2003, p. 135) afirma que “[...] as identidades culturais não são rígidas nem, muito menos, imutáveis. São resultados sempre transitórios e fugazes de processos de identificação. [...] Identidades são, pois, identificações em curso”.

Retomando o argumento apontado por Castells (2002), de que a identidade é um processo de construção de significados com base no atributo cultural, diríamos que a cultura influencia diretamente na construção da identidade. Demo (2001a, p.55) define a cultura como “[...] marca do homem sobre a terra, principalmente na região simbólica, como capacidade de se criar e desdobrar em suas potencialidades próprias e como capacidade de interagir com as circunstâncias externas dadas”.

Ainda na perspectiva de construção da identidade, Melucci (2001, p. 89) acrescenta,

A identidade não se apresenta mais como um “dado” da natureza, nem simplesmente como um conteúdo de uma tradição na qual os indivíduos se identificam. Ela não é mais fundada unicamente sobre o pertencimento a “associações reguladoras normativamente” (estado, partidos, organizações). Os indivíduos e os grupos participam com a sua ação na formação de sua identidade, que é resultado de decisões e de projetos, além de condicionamentos e de vínculos.

As reflexões apontadas acima orientam para a concepção de que a construção da identidade, com base nos atributos culturais, econômicos, sociais, ambientais, não se dá

apenas pelos condicionantes capazes de estabelecer vínculos, mas, principalmente, fruto do envolvimento e participação do indivíduo ou grupo social na construção de sua própria identidade. Por isso, um indivíduo pode morar num determinado contexto e não se sentir identificado com ele. Dessa forma, ainda Melucci (2001, p. 90) ressalta: “Os Indivíduos têm a possibilidade abstrata de participar da formação de sua identidade, como processo ‘social’ de produção e aprendizagem”. Vale ressaltar que a construção de identidades está relacionada também ao contexto social, devendo ser situada historicamente.

A identidade social com um grupo constitui-se a partir das vivências e percepções compartilhadas por este grupo no espaço e no tempo, sendo produto histórico-social percebido subjetivamente por cada pessoa e alcançada na interação. É através dessa identidade que o ator social orienta suas condutas, organiza seus projetos, constrói sua história e busca resolver suas contradições em interações constantes com outros atores sociais (ALBUQUERQUE; VASCONCELOS; COELHO, 2004, p. 235).

Boaventura de Souza Santos, em sua análise sociopolítica da pós-modernidade, aponta como uma das perplexidades que caracterizam nossos dias (segundo o autor, os desafios nascem sempre de perplexidades produtivas) é a intensificação da interdependência transnacional e das interações globais, o que torna as relações sociais desterritorializadas. No entanto, destaca que em contradição a essa tendência, “[...] assiste-se a um desabrochar de novas identidades regionais e locais alicerçadas numa revalorização do direito às raízes [...]” (SANTOS, 2003, p. 22).

A globalização, esse complexo processo e forças de mudanças, que numa escala global atravessam fronteiras, integrando e conectando comunidades e organizações em novas combinações de espaço-tempo, tornando o mundo interconectado, tem estabelecido um forte distanciamento da idéia sociológica clássica de “sociedade”. Vale destacar que a globalização não é um fenômeno recente; entretanto, a partir dos anos 70 do século passado, seu alcance e seu ritmo de integração foi fortemente acelerado. As conseqüências desse fato se manifestam na desintegração das identidades nacionais devido ao crescimento da homogeneização cultural e do “pós-moderno global”. No entanto, as identidades nacionais e outras identidades “locais” estão sendo reforçadas pela resistência à globalização, gerando novas identidades – híbridas – decorrentes do declínio das identidades nacionais (HALL, 2003).

O argumento sobre o desaparecimento da comunidade em razão da urbanização, um dos fortes debates da sociologia urbana, é questionado por pesquisas que apontam que tal argumento parece simplista de uma covariação sistemática entre espaço e cultura. De forma

que as pessoas em seu ambiente local socializam e interagem com seus pares, independente do local, decorrendo na intersecção das identidades locais com diferentes formas de significado, dando margem a interpretações alternativas (CASTELLS, 2002).

Por isso, autores que defendem o comunitarismo argumentam que “[...] as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal” (CASTELLS, 2002, p. 79). Para que isso aconteça, acrescenta o autor, é necessário um processo de mobilização social, compartilhando interesses comuns.

Evidenciando a última implicação destacada anteriormente, o **sentimento de pertença** parece ser elemento propulsor da participação e da formação da identidade, de forma que o sujeito só se identifica e se envolve em processos participativos de ação coletiva se se sente pertencente àquele contexto e àquele grupo. Melucci quando fala da construção da identidade a partir da participação efetiva dos indivíduos e dos grupos, resultado de decisões e projetos, destaca:

As sociedades humanas não são somente capazes de aprender, mas se definem sempre mais pelo desenvolvimento de sua capacidade reflexiva, ocupam-se de aprender a aprender. [...] a definição da identidade em estruturas sociais precedentes advinha, principalmente, através do pertencimento a grupos ou classes, e cada caso através da identificação com a coletividade socialmente estável e circunscrita; nas sociedades de massa de alta complexidade, a identidade social, que permite participar de processos coletivos, como educação, o consumo, e mesmo a política, tende sempre mais a coincidir com a condição de ator social *tuot court* (MELUCCI, 2001, p.90).

Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004) relacionam o sentimento de pertença com a formação da identidade, fazendo uma alusão à definição de Identidade Social de Tajfel, que a coloca como parte do autoconceito de um indivíduo, a partir de seu conhecimento e pertença a um grupo social, somado ao valor e significado emocional desta pertença.

Quando tomamos como referência a comunidade, é imprescindível que o grupo social possua aspectos culturais com que se identifique. Esses aspectos solidificam a história da comunidade por meio dos valores, símbolos e práticas sociais. Por isso, é essencial para a formação da comunidade, que os indivíduos se sintam membros do grupo, participando de um projeto coletivo (DEMO, 2001a).

Essas considerações nos remetem ao perigo que se esconde atrás da tendência de desintegração das identidades nacionais e locais, decorrente do crescimento da homogeneização cultural presente no processo de globalização.

A busca da articulação entre o econômico e o social, o deslocamento do global em direção ao local, transita no pólo oposto do modelo de desenvolvimento vigente, expressão do pensamento único. O questionamento do modelo atual presente nesse novo olhar traz em si fortes implicações sobre nossa forma de estar e intervir no mundo.

Na sua obra, Zaoual (2003) ressalta a importância dos aspectos qualitativos de cada meio serem levados em consideração diante dos modos de ação no campo, a partir do respeito à diversidade e à multiplicidade das práticas tomadas como metamorfose das dimensões às vezes invisíveis do local considerado. Para o autor, esses elementos são o horizonte e a filosofia de base do paradigma pluralista dos sítios simbólicos de pertencimento.

Um sítio simbólico é um local em sentido geográfico (bairro, cidade, microrregião, região, país, etc.) e também em sentido simbólico (adesão a uma cultura, a uma ideologia, a uma religião), remetendo a significados específicos definidos pelos seus atores que, em função de sua identidade, de um lado, aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto de fora e, por outro lado, procuram soluções originais para seus problemas (ZAOUAL, 2003, p. 8).

O autor acrescenta, ainda, que o sítio simbólico é um marcador imaginário das experiências vividas, mitos, crenças, comportamentos, que atreladas ao sentido de pertencimento, criam relações próprias, contrárias à forma uniformizada que nos impelem ver o mundo.

Ao apresentar a teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, Zaoual (2003, p.21) destaca que “[...] em todos os lugares as pessoas sentem a necessidade de crer e de se inserir em locais de pertencimento. Assim, à medida que cresce o global, também amplia-se o sentimento do local”. Ressalta que esse paradoxo deve-se, dentre outros motivos, à globalização do mundo, que localmente introduz na alma humana a incerteza e a vertigem, provocando como reação a busca da certeza de que somente a aproximação pode garantir, em suas devidas proporções, o sentimento de pertencer.

Lestinge (2004) destaca que a fragilidade da relação do homem com seu entorno, evidenciada, principalmente, depois da crise ambiental da contemporaneidade, fez ressurgir a importância do conceito de pertencimento, uma vez que essa relação provocou um desenraizamento que supostamente desencadeia a não responsabilidade.

Os argumentos apresentados até aqui só reforçam que a busca de desenvolvimento não tem causado apenas danos naturais, mas também sociais e humanos.

Ainda ligado à concepção de pertencer ao território, vale considerar as contribuições de Weil (2001). Essa concepção, semelhante à teoria dos sítios simbólicos de pertencimento, está atrelada ao sentimento por um espaço-temporal ligado a um contexto político, ético, social, econômico – enraizamento. Nessa perspectiva, destaca Weil (2001, p. 43): “O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana”. E, ainda,

Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro. Participação natural, ou seja, ocasionada automaticamente pelo lugar, nascimento, profissão, meio. Cada ser humano precisa ter múltiplas raízes. Precisa receber a quase totalidade de sua vida moral, intelectual, espiritual, por intermédio dos meios dos quais faz parte naturalmente (WEIL, 2001, p. 43).

Esses argumentos quando analisados à luz de histórias como a dos reassentados da Barragem Pedra do Cavalo, marcada pelo forte desenraizamento sociocultural, político e ambiental, sugerem dois comportamentos possíveis, segundo Weil: os desenraizados poderão cair numa inércia da alma, de conformismo e aceitação com o que lhes foi imposto, equivalente à morte, como num sistema de escravidão; ou se lançarem numa atividade com métodos violentos para desenraizar aqueles que não são ou estão em parte desenraizados.

Uma outra concepção de pertencimento, que aqui apresentamos, aparece ligada ao sentimento de inserção e integração do sujeito a um todo maior, numa dimensão subjetiva principalmente, e, não apenas concreta. Essa concepção é defendida por Heidegger (1969; 1981) e por Unger (2001), autores que traremos como elementos discursivos nesta narrativa.

Unger (2001) reporta-se a Heidegger para ressaltar a disseminação da absolutização de uma única maneira de nos relacionarmos com o real, o que caracteriza o desenraizamento do homem moderno.

De certa forma, o projeto de desenvolvimento que adotamos acabou fechando em nós as possibilidades diferentes de se relacionar com o real, adotamos um modelo único de pensar, desconsiderando a tradição, os valores historicamente construídos e descaracterizando os saberes locais em detrimento do ‘saber elaborado’. Hoje, temos como resultado, segundo Unger (2001, p. 28), “[...] o desequilíbrio ecológico e a planetarização de uma sociedade, que

desenvolvendo-se sob a ideologia do individualismo e da pretensa igualdade de todos, caminha hoje para uma tecnocracia totalitária [...]”. Insiste a autora que

[...] o desenraizamento do homem contemporâneo, que se manifesta no plano de sua vivência como ser social, remete a uma condição mais essencial. Destituído de caráter simbólico, seu mundo não se constitui como alteridade nem permite diálogo. Sob o comando da vontade de poder, da recusa do sagrado, da necessidade compulsiva de reduzir a natureza e os outros homens à condição de objetos de sua ganância, ele perde simultaneamente a noção de seu lugar no universo e o contato com possibilidades construtivas de sua humanidade. Por isso, vive um desenraizamento de sua própria natureza humana (UNGER, 2001, p. 55).

Assim, para compreender como a identidade e o sentimento de pertença com o grupo e com o local têm contribuído para o processo de organização sociocomunitária do Núcleo Fazenda Nova tomamos como elementos que nortearão nossa análise os conceitos de **participação, identidade e sentimento de pertença**, aqui apresentados.

### 3 METODOLOGIA



Figura 3: Encontro com o grupo focal.

A transgressão metodológica é acompanhada pela falta de compromisso com uma linguagem técnica rígida, desprovida de emoção. São toleráveis, para não dizer aconselháveis, novas formas de expressão na produção científica, com as quais imprimamos nos textos nossa marca pessoal. A nova linguagem será a do coração.

*Adyr Balastrieri Rodrigues, 1997.*

### 3.1 TRAJETÓRIA METODOLÓGICA

#### 3.1.1 Tipo de estudo

Na perspectiva das pesquisas positivistas, as ciências humanas e sociais procuravam privilegiar a busca da estabilidade constante entre dois fenômenos humanos, a estrutura fixa das relações e a ordem permanente dos vínculos sociais. No entanto, esses princípios foram questionados por novos paradigmas que buscavam mostrar a complexidade e as contradições de fenômenos singulares, a imprevisibilidade e a originalidade criadora das relações interpessoais e sociais (CHIZZOTTI, 1995). Assim, fenômenos de “simples” fatos escondem aspectos qualitativos e complexos da vida humana.

No entanto, não queremos reforçar a dicotomia ingênua entre quantitativo e qualitativo, pois acreditamos que as duas abordagens possuem suas especificidades e que a adoção de uma não exclui a outra. Pode, no entanto, a abordagem quantitativa ajudar a explicar a perspectiva qualitativa. Minayo (2004, p. 28) ressalta que “A dicotomia que se estabeleceu na prática, de um lado, deixa à margem relevâncias e dados que não podem ser contidos em números, e do outro lado, às vezes apenas significados subjetivos, omitindo a realidade estruturada”.

Macedo (2004, p. 69), referindo aos aspectos qualitativos da realidade, afirma que “[...] o mundo dos sentidos, dos significados, dos símbolos, dos mitos, das opacidades, das representações, do imaginário, das ideologias, não se doam à lógica dura, laboratorial [...]”. E, acrescenta ainda: “[...] para olhar o qualitativo é necessário conviver com o desejo, a curiosidade e a criatividade humana; com as utopias e as esperanças; com a desordem e o conflito; com a precariedade e pretensão; com as incertezas e o imprevisto”. Assim, acreditamos que a compreensão da realidade na perspectiva dialética, abordagem que inspirou este estudo, o conflito e a contradição, considerando o homem ser social e histórico são princípios a serem perseguidos.

Para a presente investigação, optamos por uma metodologia qualitativa do tipo **Estudo de Caso**, pois entendemos que as relações sociais não obedecem a graus de regularidade e linearidade, mas trazem outros elementos como representações, conflitos, além de determinantes históricos, culturais, econômicos, políticos e sociais nunca isolados, mas inter-relacionados e caracterizados pelas especificidades dos diferentes contextos. O Estudo



de Caso apresenta as seguintes características, segundo Lüdke e André (2005): 1. visam à descoberta; 2. enfatizam a interpretação em contexto; 3. buscam retratar a realidade complexa e profunda; 4. usam uma variedade de fontes de informação; 5. revelam experiência vicária e permitem generalizações naturalísticas; 6. procuram os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social; e 7. utilizam uma linguagem e uma forma mais acessível do que outros relatórios de pesquisa.

Laville e Dionne (1999) destacam, ainda, que uma das significativas vantagens que essa estratégia possui é a possibilidade de aprofundamento, uma vez que o pesquisador pode usar da criatividade para adaptar os instrumentos, modificar sua abordagem para extrapolar os aspectos imprevistos e construir uma compreensão do objeto estudado.

### 3.1.2 Campo empírico do estudo

A pesquisa foi realizada no Núcleo Fazenda Nova, situado no município de Rafael Jambeiro localizado na Região do Paraguaçu (Figura 4), na Região Econômica denominada Mesorregião Centro Norte-Baiano e na Microrregião de Feira de Santana, com uma distância de 217 km da capital. O município possui uma área de 1 058 km<sup>2</sup> e uma população total de 22 600 habitantes. Segundo dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Produto Interno Bruto (PIB) do município, em 2003, foi de R\$36,28 milhões, sendo 20,67% para agropecuária, 7,43% para indústria e 71,90% para serviços (BAHIA, 2006).



Figura 4: Mapa da Região Econômica do Paraguaçu.  
Fonte: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia.

Em relação aos indicadores sociais, o município possui o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,569 (WIKIPÉDIA, 2006).

O Núcleo Fazenda Nova é composto por 327 habitantes que foram deslocados do município de Santo Estevão e Antônio Cardoso, por ocasião da construção da Barragem Pedra do Cavalo. Atualmente, moram no Núcleo 66 famílias, destas, 52 foram reassentadas e 14 foram constituídos posteriormente. Das 69 casas construídas pela empresa responsável pelo reassentamento, onze encontravam-se abandonadas e quatro haviam sido completamente destruídas. A população está distribuída de acordo com a seguinte faixa etária (**Quadro 1**):

<b>FAIXA ETÁRIA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Menos de 1 ano	08
1 a 10 anos	75
11 a 20 anos	100
21 a 30 anos	52
31 a 40 anos	21
41 a 50 anos	34
Mais de 51 anos	37
<b>Total</b>	<b>327</b>

Quando 1: População por faixa etária.

O Quadro 1 mostra que mais da metade da população possui ente 0 e 20 anos, ou seja, nasceram no Núcleo, depois do reassentamento que aconteceu no segundo semestre de 1985.

De acordo com as informações coletadas com os próprios reassentados durante a pesquisa a escolarização da população, pode ser assim representada (**Quadro 2**):

<b>ESCOLARIDADE</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Pré-Escola	22
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) incompleto	106
Ensino Fundamental (1ª a 4ª série) completo	07
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) incompleto	64
Ensino Fundamental (5ª a 8ª série) completo	01
Ensino Médio incompleto	18
Ensino Médio completo	03
Adultos Analfabetos	70
Adultos Alfabetizados	08
Fora da idade escolar	24
Não informou	04
<b>Total</b>	<b>327</b>

Quadro 2: População representada por escolaridade.

O Quadro 2 revela que 34,6% da população cursou ou está cursando o primeiro segmento do Ensino Fundamental, 19,9% o segundo e apenas 6,4% cursa ou concluiu o Ensino Médio. O índice de analfabetismo entre os adultos chega a 21,4%.

As atividades profissionais da população são, principalmente, lavrador, aposentado, pescador, dona de casa e pensionista, correspondendo 82,9% do total das pessoas que trabalham. As outras atividades exercidas pelos reassentados são borracheiro, pedreiro, diarista, cabeleireiro, vaqueiro, balconista, agente de serviços, costureira, frentista, representando uma pequena parcela da população. O maior percentual, 67,7% trabalha na agricultura.

### 3.1.3 Sujeitos do estudo

No que se refere aos sujeitos da pesquisa qualitativa, por tratar-se de uma corrente histórico-social, o critério numérico não é o responsável para definir a quantidade de participantes no estudo. Para compreendermos como as relações sociais foram/são estabelecidas no cenário proposto, necessitamos de uma amostra que se baseia na busca de “[...] aprofundamento e de compreensão de um grupo social, de uma organização, de uma instituição ou de uma representação” (MINAYO, 2004, p. 102).

Assim, inspirados na autora citada, a definição dos membros da pesquisa baseou-se em algumas características como: sujeitos que apresentaram as representações/informações que se desejava estudar; diversidade de sujeitos para que possibilitasse insurgir informações convergentes, divergentes, complementares e diferentes; distintas inserções dos sujeitos pesquisados para que tivéssemos um conjunto complexo e diversificado de experiências. Em síntese, a definição deu-se pela saturação teórico-empírica e pela relevância dos sentidos e significados que trouxeram contribuições para responder as indagações do objeto proposto. Nessa perspectiva, Minayo (2004, p. 102) considera que

[...] uma amostra ideal é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões: (a) definir claramente o grupo social mais relevante para as entrevistas e para a observação; (b) não se esgotar enquanto não delinear o quadro empírico da pesquisa; (c) [...] prever um processo de inclusão progressiva encaminhada pelas descobertas do campo e seu confronto com a teoria; [...] em lugar de se restringir a apenas uma fonte de dados, multiplicar as tentativas de abordagem.

Para conformação amostral, utilizamos quatro grupos de representação, formados por diferentes sujeitos, no total de trinta e sete pessoas (**Quadro 3**), segundo critérios justificados a seguir.

GRUPO	REPRESENTAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
I	Informantes-chave	07
II	Lideranças locais	04
III	Moradores do Núcleo	06
IV	Grupos focais	20
<b>Total</b>	<b>Entrevistados</b>	<b>37</b>

Quadro 3: Representação dos grupos do estudo.

Grupo I: **Informantes-chave** – pessoas que durante o processo de desapropriação, relocação e reassentamento estavam envolvidas diretamente com a constituição e organização do Núcleo Fazenda Nova. Fazem parte deste grupo: assistentes sociais, membro da assessoria da presidência da empresa responsável pelo reassentamento e representantes do movimento de resistência - líderes sindicais, socióloga e estudante/estagiário (**Quadro 4**).

GRUPO I	REPRESENTAÇÃO NA ÉPOCA DO REASSENTAMENTO	REPRESENTAÇÃO ATUAL
Entrevistado 1	Membro do STR	Coordenador do Pólo dos STR
Entrevistado 2	Membro da Diretoria do STR	Presidente da Cooperativa de Crédito Rural de Feira de Santana
Entrevistado 3	Assistente Social da Desenvale	Autônomo
Entrevistado 4	Sociólogo do MOC	Professor da Educação Básica
Entrevistado 5	Sociólogo da Desenvale	Sociólogo da CAR
Entrevistado 6	Estagiário	Professor Educação Básica
Entrevistado 7	Assessoria da Presidência da Desenvale	Professor do Ensino Superior

Quadro 4: Informantes-chave - a representação na época do reassentamento e a representação atual.

Grupo II: **Lideranças locais** – representação exercida por alguns reassentados em qualquer esfera da organização social no Núcleo Fazenda Nova, em que os moradores reconhecem como liderança e/ou representante local. Fazem parte deste grupo: líderes da Igreja Católica e Evangélica, um curandeiro e o ex-presidente da associação de moradores (**Quadro 5**).

GRUPO II	REPRESENTAÇÃO
Entrevistado 1	Curandeiro
Entrevistado 2	Igreja Católica
Entrevistado 3	Igreja Evangélica
Entrevistado 4	Ex-presidente da Associação de Moradores

Quadro 5: Lideranças locais.

Grupo III: **Moradores do Núcleo** – sujeitos reassentados ou nascidos no Núcleo Fazenda Nova (**Quadro 6**).

GRUPO III	REPRESENTAÇÃO	SEXO	IDADE
Entrevistado 1	Morador reassentado	Feminino	47 anos
Entrevistado 2	Morador reassentado	Feminino	56 anos
Entrevistado 3	Morador reassentado	Feminino	68 anos
Entrevistado 4	Morador reassentado	Feminino	52 anos
Entrevistado 5	Morador reassentado	Feminino	82 anos
Entrevistado 6	Morador reassentado	Masculino	21 anos

Quadro 6: Moradores do Núcleo.

Grupo IV: **Grupos focais** – sujeitos moradores do Núcleo, neste caso, tratados de forma coletiva, de acordo com idade e sexo, no momento das entrevistas. Este grupo foi subdividido em outros cinco grupos - Jovens do Sexo Masculino (Grupo Focal 1); Adultos do Sexo Masculino (Grupo Focal 2); Idosos do Sexo Masculino (Grupo Focal 3); Adultos do Sexo Feminino (Grupo Focal 4) e Idosos do Sexo Feminino (Grupo Focal 5) – **Quadro 7**.

GRUPO IV	REPRESENTAÇÃO	NÚMERO DE PARTICIPANTES
Grupo Focal 1	Jovens do Sexo Masculino	03
Grupo Focal 2	Adultos do Sexo Masculino	03
Grupo Focal 3	Idosos do Sexo Masculino	04
Grupo Focal 4	Adultos do Sexo Feminino	05
Grupo Focal 5	Idosos do Sexo Feminino	05
<b>Total</b>	-	<b>20</b>

Quadro 7: Participantes dos grupos focais.

A presente investigação propôs-se a confrontar esses grupos, pois, como resume Demo (1995), na história, os atores dialogam num terreno de conflitos, no qual o entendimento e desentendimento são partes integrantes da totalidade comunicativa. Nesse

sentido, só há diálogo autêntico entre falas contrárias e, é nesse espaço, que a história se processa e se transforma, a partir da dialética dos interesses diversos e contraditórios.

### 3.1.4 Coleta de dados e a exploração do campo de pesquisa

A busca pela diversidade de dados tem por finalidade captar a complexidade dos fatos históricos, do diálogo, das relações e da cultura. Nessa direção, lançamos mão de diferentes técnicas de coleta de dados para consubstanciar a análise posposta.

Utilizamos a **entrevista semi-estruturada** como dispositivo para a coleta de informações sobre o objeto investigado. Triviños (1987, p. 146) argumenta que a opção por essa técnica “[...] ao mesmo tempo que valoriza a presença do investigador, oferece todas as perspectivas possíveis para que o informante alcance a liberdade e a espontaneidade necessárias, enriquecendo a investigação”. E, ainda, o “[...] informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa”.

A entrevista é uma técnica básica nas abordagens qualitativas, apresentando-se como uma forma de interação social, em que o investigador se apresenta com a intenção de obter informações que possam responder as indagações do objeto, por meio de uma reciprocidade entre pesquisador e pesquisado (GIL, 1999; LÜDKE; ANDRÉ, 2005). Convergente a essa idéia, Minayo (2004, p. 109-110) resume que a importância da entrevista para a coleta de dados nas ciências sociais sustenta-se no fato de:

[...] a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas.

Para tanto, elaboramos roteiros de entrevistas (Apêndices A, B e C) diferenciados para os distintos grupos que compõem os sujeitos da pesquisa (informantes-chave, lideranças locais, moradores do Núcleo e grupos focais), dado o caráter heterogêneo das representações dos participantes.

Inicialmente, procuramos ouvir os ex-funcionários da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (Desenvale) e da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), que foram identificados mediante informações obtidas por um dos informantes, o que nos permitiu chegar aos demais. Ouvimos também alguns representantes do movimento de resistência que foram identificados através de contato com o coordenador do Pólo do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (**Quadro 4**).

As entrevistas com os informantes-chave foram agendadas previamente de acordo com a disponibilidade do entrevistado. Com esses informantes foram destacados aspectos sobre o envolvimento no processo de reassentamento da população atingida, constituição e formação dos núcleos, participação das famílias, organização sociocomunitária, etc.

No campo empírico, estabelecemos os primeiros contatos com a comunidade. Inicialmente, foi feito o diagnóstico socioeducacional (Apêndice D) do Núcleo. Nestas aproximações, procuramos, inicialmente, identificar as lideranças locais. Na verdade, o fato de já sermos conhecidos pela maior parte da comunidade foi um aspecto que facilitou a relação de confiança entre o pesquisador e os sujeitos investigados, bem como, o processo de coleta de dados. As lideranças foram identificadas conforme a representação destes sujeitos na comunidade (**Quadro 5**).

Depois de identificadas as lideranças, agendamos encontros para realização das entrevistas. Antes de iniciarmos, da mesma forma que procedemos com os informantes-chave, falamos sobre as nossas intenções de pesquisa e pedíamos autorização para gravar os depoimentos. Cada entrevista durava, em média, 30 minutos. Nas entrevistas eram abordados aspectos sobre o pertencimento, identidade, participação e intervenção educacional.

Para finalizar a composição dos sujeitos, cuja técnica de coleta de dados foi a entrevista semi-estruturada de caráter individual, contemplamos o Grupo III (moradores do Núcleo). Para constituirmos tal grupo, realizamos um sorteio aleatório, tomando como referência o número de identificação que se encontra na entrada de cada lote do assentamento. Após a localização da residência do possível entrevistado, procuramos o responsável pelo domicílio, independente do sexo, e após apresentação e explicitação dos objetivos da pesquisa, solicitamos o livre consentimento dos sujeitos e, em seguida, iniciamos a entrevista. Quando o morador não era encontrado, passávamos para o lote que estava localizado, imediatamente, à direita. Com tal estratégia, o grupo III foi constituído por seis moradores (**Quadro 6**).

Depois de termos entrevistado os sujeitos dos três grupos anteriores, formamos o Grupo IV, que por conta da técnica de obtenção dos dados e da forma como se constituíram,

denominamos de grupos focais, formados por moradores do Núcleo, obedecendo a critérios de gênero, faixa etária (**Quadro 7**).

Para os investigados do referido grupo, a técnica de coleta de dados foi o **grupo focal**, que, de acordo com Macedo (2004, p. 178), “[...] trata-se de um recurso de coleta de informações organizado a partir de uma discussão coletiva, realizado sobre um tema preciso e mediado por um animador-entrevistador [...]”. Para realizamos este momento de coleta, utilizamos a entrevista semi-estruturada, contudo, a técnica aqui, “[...] constitui-se em um tipo de entrevista ou conversa em grupos pequenos, homogêneos, que atua de forma planejada para se obter informações relativas a um tema específico” (MINAYO *et al.*, 2005, p. 92).

Para este momento, foram agendados encontros com os moradores do Núcleo (no máximo cinco pessoas para cada grupo), de acordo com a disponibilidade dos participantes. Nos encontros, eram expostas nossas intenções enquanto pesquisador e posteriormente procurávamos estabelecer um diálogo, de forma que as questões de pesquisa apareciam e perpassavam a discussão.

Vale ressaltar que os dados das entrevistas individuais, bem como dos encontros com os grupos focais, foram gravados com o consentimento dos participantes da pesquisa para posterior transcrição e análise.

O processo de coleta de dados no campo empírico durou dois meses, incluído o diagnóstico socioeducacional, as entrevistas com as lideranças, os moradores e os encontros com os grupos focais. Foram realizadas dez visitas ao Núcleo, algumas vezes passávamos o dia inteiro compartilhando do cotidiano com os reassentados. Nestas visitas registramos algumas imagens que são trazidas ao longo deste relato e também no Anexo A.

A fim de complementar os dados e compreender melhor o contexto, estabelecendo conexões com as informações obtidas e que possam contribuir para responder as indagações do objeto que ora nos propomos a pesquisar, utilizamos também a **análise documental** que, segundo Lüdke e André (2005, p. 38), constitui-se “[...] numa técnica valiosa de abordagem dos dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

A pesquisa documental é constituída de fontes diversificadas e dispersas que não receberam ainda tratamento analítico, ou que mesmo tendo sido analisadas, podem ser reestruturadas de acordo com os objetivos da pesquisa. Por isso, buscamos fontes documentais (Anexo B) junto aos órgãos oficiais (relatórios, diagnósticos, planos operativos, cadernos de formação, dentre outros) que continham informações sobre o processo de



reassentamento das famílias e a constituição do Núcleo Fazenda Nova. Esta etapa foi iniciada, imediatamente, após a autorização de acesso às referidas fontes.

### 3.1.5 Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados através da Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (1977, p. 42), é

Um conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção destas mensagens.

Macedo (2004) diz que a Análise de Conteúdo possui a peculiaridade de estudar a comunicação entre os atores sociais, destacando o conteúdo das mensagens. Nesta direção, Minayo (2004, p. 199) complementa, “[...] o termo significa mais do que um procedimento técnico. Faz parte de uma histórica busca teórica e prática no campo das investigações”.

Assim, a análise dos dados seguiu alguns passos com o propósito de estabelecermos relações dialéticas entre as diferentes fontes num processo de confrontação do material empírico com o referencial teórico que circunscreve este estudo. Inspirados em Bardin (1977), Laville e Dionne (1999), Macedo (2004) e Minayo (2004), construímos nosso modelo de análise a partir de proposições básicas da análise de conteúdo: a) pré-análise; b) descrição; c) tratamento dos resultados e interpretações.

Na fase de pré-análise, organizamos o material coletado, envolvendo entrevistas gravadas e transcritas oriundas dos diferentes grupos. Ressalta-se que procuramos, ao máximo, manter o conteúdo manifesto nas falas dos depoentes e transcrevê-las à maneira singular que cada indivíduo faz uso da língua (*ipsis verbis*). Em seguida, mantivemos um contato exaustivo com o conteúdo do material empírico, na busca de estabelecer relações com as questões de pesquisa e com os objetivos do estudo, assim, foram identificados os **recortes dos conteúdos** e agrupados em função de sua significação. Esses recortes do material em análise constituíram unidades de sentido ou ainda, unidades de contexto ou registro.

Para Macedo (2004, p. 210), essa etapa corresponde a “[...] a) leituras preliminares e o estabelecimento de um rol de enunciados b) escolha e definição das unidades analíticas: tipos de unidades, definição de critérios de escolha”.

Assim, o recorte foi efetuado a partir de palavras, ou seja, palavras-chave que possuíam relação direta ou indireta com o objeto investigado, podendo ser uma expressão, frases ou enunciados que nos reportassem ao tema. Para Bardin (1977, p. 105), “[...] o tema é uma unidade de significação que se liberta naturalmente de um texto analisado segundo critérios relativos à teoria que serve de guia à leitura”.

Laville e Dionne (1999, p. 217) embora façam algumas ressalvas quanto à dificuldade de fazer recortes do conteúdo em temas, uma vez que, os temas “[...] nem sempre são delimitados com clareza e se encontram freqüentemente misturados a outros temas”, defendem que,

[...] a pesquisa dos temas pode melhor aproximar o pesquisador do sentido do conteúdo, pois ele se vê obrigado, mais do que com os fragmentos que dependem da estrutura lexical ou gramatical, a construir suas unidades de análise a partir da compreensão dos conteúdos.

Portanto, a unidade de significação supera a rigidez da expressão gramatical (MACEDO, 2004), seu sentido e significado depende do contexto, ou seja, tem uma carga histórica e, assim “[...] reflete posições frente à realidade, momentos do desenvolvimento e da dinâmica social, preocupações e interesses de classes e de grupos determinados” (MINAYO, 2004, p. 23).

Na fase seguinte, a **descrição** correspondeu à **definição das categorias de análise**, sob as quais foram organizados os elementos de conteúdos agrupados por semelhança de sentido.

Laville e Dionne (1999) apontam que a ordenação desses dois momentos – recorte dos conteúdos e definição das categorias analíticas – pode variar em função das intenções do pesquisador, seus objetivos e conhecimento na área de estudo. Estes autores classificam a forma de definição das categorias para fazer análise como modelo aberto (as categorias surgem a partir da análise), modelo fechado (são definidas *a priori*, a partir da teoria) o modelo misto (as categorias são definidas previamente, podendo sofrer alterações a partir dos dados empíricos).

Optamos pelo modelo misto e definimos previamente, com a possibilidade de mudança, algumas categorias de análise. Sobre o modelo misto, argumenta Laville e Dionne (1999, p. 222):

[...] não tem um caráter imutável da anterior, pois, em suas análises e interpretações, o pesquisador não quer se limitar à verificação da presença de elementos predeterminados; espera poder levar em consideração todos os elementos que se mostram significativos, mesmo que isso obrigue a ampliar o campo das categorias, modificar uma ou outra, a eliminá-las, aperfeiçoar ou precisar as rubricas.

Por fim, foi realizado o **tratamento dos resultados e interpretações ou análise interpretativa** dos conteúdos que emergiram a partir dos dados empíricos. Momento em que, segundo Macedo (2004, p. 211), o pesquisador “[...] trabalha desvelando sentidos e significados que habitam a teia comunicativa, que se escondem e se revelam, dependentes que são dos valores, ideologias e interesses do ser social”.

Nesta etapa, fizemos o entrecruzamento entre as diferentes informações coletadas (entrevistas, grupos focais e documentos) num processo de triangulação (MINAYO, 2004; MINAYO; ASSIS; SOUZA, 2005). Segundo Minayo (2004, p. 102), a triangulação “[...] é um termo usado nas abordagens qualitativas para indicar o uso concomitante de várias técnicas de abordagens e de várias modalidades de análise, de vários informantes e pontos de vista de observação, visando à verificação e validação de pesquisa”.

Por fim, compreendemos que a Análise de Conteúdo proposta neste estudo, intencionou superar o limite do conteúdo manifesto nos dados coletados. Para tanto, propôs-se a dialogar os diferentes contextos, procurando nos conteúdo latentes novas perspectivas, pois, para Macedo (2004, p. 211), “[...] há nos conteúdos de um texto um vivo processo instituinte que, numa pesquisa, deve tornar-se objeto do esforço interpretativo”.

Nessa direção, há possibilidade de fusão entre o real vivenciado pelos sujeitos sociais da pesquisa com o mundo do investigador, que também imprime em sua interpretação elementos de sua história, sua cultura e sua condição social, uma vez que não há neutralidade total. Assim, resume Minayo (2004, p. 237), “[...] a investigação social enquanto processo de produção e produto é ao mesmo tempo uma objetivação da realidade e uma objetivação do investigador que se torna também produto de sua própria produção”.

Nas próximas páginas, trazemos a análise e discussão dos resultados, tomando como elementos de referência as questões de pesquisa e os objetivos traçados inicialmente. Anterior à discussão das categorias participação, identidade e pertencimento,

contextualizamos nosso objeto no cenário do Movimento de Atingidos por Barragens e prosseguimos apresentando uma reconstituição histórica do Núcleo Fazenda Nova. Durante a análise, procuramos tomar como ponto de partida os depoimentos, estabelecendo interfaces com os documentos e o referencial teórico que sustenta este estudo.

## 4 ANÁLISE DOS DADOS



Figura 5: Buscando água na cisterna.

[...] a racionalidade é uma construção social transformável que se ajusta continuamente aos dados do lugar, da situação, em sua dinâmica.

Tais dados não seriam dados se o conjunto do contexto local da pessoa não fosse tomado em consideração com o olhar de ator situado.

Hassan Zaoual, 2003.

## 4.1 MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Antecedendo a *Reconstituição Histórica do Núcleo Fazenda Nova*, que apresentaremos a seguir, fizemos a opção por contextualizá-la a partir da trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens, movimento de caráter popular que tem como meta discutir, esclarecer e organizar as pessoas que são direta ou indiretamente atingidas pela construção das barragens.

Nas páginas seguintes, descreveremos a trajetória do Movimento dos Atingidos por Barragens<sup>2</sup>, destacando as conseqüências sociais e ambientais, fruto da adoção de uma política energética voltada para a exploração dos recursos naturais, em prol do modelo capitalista neoliberal. Nessa trajetória, contextualizaremos o cenário em que o Movimento entra para a história, enfocando os eventos realizados e as articulações que contribuíram para fortalecer a luta dos atingidos, apontando, principalmente, a condição em que vivem os atingidos por barragens, a forma como se organizam, e suas bandeiras de luta.

### 4.1.1 Contexto histórico

De acordo com as informações obtidas no caderno de formação n. 7, intitulado *MAB: Uma História de Lutas, Desafios e Conquistas*, o Movimento teve como cenário o modelo de geração de energia, intensificado no Brasil, durante a década de 70 do século passado. Tal modelo contemplava a geração de energia a partir de grandes barragens. Dessa forma, Usinas Hidrelétricas (UHE) foram construídas, em todo país, com o objetivo principal de gerar eletricidade para as indústrias eletro-intensivas, como forma de promover o desenvolvimento da economia nacional. Vivíamos o chamado “milagre brasileiro” durante a ditadura militar (MAB, 2003).

---

<sup>2</sup> Todas as informações, aqui apresentadas, foram obtidas por meio de pesquisa documental realizada nos Cadernos de Formação e Dossiê do Movimento de Atingidos por Barragens (Anexo B), publicados nos últimos cinco anos.

Na década de 60 do mesmo século, o setor elétrico brasileiro era controlado por duas empresas multinacionais, que se restringiam a atender as fábricas e o mercado internacional, excluindo a população, fato que justifica, nos dias atuais, ainda existirem regiões pobres que não possuem energia elétrica.

Segundo dados da mesma fonte (MAB, 2004a), quando o Estado Brasileiro estava consolidando a criação de um setor verdadeiramente estatal, houve o Golpe Militar e, a partir de então, o governo brasileiro passou a desenvolver e apoiar, em parceria com o capital internacional, inúmeros projetos de geração de energia.

Ainda de acordo com o Movimento, foi nesse contexto que começaram a ser construídas as barragens de Itaipu, Tucuruí, Balbina, Itaparica, Ita, Sobradinho, entre outras. No processo de construção das barragens, eram definidas as competências das instituições envolvidas. As empresas privadas responsabilizam-se pelas questões tecnológicas (construir e equipar as barragens) e o governo pelas questões socioeconômicas e ambientais (reassentamento das populações atingidas). Cabe ressaltar que os maiores desastres sociais e ambientais, decorrentes da construção de barragens, ocorreram nessa época.

Comunidades inteiras de quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, entre outros, foram destruídas, perderam suas terras, tiveram suas casas alagadas, plantações dizimadas, as condições de trabalho destruídas, sem qualquer possibilidade de diálogo com os responsáveis. Qualquer tentativa de manifestação popular era violentamente reprimida e acompanhada pela polícia militar (MAB, 2004a, p. 9).

Para o governo brasileiro, o importante era construir barragens para a geração de energia e fazer o milagre econômico acontecer. Quanto às populações atingidas e às questões ambientais, eram fatos não contemplados nas políticas de desenvolvimento concebidas naquele período.

Em meio a esses conflitos, surgem alguns focos de resistência, organização e luta que, segundo o MAB (2003), pode ser considerado o berço do que o movimento viria se tornar anos mais tarde. O primeiro foco ocorreu no Nordeste, no final dos anos 70, com a construção da UHE de Sobradinho, no Rio São Francisco, e a UHE de Itaparica. O segundo aconteceu no Sul do país, em 1978, com a construção da UHE de Itaipu e anúncio da construção das usinas de Machadinho e Ita. E o terceiro foco de resistência ocorreu no Norte, quando populações atingidas se organizaram para lutar pela garantia de seus direitos frente à construção da UHE de Tucuruí.

Nessa década, nos três cantos do país, ocorreram inúmeras mobilizações populares que, no início, reivindicavam pela garantia de indenizações justas e reassentamentos. No entanto, essas lutas evoluíram para o próprio questionamento da construção das barragens, “[...] os atingidos passaram a perceber que, além da luta isolada na sua barragem, deveriam se confrontar com o modelo energético nacional e internacional” (MAB, 2003, p. 6).

Daí a necessidade de uma organização que articulasse a luta em todo país. Nessa perspectiva, a década de 80 sinaliza o início da organização dos atingidos por barragens com lutas locais e regionais. Período marcado por fortes pressões populares que levou o governo a dar maior atenção aos problemas oriundos das barragens, ainda que não trazendo soluções plausíveis aos problemas apontados.

Nesse cenário, alguns eventos consolidaram a entrada do MAB para a história. Um deles aconteceu em abril de 1989, o I Encontro de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que contou com a participação de representantes de várias regiões do país. Ali foi realizado um levantamento das lutas e experiências dos atingidos em todo o país, e decidido constituir uma organização, em nível nacional, para lutar frente aos planos de construção de grandes barragens.

Em 1991, aconteceu o I Congresso dos atingidos de todo o Brasil. Nesse Congresso, o MAB é apontado como movimento nacional, popular, autônomo, com a missão de organizar e articular as ações contra as barragens, a partir das realidades locais (MAB, 2003).

Depois desses dois grandes eventos, os Congressos Nacionais passaram a ser realizados a cada três anos, ocasião em que se reuniam representantes de todas as regiões organizadas e eram estabelecidas as diretrizes e linhas de ação que embasariam as atividades locais.

Outro grande acontecimento na história do MAB foi a realização do I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, em março de 1997, em Curitiba-PR, Brasil. Do encontro, participaram representantes de 20 países, que vivem em contextos semelhantes e de organizações de apoio. Estavam presentes atingidos por barragens da Ásia, América, África e Europa e ali puderam compartilhar experiências de lutas e conquistas, denunciar e discutir políticas energéticas, falar das lutas contra a construção das barragens em escala internacional, assim como discutir formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento do movimento no âmbito internacional (MAB, 2003).



Além da *Declaração de Curitiba*, o encontro institucionalizou o dia 14 de março como *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens*, tornando-se ponto de referência internacional.

E as ações desencadeadas não pararam por aí,

Fruto desta articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, ainda no ano de 1997, é criada, na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimento de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o objetivo de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de barragens a nível mundial, bem como propor alternativas. Deste debate, que durou aproximadamente três anos, resultou o relatório final do CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões (MAB, 2003, p. 7).

O relatório elaborado pela CMB foi lançado em Londres, em novembro de 2000. O relatório, além de apontar os problemas causados pelas barragens, denunciava o não cumprimento dos objetivos prometidos, alegando que as UHE produzem menos energia do que o projetado, fornecem menos água e irrigam menos áreas, e ainda o tempo estipulado para a construção quase sempre é extrapolado. Os estudos e relatórios de impacto ambiental não conseguem prever as conseqüências sociais e ambientais causadas com a construção da barragem. O que ocorre, geralmente, é uma supervalorização dos benefícios esperados e minimização dos impactos negativos.

Por fim, o relatório apresentava alternativas ao setor elétrico, que poderiam contribuir na mudança da matriz energética e acabar com o problema da falta de energia e problemas sociais e ambientais causados pelas barragens. São elas: geração de energia, a partir da biomassa; geração de energia eólica; geração de energia solar; repotenciação das hidrelétricas e redução das perdas na transmissão e distribuição de eletricidade.

Embora o MAB tenha se consolidado como pudemos perceber nessa breve trajetória, o cenário nacional daquele período apontava outros caminhos.

Com o processo de privatização do setor elétrico nos anos 90, a solução das questões sociais e ambientais começa a andar em sentido contrário. O Governo e o Estado se retiram dos compromissos e passam toda a responsabilidade ao controle das empresas privadas, ou seja, há um grupo muito pequeno de empresas internacionais que assumiram violentamente o setor em função de suas empresas matrizes, localizadas nos Estados Unidos ou nos países europeus. Diante dessa realidade, a vida e o rumo das famílias atingidas, assim com as questões ambientais, passaram a ser definidas por

empresas internacionais que em alguns países são chamadas de eletro-trafficantes. Essas empresas possuem um padrão mundial de tratamento extremamente violento, desrespeitando os direitos humanos. O que percebemos, ao longo dos anos da privatização, é que em todas as barragens as empresas caminham no sentido de cortar os gastos com as questões sociais e ambientais para aumentarem significativamente seus lucros (MAB, 2004a, p. 9).

A privatização do setor brasileiro veio piorar ainda mais a situação dos atingidos por barragens. Para que possamos conhecê-la melhor, descreveremos a seguir como se dá esse processo. Primeiro, a empresa construtora procura os dados de potencial energético da região, realiza levantamentos técnicos, além de levantamento socioeconômico do local. O que é interessante é que esses estudos são feitos ou contratados pela própria empresa interessada na construção da barragem e esses dados serão utilizados, posteriormente, no processo licitatório e na elaboração dos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA). Porém, na prática, é a própria empresa interessada na construção que faz o levantamento de quantas famílias serão atingidas e as não incluídas, nesse levantamento, passam a ser consideradas ilegais.

No processo de desapropriação, às famílias cadastradas são oferecidas três opções: carta de crédito, indenização em dinheiro ou reassentamento em grandes áreas.

Os atingidos que recebem a carta de crédito, além de serem logrados pelas imobiliárias, vão parar em regiões isoladas, desprovidas de acompanhamento técnico e social, fazendo com que as famílias, brevemente, abandonem suas terras.

Os que recebem indenização em dinheiro migram, geralmente, para os centros urbanos. É importante destacar que as posses são avaliadas abaixo do valor de mercado e o total recebido não possibilita a compra de um imóvel de condições dignas, indo morar na periferia ou, ainda, pagar aluguel. No entanto, outros fatores ameaçam essas pessoas, por exemplo, a inserção nos contextos comunitários, sociais e, principalmente, no mercado de trabalho.

Como destaca o MAB (2004b, p. 7), “[...] o reassentamento das famílias em outras áreas é a possibilidade mais viável. É ali, no reassentamento, que as famílias reconstróem suas comunidades, recomeçam a produzir, com assessoria técnica, e recriam uma nova cultura camponesa”.

No entanto, poucos são os reassentamentos que recebem os benefícios definidos no projeto de remanejamento das famílias atingidas. Na maior parte dos casos, recebem apenas a casa e a terra. As promessas de acompanhamento técnico e social, irrigação, dentre

outras, são esquecidas. Poderíamos dizer que os atingidos não perdem apenas as terras, perdem trabalho, os vínculos comunitários, o sentimento de pertença, a cultura.

Não obstante ao processo de privatização do setor elétrico brasileiro, o MAB aponta a necessidade de construir um novo projeto de desenvolvimento para o Brasil que não contemple o modelo vigente, devido às seqüelas deixadas e o destino final dos lucros oriundos desses projetos.

Aponta, ainda, a necessidade do Brasil adotar uma política energética que não favoreça os interesses das grandes construtoras e a expansão de indústrias eletro-intensivas que visam apenas à exploração. Para se ter uma idéia, segundo dados do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo (IEE/USP) divulgados pelo MAB (2001, p. 4), “[...] as indústrias de alumínio, ferro-ligas e siderúrgicas consomem quantidades enormes de energia elétrica e precisam de 50-70 vezes mais energia para gerar o mesmo número de empregos que as indústrias têxteis ou de alimentos e bebidas”.

#### **4.1.2 O processo de organização**

Atualmente, o MAB é definido como “[...] um movimento popular, autônomo, que visa reunir, discutir, esclarecer e organizar os atingidos direta ou indiretamente pelas barragens e obras já construídas ou projetadas, para a defesa de seus direitos” (MAB, 2001, p.1).

Por entender a luta dos atingidos por barragens como parte da luta geral contra outras formas de opressão, o MAB integra-se na luta dos Movimentos dos Sem Terra, do Movimento dos Pequenos Agricultores, das Mulheres Agricultoras, na luta sindical e ecológica.

Constituem o movimento pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, posseiros, arrendatários, diaristas, etc.), povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores. A luta é motivada pelo processo de tomada de consciência de sua situação, a partir da participação, organização e decisão dos destinos da coletividade (MAB, 2003).

O MAB (2001, p. 1) destaca que onde não for possível impedir a construção das barragens lutará para que

[...] nenhuma nova barragem seja construída sem a adequada informação e prévio consentimento das populações atingidas; sejam reconhecidos os direitos das populações indígenas e remanescentes de quilombos à auto-determinação, preservação do patrimônio cultural e integridade territorial; as empresas, privadas ou públicas, engajadas na construção e operação de barragens, em cooperação com os governos locais e centrais, sejam responsabilizadas integralmente pelos custos sociais e ambientais incorridos, bem como pelos programas e projetos de desenvolvimento, reassentamento e restauração ambiental que assegurem a melhoria das condições de vida dos atingidos e contribuam para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Dentre as principais bandeiras de luta, destacamos: (1) luta contra as barragens; (2) pelos direitos dos atingidos por barragens; (3) pela construção de uma nova política energética e (4) lutas contra o modelo capitalista neoliberal e pela construção de um projeto popular para o país (MAB, 2003).

Por estar presente nas várias regiões do Brasil, onde predominam diferenças geográficas, culturais, étnicas, econômicas, etc., exige do movimento um profundo respeito às diferenças regionais e locais.

A democracia participativa, assim como tem sido em toda a nossa história, deve ser exercida através da participação direta dos trabalhadores nas discussões e decisões em todas as instâncias. Democracia entendida não somente como participação popular nas discussões e decisões, mas também como conquista de direitos e oportunidades iguais para todos [...] (MAB, 2003, p. 11).

A participação dos atingidos nas instâncias do movimento começa nos Grupos de Base, daí às coordenações, às reuniões e assembleias. Os Grupos de Base são pequenos grupos constituídos por cinco a dez famílias que compartilham o mesmo espaço geográfico e que foram ameaçadas ou atingidas por barragens. Em cada grupo, devem ser escolhidos dois coordenadores, preferencialmente um de cada sexo (MAB, 2004c). Essa dinâmica organizacional quer garantir a participação dos membros nas atividades do movimento, assim como a discussão e avaliação permanente das mesmas.

As considerações trazidas na trajetória do que ora discorreremos nos ajuda a compreender a política energética brasileira, modelo de desenvolvimento adotado e a influencia no plano de construção das barragens. Nas próximas páginas, nos aproximaremos de nosso objeto de estudo quando falaremos da construção da Barragem Pedra do Cavalo.



Figura 6: Reassentados do Núcleo Fazenda Nova.

[...] essas famílias não foram é,  
organizadas e preparadas para deixar suas terras,  
deixar suas propriedades,  
sabendo que quando você mora num local,  
você não tem apenas a moradia, você tem uma série de vínculos ali [...].

## 4.2 RECONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DO NÚCLEO FAZENDA NOVA

### 4.2.1 Primeiras palavras

Para fazermos a reconstituição histórica<sup>3</sup> do Núcleo Fazenda Nova é imprescindível inseri-la no contexto de construção da Barragem Pedra do Cavalo localizada na Região da Bacia do rio Paraguaçu, Planalto do Recôncavo Baiano, e delinear em linhas gerais o cenário sociopolítico e econômico daquele período.

A política desenvolvimentista que o Brasil adotou nas décadas que antecederam a construção das grandes barragens em nosso país, visando ao desenvolvimento do capital e suas forças produtivas, influenciava o Estado na criação de uma infra-estrutura que possibilitasse de forma ascendente o crescimento do capital. Nessa perspectiva, parte significativa dos planos governamentais direcionou-se para a construção de barragens, as quais, pelo fornecimento de água potável e energia elétrica, iriam satisfazer a industrialização do país (SANTOS *et al.*, 1986).

A Barragem Pedra do Cavalo foi uma das cinco principais barragens construídas no Brasil, nas décadas de 70 e 80 do século XX: Sobradinho, no médio São Francisco, teve as obras iniciadas em 1972 e as comportas fechadas em dezembro de 1977. Esta apresenta particularidades, pois para a formação do lago foi necessária a relocação de toda população das sedes dos municípios de Remanso, Pilão Arcado, Sento Sé e Casa Nova, todas submersas pelas águas do rio São Francisco; a Usina Hidrelétrica de Itaipu, situada no rio Paraná, que, segundo Germani (2003), é a maior UHE do mundo, um projeto binacional entre Brasil e Paraguai, construída entre os anos de 1974 e 1982, seu reservatório inundou 789 km<sup>2</sup> de terras brasileiras e 570 km<sup>2</sup> de terras paraguaias consideradas as mais férteis do mundo e expropriou mais de 42 000 pessoas; a Barragem de Tucuruí, na região amazônica, que teve sua construção no período de 1978 a 1985; a Barragem Pedra do Cavalo, localizada na região fumageira do Recôncavo Baiano, construída a partir de 1979 e as comportas fechadas em 1985; e, por último, a Barragem de Machadinho no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que representa um caso *sui generis* uma vez que sua construção foi embargada como

---

<sup>3</sup> A presente reconstituição foi feita mediante pesquisa documental realizada através da consulta a documentos como relatórios, plano operativo, etc. (Anexo B), dados obtidos com os informantes-chave e trabalhos de pesquisa concluídos.

consequência da pressão da população atingida, tendo suas obras reiniciadas em 1986 e inaugurada recentemente.

Em todos os casos pontuados, foram inúmeros os impactos sociais decorrentes dessa lógica desenvolvimentista neoliberal que influencia e orienta os planos governamentais não contemplando a população atingida com a construção das barragens, que depende da terra e, por não possuir uma história de organização sociocomunitária anterior à construção da barragem, a maioria não consegue resistir e interferir no processo de reassentamento. Destacando, também, que a heterogeneidade da população atingida (pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, assalariados, pescadores, meeiros, etc.) dificulta a consonância dos problemas que os afeta, uma vez que apresenta diferenças culturais e experiências de vida singulares.

De modo geral, nos casos anteriormente mencionados, as reivindicações básicas das populações atingidas eram a garantia de posse da terra, construção de casa pela empresa responsável e indenizações justas. No entanto, vale ressaltar que existem algumas peculiaridades concernentes a cada uma delas.

No caso do Complexo Pedra do Cavalo, ele foi construído com a proposta de usos múltiplos, o que justificava a quantidade de obras, mas tinha como objetivo principal, naquele momento, abastecer a região metropolitana de Salvador e outras cidades do Recôncavo Baiano. Posteriormente, passou a controlar também o nível de água do rio Paraguaçu, evitando inundações das cidades ribeirinhas que ficam a jusante, além de proporcionar lazer e embelezamento à região.

Através de estudos realizados pela Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos em convênio com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1972, decidiu-se construir a Barragem Pedra do Cavalo. Estes estudos faziam parte do Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraguaçu e do Plano Diretor de Abastecimento de Água e Controle da Poluição da Grande Salvador, que previa a utilização do rio Paraguaçu para abastecimento de água para a região metropolitana da capital até o ano de 2083. No entanto, o Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do rio Paraguaçu, elaborado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) propôs o aproveitamento dos recursos hídricos e naturais da área e implementação de um programa de desenvolvimento que fixaria o homem na região e diminuiria o êxodo para a capital. Entre os programas, estava a construção da barragem que, além do abastecimento de água, seria utilizada para irrigação, energia elétrica e controle de cheias (SANTOS *et al.*, 1986).

A decisão pela construção gerou algumas reações, questionava-se sua viabilidade sob os aspectos técnicos, sociais e econômicos

[...] a construção da barragem gerou grande polêmica quanto a sua viabilidade técnica e socioeconômica, visto que diversos setores questionaram não só a capacidade do solo em conter obra de tal porte como também seu custo dispendioso, além de acarretar graves impactos sociais à população. Neste sentido, um estudo pelo CEPED – órgão vinculado à Secretaria do Planejamento do Governo baiano – em 1980, acerca do meio ambiente físico e biológico, geomorfológicos e geológicos, constatou que tanto o local onde se encontra a barragem como a região atingida pelo lago são área sismicamente ativas, indicando a possibilidade de ocorrer abalos sísmicos, tanto naturais, quanto induzidos pela formação e acomodação do lago. Entretanto, o relatório final desse estudo não foi divulgado (EMILIANO, 1983, *apud* SANTOS *et al.*, 1986, p. 16).

Algumas entidades contestaram a construção da barragem, entre elas destacaram-se o Sindicato de Engenheiros e o Grupo Ambientalista da Bahia (GAMBA), que denunciou a racionalidade técnica da obra, além de mostrar que existiam alternativas mais viáveis para o abastecimento de Salvador. Atuação importante foi a do Cardeal D. Avelar quando se recusou a visitar a área, alegando que só o faria quando os atingidos estivessem reassentados (SANTOS *et al.*, 1986). De acordo com o depoimento de um dos informantes-chave, desde o início ele já havia manifestado certa preocupação com a população atingida, havia, inclusive, solicitado ao diretor da empresa responsável um mapa da área que seria atingida com a construção da barragem. Outras entidades como associação de professores, diretórios estudantis colocaram a questão na pauta de discussão em suas assembléias.

Não obstante as reações provocadas, destacam Santos e outros (1986) que a decisão foi mantida, e a Barragem Pedra do Cavalo foi projetada, licitada e iniciada no final do governo Roberto Santos. No entanto, divergências políticas entre o governador e o presidente da Centrais Elétricas Brasileiras S. A. (Eletrobrás), no período, Antônio Carlos Magalhães, foram suspensos os financiamentos e a obra foi interrompida, só reiniciada em 1979, quando Antônio Carlos Magalhães foi nomeado governador.

Segundo Germani (1993, p. 596), a construção da Barragem Pedra do Cavalo traz algumas particularidades:

[...] a Barragem Pedra do Cavalo foi construída pelo Governo do Estado da Bahia, fora do sistema da Eletrobrás. Sua construção fazia parte do Plano de Valorização dos Recursos Hídricos da Bacia do Vale do Paraguaçu que propunha o aproveitamento dos recursos hídricos e naturais da bacia em



benefício do desenvolvimento regional, com o objetivo de fixar o homem na região e diminuir o êxodo para Salvador.

Em contrapartida ao audacioso *Projeto de Desenvolvimento Barragem Pedra do Cavalo*, foram desalojadas inúmeras famílias de pequenos produtores rurais, atingindo, diretamente, cerca de cinco mil pessoas que residiam e trabalhavam, originalmente, em terras que foram inundadas com a formação do reservatório, pertencentes aos municípios de Feira de Santana, Santo Estevão, Antonio Cardoso, São Gonçalo dos Campos e Cabaceiras do Paraguaçu, este último então território do município de Muritiba (CARMO, 2002).

Para executar as obras de implantação do Complexo, o governo do Estado da Bahia criou a Desenvale. As obras tiveram início, de fato, em 1979, com a construção da represa cuja conclusão estava prevista para 1982, o que não aconteceu; depois de ter sido várias vezes adiada, as comportas finalmente foram fechadas em 1985. Germani (1993, p. 599) destaca,

[...] os dados com relação a obra davam conta da grandiosidade da represa, a terceira maior da América Latina, mesclando as utilidades oferecidas. A propaganda mencionava os aspectos positivos, porém em nenhum momento fazia referência ao número de pessoas afetadas nem para o seu destino.

A princípio, a empresa não estava preocupada com os impactos sociais da obra e, em seus planos, estava previsto somente o pagamento de indenizações aos pequenos proprietários, até porque, naquele momento nem se conhecia o número real das famílias atingidas.

Esse cenário começa a mudar quando o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Feira de Santana, em parceria com o Movimento de Ação Comunitária (MOC), inicia um processo de reivindicações junto à Desenvale no qual exigia um plano de reassentamento para a população atingida (SANTOS *et al.*, 1986).

Vale ressaltar que nesse período o MAB, como vimos nas páginas anteriores, ainda não havia sido criado, os primeiros passos para sua estruturação e organização se deram a partir do I Encontro de Trabalhadores Atingidos por Barragens que aconteceu em 1989.

De acordo com Santos e outros (1986), o movimento sindical da região naquela época não gozava de tanto privilégio no que diz respeito à organização comunitária, pois era marcado por forte dependência do poder local e mero instrumento de prestação de serviços e assistência. E até mesmo, nem todos os municípios envolvidos tinham STR ou outras formas de representação de classe. Santos e outros (1986, p. 26) destacam: “[...] as legalizações que

processaram-se nessa época foram, na verdade, a maneira pela qual o Estado exerceria o controle sobre os movimentos sindicais de um modo geral”.

Além disso, a Desenvale usou de um forte *lobby* junto à população, conseguindo adesão de grandes fazendeiros, chefes políticos, padres da igreja católica, etc. para fazer propaganda da obra e tentar macular e intimidar a atuação do sindicato. Esses fatores contribuíram para que o movimento de resistência enfrentasse inicialmente algumas dificuldades de sensibilização e mobilização da população atingida na sua atuação junto à Desenvale.

Estes depoimentos reforçam os argumentos trazidos acima:

[...] o sindicalismo daquela época ainda tava muito preso ao assistencialismo do Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), do médico, aposentadoria e médico era o forte deles [...] e depois, era o medo de enfrentar, você imagina quem era enfrentar a Desenvale? Depois eles evoluíram, depois a gente contou com a presença, inclusive, sindicatos novos foram criados na luta, [...] então a nível de sindicato, você não tinha grande atuação na região, nessa linha de trabalho; a nível de igreja você também não tinha. Então, a gente tinha o apoio da Pastoral da Terra em Salvador, aqui em Feira não existia Pastoral da Terra, era Pastoral Rural trabalhava inicialmente no semi-árido e mais com pequenos produtores, então não tinha essa lógica do conflito e das intervenções a nível de ser contra a determinada política governamental que prejudique a população. [...] a igreja local também não tinha esse tipo de intervenção, não tinha movimento estudantil, esses outros movimentos. Então, praticamente, nós éramos figuras alheia à região, o MOC também não tinha muita atuação por lá, então a gente entrou na região em cima do trabalho de Pedra do Cavalo **(Grupo I, ent. 4)**.

[...] fizemos trabalho de divulgação com auxílio de audiovisual, televisão e em todas as comunidades nós parávamos para explicar o que é o reassentamento, as vantagens que tinham, os problemas que iriam surgir para que o povo começasse a entender e aderir ao esquema e tornarem nossos parceiros [...]. Fizemos várias reuniões, principalmente Ipuçu, como era um povoado, as outras não, se restringiu a visita domiciliar, sem até a aplicação do questionário para vender o projeto, a idéia do projeto [amenizando as palavras] o que iria acontecer, as beneficiés e esse trabalho de divulgação mais coletiva que a gente marcava uma grande reunião no povoado dia tal e aí se equipava desse material eletrônico e fazíamos essa divulgação toda, panfletos, outros recursos mais de divulgação **(Grupo I, ent. 3)**.

Se, por um lado, a população atingida não era considerada pela empresa, passando pelo descompromisso com o reassentamento até o pagamento de indenizações injustas, do outro, o processo de desapropriação foi feito à revelia como mostra o *Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento*:

Verificou-se que, apesar de existência na Conder 02 de serviços autorizados para desenvolver atividades de Conferência e Avaliação (SECAL) e de Desapropriação (SEDES), em várias circunstâncias, a empresa transgrediu as normas e procedimentos usuais:

- As Resoluções de Diretoria (RD'S) privilegiaram e favoreceram os grandes proprietários;
- Ao longo do Processo Desapropriatório, muitas vezes, esses serviços não foram sequer consultados; [...].
- Para os privilegiados (com condição de constituir advogados), as RD'S autorizaram indenizações cujos valores situaram-se bem acima daqueles estipulados pela Tabela de Avaliação da Desenvale, enquanto que para a maioria de pequenos proprietários, posseiros, meeiros..., que ignorava até o termo de "Imissão de Posse" e, sequer, tinha acesso a um Defensor Público, a indenização de seus bens foi altamente injusta (BAHIA, 1987, p. 9).

O Relatório denuncia ainda outros equívocos cometidos pela empresa no processo de desapropriação. Na área de construção da adutora de água bruta<sup>4</sup>, em alguns casos, percebeu-se o favorecimento político, uma vez que o valor da indenização foi 30 vezes superior ao de avaliação, sem considerar os valores das casas construídas, que a maioria dos expropriados indenizados pelos bens demolidos, recebeu casas novas e não teve esse valor deduzindo da avaliação final; dessa forma, houve duplicidade de indenização. Portanto, conclui o Relatório:

A bem verdade, nos acordos firmados na Justiça em alguns casos de desapropriação amigável, que não dependeram de Resoluções de Diretoria, as indenizações foram pagas com base nos cálculos de avaliação do setor competente, cujos índices observaram a Tabela Básica, enquanto que nas desapropriações decorrentes de Resoluções de Diretoria os preços não obedeceram aos índices e valores constantes da Tabela em questão e apresentam-se em muito, superiores àqueles índices (BAHIA, 1987, p. 25).

Não obstante esses fatos, os primeiros passos, segundo Germani (1993), na perspectiva de organização e mobilização da população atingida, foram dados no início de 1983. De acordo com os depoimentos abaixo, o desmatamento da área desencadeou as primeiras manifestações da população atingida.

[...] o desmatamento, ele vai ocorrer muito antes do necessário [...] ocorreu antes mesmo de ter sido completado o processo de desapropriação, então isso gerou uma inquietação muito grande, foi objeto das primeiras manifestações que o pessoal do sindicato de Santo Estevão organizou [...] **(Grupo I, ent. 7).**

---

<sup>4</sup> Água bruta é o mesmo que água não tratada, pode ser a água de um rio, fonte, poço, barragem, etc.

[...] a partir da manifestação/comemoração ocorrida em 1º de maio de 1983, no município de Santo Estevão, com cerca de 300 pessoas a percepção da população em relação ao SRT e ao movimento começa a transformar-se. Além disso, tal manifestação representou o marco inicial de organização e conscientização da classe envolvida. O objetivo desse encontro foi incentivar, mais uma vez, a população na luta pelos seus direitos (SANTOS *et al.*, 1986, p. 34).

Essas mobilizações levaram a criação do Pólo Sindical, que passou a articular as entidades que atuavam em torno dos problemas de construção de barragens em escala nacional.

A obra era irreversível, não se questionava mais isso. O questionamento era sobre o destino da população desapropriada. A reivindicação principal era 'terra por terra', mais tarde ampliaria para 'terra para todos'. [...] no começo de 1983 a Desenvale realizou uma pesquisa para identificar e quantificar as famílias afetadas, sendo cadastradas 1 660 famílias que teriam suas áreas total ou parcialmente inundadas. Se estabeleceu uma nova fase de relação da empresa com a população afetada frente à prática anterior de singelo pagamento de indenização, passou a falar em reassentamento para as famílias mais necessitadas (GERMANI, 1993, p, 600).

A articulação do Pólo Sindical desencadeou na realização, em junho de 1984, de um encontro entre o Pólo Sindical de Feira de Santana, o Pólo Sindical de Itaparica e os sindicatos de Sobradinho. Esse evento contribuiu para o fortalecimento do movimento, em prol do reassentamento das famílias atingidas.

As primeiras manifestações foram pouco expressivas, no entanto, outros sindicatos da região e sociedade civil começaram a apoiar e o movimento passou a ter repercussão. No ano seguinte, duas outras manifestações legitimam o movimento em defesa dos atingidos pela barragem, ganhando confiança, respeito e adesão dos trabalhadores. A primeira manifestação desse ano ocorreu em novembro de 1984 no município de Santo Estevão, com 800 pessoas e a segunda, também em novembro, um ato público em frente à Câmara de Vereadores de Feira de Santana, contou com a participação de 1 200 pessoas, entre eles, representantes políticos, da Igreja, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia (Fetag) e outras entidades civis. Também a diretoria da Desenvale compareceu, expôs os seus planos e ouviu sugestões dos trabalhadores sobre o processo de reassentamento (SANTOS *et al.*, 1986).

Outras manifestações aconteceram em Salvador em frente ao prédio em que funcionava a Desenvale, além de encontros em Feira de Santana e outros municípios da região, para discutir com os atingidos os impactos trazidos com a construção da barragem e

estudar estratégias de mobilização e reivindicação. É importante destacar que o STR de Feira de Santana contou com a ajuda de diversas entidades que estavam diretamente envolvidas com a luta dos atingidos, entre elas, o MOC, que assessorou desde o início, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Fetag, além dos STR dos municípios envolvidos, os já existentes e os que foram sendo implantados no processo.

#### 4.2.2 A desapropriação

No início, como explicitado anteriormente, estava previsto no projeto apenas o pagamento de indenizações; no entanto, fruto da pressão exercida pelo movimento de reivindicação, a empresa começou a falar em reassentar a população ribeirinha e, posteriormente, passou a considerar os posseiros e pequenos proprietários com até cinco tarefas, e mais tarde a Desenvale atendeu à solicitação do movimento para reassentar também os produtores com até vinte tarefas. Vale ressaltar que o módulo definido pela Desenvale foi de dez tarefas para cada família reassentada, inferior ao adotado pela região e distante do sugerido pelo movimento – 80 tarefas. Famílias que possuíam 60 tarefas iriam receber apenas dez. De acordo com dados do documento *Plano Operativo da Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)*, de junho de 1989,

Houve por parte do movimento sindical da região uma reação muito grande, exercendo pressões no sentido de ser respeitado o módulo mínimo de parcelamento estabelecido pelo Incra. O muito que se conseguiu foi um compromisso do Governo anterior em num prazo de três anos implantar irrigação ou ampliar a área de sequeiro (BAHIA, 1989).

Alguns depoimentos dos informantes-chave destacam que “Esse módulo não se obedeceu necessariamente o módulo do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), se criou dentro do espaço disponível” (**Grupo I, ent. 3**). Outro, ainda, acrescenta:

[...] a gente tentava garantir o módulo, que o módulo na região era trinta hectares. Você imagina um trabalhador que nunca teve um pedaço de terra, ele imaginar que ele tem direito a trinta hectares, primeiro que na prática isso já era difícil, que é uma área toda de médios proprietários, então você não encontrava áreas pra serem desapropriadas que dessem pra responder esse módulo [...] e segundo que no universo deles isso [sorriu] não existia,

entendeu, não podiam se imaginar proprietários de uma área de trinta [...] **(Grupo I, ent. 4).**

O primeiro núcleo a ser formado foi o de Ipuacu, no município de Feira de Santana, onde foram reassentadas 88 famílias; este é o único com características urbanas. Os equívocos cometidos na sua constituição e no processo de reassentamento geraram uma série de conflitos entre a Desenvale e a população atingida, o que desencadeou o envolvimento mais direto do STR e MOC a partir de outubro de 1983, no processo de reassentamento.

[...] onde Ipuacu foi construído, é praticamente rocha, floresce, tem muito pouco solo, a ponto dos postes de luz, eles tiveram que explodir dinamite pra enfiar os postes e o próprio cemitério teve que fazer um aterro pra poder enterrar. Daí quando eu soube disso eu perguntei por que escolheram essa área, essa terra, aí eles que escolheram foi processo participativo, daí eu perguntei de que era essa terra, e essa terra era de um vereador de Feira, que foi quem coordenou todo o processo participativo pra escolher. Porque eles queriam o outro lado, que inclusive ficaria mais próximas das terras; fato é que a Vila de Ipuacu foi a primeira, demorou muitíssimo para que eles tivessem acesso a terra, eles ficaram com casa, mas sem a terra pra plantar [...] uma senhora falava assim ‘eu to com a casa aqui muito bonita, to com o joelho todo esfolado de tanto esfregar o chão, mas o que eu vou por na panela? Telha? Só de casa não vive’ **(Grupo I, ent. 7).**

Diante da pressão exercida pelo movimento, a Desenvale passou a substituir a postura autoritária por uma postura de negociação. Para isso foi constituída uma comissão formada por representantes da Fetag, STR, MOC, Igreja, Desenvale e a população atingida. Santos e outros (1986, p. 43) destacam que “A formação dessa comissão, implicou não só no sentido de negociar acerca das indenizações, como de interferir e definir a propósito dos critérios de reassentamento [...] o qual poderia resultar no beneficiamento de alguns em detrimento de outros”.

Dentre os critérios estabelecidos para o reassentamento, estava a subdivisão dos núcleos em: *núcleo de reassentamento* – quando este tivesse mais de cinquenta lotes o núcleo contaria com o oferecimento de assistência técnica, infra-estrutura comunitária (igreja, escola, posto de saúde, etc.), equipamentos comunitários, água, luz elétrica e irrigação; *núcleo de relocação* – abaixo de cinquenta lotes, o núcleo não contaria com infra-estrutura comunitária (igreja, escola, posto de saúde, etc.) e não teria o compromisso de qualquer tipo de assistência. Outro critério estabelecido dizia respeito ao local do reassentamento, que deveria ocorrer no município de origem dos assentados, respeitando os vínculos familiares e de vizinhança do seu local de origem.

O processo de reassentamento da população atingida deveria acontecer em duas etapas, prioritariamente seriam reassentadas nessa primeira fase as famílias que tiveram suas casas atingidas, o que representava um número de 525 a 550 famílias, e, na segunda fase, as que perderam 90% de suas terras, mas a água não havia inundado a casa. Nessa segunda fase houve um descompasso quanto ao número de famílias apresentadas pela Desenvale e pelo movimento, 150 e 250 respectivamente.

A Desenvale, empresa constituída pelo Estado da Bahia, para gerenciar as obras da Barragem de Pedra do Cavalo, no final de 1985, numa operação que denominou de '1ª Etapa', implantou quinze núcleos de reassentamento de 700 famílias prejudicadas, nos municípios de Santo Estevão, Antonio Cardoso, Feira de Santana, Cabaceiras do Paraguaçu, São Gonçalo dos Campos e Rafael Jambeiro. Para as demais famílias, comprometeu-se reassentar numa '2ª Etapa', que segundo prometeu dar-se-ia de imediato, promessa essa cumprida apenas parcialmente, já que ainda hoje existem famílias que, sequer, receberam uma casa para residir.

Para viabilizar o projeto de implantação da Barragem de Pedra do Cavalo, a Desenvale prometeu às famílias condições mínimas para adaptação à nova realidade, além de prometer a implantação e execução de programas com vistas a organização sócio-econômica (sic) para melhoria do padrão de vida das famílias de pequenos produtores rurais que viviam e trabalhavam nas terras inundadas pelo lago (FEIRA DE SANTANA, 1999)

De acordo com o *Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento*, foram remanejadas 699 famílias, constituindo 3 699 pessoas que tiveram seus bens inundados pela formação do Lago da Barragem. Essas famílias foram transferidas para áreas denominadas Núcleos de Reassentamento.

No *Programa de Desenvolvimento dos Núcleos*, elaborado pelo CNEC, a Desenvale, por meio da Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder), comprometeu-se a garantir a sobrevivência das famílias reassentadas, assim como criar as condições necessárias ao seu desenvolvimento socioeconômico. Para isso, previa critérios gerais referentes à estrutura e composição dos núcleos, assim explicitados: (a) lotes rurais com área média de 4,3 ha dotada de casa padrão e cercado; (b) esgotamento sanitário; (c) abastecimento de água potável; (d) energia elétrica; (e) sistema viário, servindo a todos os lotes e interligado aos principais acessos; (f) centro de serviços dotados de equipamentos comunitários, como posto de saúde, escola, igreja, praça, box para comércio, salão polivalente; áreas de lazer e outros; e, (g) sistema de irrigação nos núcleos, caso os estudos técnicos e econômicos de desenvolvimento mostrassem sua viabilidade (BAHIA, 1987).

Os sucessivos equívocos cometidos pela Desenvale, promessas não cumpridas, falta de diálogo com a população atingida, só aumentavam os conflitos. Como aponta Germani (1993, p. 603), o desdobramento “[...] culminou com o fechamento das comportas em setembro de 1985, sem avisar previamente a ninguém. A operação de remoção, por si só já traumática, alcança situações, todavia mais graves e, como em quase todos os casos, adota as características de uma ocupação militar”.

[...] essas famílias não foram é, organizadas e preparadas para deixar suas terras, deixar suas propriedades, sabendo que quando você mora num local, você não tem apenas a moradia, você tem uma série de vínculos ali, né, essa foi uma das situações em que famílias inteiras sofreram muito porque foram tiradas de uma forma rápida, de uma forma injusta da sua moradia, do seu município, da sua comunidade e foi trazido pra outro município, para outra comunidade [...] (**Grupo I, ent. 1**).

[...] houve algumas resistências, não especificamente que eu não, de reassentados mais idosos. Isso mexeu psicologicamente comigo, demais, eles estavam na beira do rio, foram criados na beira do rio, tinham famílias já há anos, gerações, esses resistiram muito, diziam ‘vou morrer, ninguém me tira daqui, esse mostro não me tira’, ai eu dizia ‘eu tenho que chamar um barco, vocês não vão morrer’; deu tempo ainda de retirar telha, levar para outro canto. Mas o convencimento para as pessoas mais idosas foi muito difícil, isso foi do-lo-ro-so, porque chorava eu, chorava o motorista do caminhão, motorista do carro [...]. Você fazer o convencimento de uma coisa que você está tirando toda uma referência; reassentamento é doloroso, muito doloroso (**Grupo I, ent. 5**).

[...] eles diziam “meu avô passou pra mim” e com isso aumentava seriamente a vinculação desse pessoal a terra e o amor a casa, foram pessoas que nasceram lá, se criaram e hoje já tem filhos, netos e vive daquilo, daquele mesmo movimento. [...] outro grande problema [...] era com relação aos mortos, essa foi uma batalha difícil, ah como foi difícil ‘ah eu não quero sair daqui, porque meu pai e minha mãe estão enterrados aqui no cemitério’ (**Grupo I, ent. 3**).

Os depoimentos acima expressam a percepção dos informantes-chave, representados por pessoas ligadas ao movimento de resistência e pelos técnicos que trabalhavam na Desenvale. Esses depoimentos convergem ao reconhecer o processo de desenraizamento que passaram as famílias atingidas ao serem obrigadas a deixar as suas terras, destacando, inclusive, aspectos relacionados a pertença e a identidade. De certa forma, os depoimentos demonstram a frustração do técnico que se vê obrigado a convencer os outros a algo que ele não acreditava. Os relatos a seguir manifestam os sentimentos dos técnicos:



[...] existe esse sentimento da gente como técnico um pouco de impotência, não de impotência de ordem profissional, mas impotência de ordem decisória [...] porque o gestor ele deve ter sensibilidade e dar tudo aquilo àqueles que propõem coordenar [...] nós servíamos de bode expiatório, porque nós que levávamos, nós éramos boneco de recado, levávamos as boas mensagens e as ruins [...], isso às vezes cria situações de ordem pessoal **(Grupo 1, ent. 3)**.

[...] acho que o trabalho do reassentamento, é um trabalho mais doloroso que um técnico social pode ter, porque [...] eles tinham a mesma cultura, o mesmo pensamento e em um reassentamento você quebra isso e você resgatar isso é, é muito difícil [enfaticamente e com pesar]. [...] eu acho que as grandes barragens são desastrosas, pessoas que são relocadas, perdem o seu referencial, perdem seu parentesco, perdem, se sentem abandonadas, usadas e abandonadas. [...] meu sentimento é assim, é doloroso de você ver que eu contribui para o fracasso, quer dizer, nós não tínhamos a força, por mais que nós fizéssemos, que consciência não se forma em um ano nem dois e como eles não tinham essa prática de organização, dificultava muito mais [...] eu me sinto uma técnica frustrada, não só com Fazenda Nova, mas a parte social toda do Estado, [...] porque a interferência política vem barreirando qualquer ação comunitária. [...] não sou uma profissional realizada, sonhando sempre, mas... **(Grupo 1, ent. 5)**.

[...] a gente alimenta a ilusão de que o Estado não faz as coisas bem feitas, porque não sabe, porque não tem um técnico que diga ou porque não sabe fazer. Não, o Estado faz as coisas como faz porque ele age pelos interesses. Então foi muito duro, foi um aprendizado muito duro de ver, o que eu via, eu sabia de tudo que ia acontecer e uma impotência muito grande em conseguir reverter esse quadro, [...] eu falava outra língua, eu e algumas pessoas da área social falávamos outra língua. O objetivo era limpar a área, não era o reassentamento, era limpar a área para quando a água chegasse não tivesse problema. O pessoal da área social via nisso a oportunidade, um compromisso do Estado, mas isso era uma ilusão e logo de cara eu perdi essa ilusão. [...] foi uma situação muito difícil e foi decisiva pra eu não ter mais essa experiência nunca mais na minha vida. A gente tem que decidir, como profissional, de que lado estar **(Grupo 1, ent. 7)**.

Vale a pena destacar o papel dos técnicos, principalmente os da área social, no processo de desocupação, que por meio do cadastramento das famílias atingidas, elaboraram um sociograma, no qual procurou respeitar o desejo dos reassentados que quisesse morar no mesmo núcleo, mantendo assim a comunidade, obedecendo aos vínculos de parentesco e vizinhança do local de origem. Esse trabalho, cuidadosamente desenvolvido pelos técnicos, infelizmente não foi respeitado pela Desenvale.

### 4.2.3 O reassentamento

A primeira etapa de reassentamento aconteceu num clima de muita tensão. Embora a maioria dos núcleos tivesse sido construída com uma estrutura que contava com uma casa, escola, posto de saúde, centro comunitário, rede de fornecimento de água e, em alguns casos, igreja, as condições de qualidade e funcionamento não eram das melhores. Na maior parte dos núcleos, a água nunca percorreu as tubulações, nos postos de saúde, o médico nunca apareceu, as casas logo começaram a apresentar problemas de infiltração devido à péssima qualidade do material utilizado. Dos quinze núcleos, só cinco possuíam eletrificação e os projetos de irrigação e piscicultura não foram implantados (GERMANI, 1993).

[...] a Desenvale usou uma estratégia perfeita pra os interesses da Desenvale, que foi prometer coisas no Assentamento, prometeu a irrigação, a água, uma série de coisas e também, além deles fazer o pagamento da indenização dessas lavouras, prometeu e cumpriu ‘oh nós vamos fazer as mudanças de vocês o que vocês tiverem de levar pra lá...’, enfim, quando o pessoal começou a ficar lá é que eles perceberam que estavam isolados [...] **(Grupo I, ent. 6).**

O *Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento* acrescenta, que além dos compromissos de infra-estrutura e equipamentos comunitários, outros de igual importância não foram cumpridos, a exemplo da casa de farinha, reivindicação da população reassentada, desde 1985, conforme consta nas atas de reuniões entre a Conder e a Fetag, dos dias 06 de fevereiro e 06 de março daquele ano. Em reunião no dia 03 de junho do corrente ano, a Fetag e o STR solicitaram urgência na construção de uma casa de farinha, pois não havia condições de processar a produção de mandioca.

[...] a adaptação ao novo *habitat* é muito dura. O impacto da construção da barragem soma-se ao impacto das condições objetivas que tem que enfrentar para sobreviver. As atividades produtivas se desenvolviam em terra de outros, em suas terras nada serve para plantar. Complementam com a pesca e com o trabalho como diaristas nas fazendas. Não haviam recebido o título da propriedade o que impossibilita efetuar qualquer financiamento em bancos (GERMANI, 1993, p. 606-607)

Outras dificuldades foram enfrentadas pela população atingida, como aponta o documento abaixo:

Com a alternância dos governos, a Desenvale entrou em processo de extinção, o que levou o programa de reassentamento das famílias prejudicadas pela Barragem de Pedra do Cavalo a sofrer solução de continuidade. No final de 1987, a responsabilidade pelas áreas de reassentamento foi transferida para a CAR – Companhia de Ação Regional, tendo esta, em uma ‘2ª Etapa’, promovido o reassentamento de 131 famílias, nos municípios de Cabaceiras do Paraguaçu, São Gonçalo dos Campos, Feira de Santana e Santo Estevão. Contudo, pendências históricas do programa de reassentamento, a exemplo da regularização fundiária dos lotes, com a conseqüente outorga da escritura definitiva, reassentamento do restante das famílias da ‘2ª Etapa’, direito à concessão de uso das áreas remanescente do lago, irrigação com assistência especializada, projeto de piscicultura e outros, continuam pendentes, causando enormes prejuízos às famílias reassentadas (FEIRA DE SANTANA, 1999).

Levantamentos realizados pela Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação e pela CAR em junho de 1989 trazem um retrato da situação social, comunitária e econômica dos núcleos de reassentamentos. Os dados do relatório indicavam que a exploração agrícola era centrada nas culturas de subsistência – milho, feijão e o fumo – este último para a comercialização através de intermediários. Usavam métodos de manejo do solo e da lavoura comuns e tradicionais da região e a produção de grãos e de farinha é utilizada para consumo e o excedente comercializado nas feiras livres mais próximas. A pecuária praticada era insignificante, a menos expressiva é a criação de gado bovino, representando menos de uma cabeça por família, e a de ovinos e caprinos atingia a média de 2,44 cabeças por família. A mais expressiva era a criação de aves, atingindo de modo geral entre os núcleos, 22,23 cabeças por família. A pesca também era uma atividade empreendida por um número significativo de pessoas, utilizavam-se dela para o consumo familiar e comercializando o excedente através de intermediários (BAHIA, 1989).

Embora a CAR tivesse assumido a continuidade do acompanhamento dos núcleos, suas ações eram pontuais e desarticuladas com processos emancipatórios e autônomos que garantissem a gestão dos núcleos pelas famílias na ausência da intervenção institucional.

A intervenção da CAR vem se pautando prioritariamente na questão da organização da produção, por se constituir esta em um dos sérios problemas da área, principalmente no tocante ao tamanho do lote. O processo vem sendo desenvolvido considerando as práticas tradicionais dos produtores, buscando-se a reflexão sobre estas e a introdução de novas tecnologias e culturas alternativas que possibilitem o aumento da produção e produtividade e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida das famílias. [...] A execução das obras dos equipamentos comunitários está sendo de responsabilidade da CAR, diante da debilidade gerencial dessas comunidades. A administração comunitária ainda se constitui em um ponto vulnerável à complementação do processo (BAHIA, 1989).

O documento denominado *Relatório sobre os Núcleos de Reassentamento de Pedra do Cavalo*, publicado em abril de 1991, oriundo de levantamento realizado pela Secretária de Planejamento (Seplan) e pela CAR aponta alguns dados relacionados à situação dos reassentamentos.

De acordo com o relatório, a maioria dos núcleos foi dotada de planejamento físico constando de sistema viário, construção de casas, centros de serviços como escola, posto de saúde, centro comunitário, boxes comerciais e, em alguns casos, igreja, rede de abastecimento de água, cercas perimetrais e de divisão dos lotes. No entanto, os equipamentos constantes dos centros de serviços comunitários, em boa parte dos núcleos, encontravam-se desativados, com exceção da escola. Tais fatos acontecem devido à ausência de experiências comunitárias anteriores, na qual os bens comunitários são geridos em favor comum.

No caso das escolas, destaca o relatório, existem e encontram-se em funcionamento nos padrões da escola rural formal, portanto, longe de desenvolverem um processo educacional ajustado a realidade das comunidades. Vale ressaltar que as escolas mantiveram-se funcionando porque os municípios onde os núcleos foram construídos assumiram, não só a educação, mas também todos os outros serviços básicos, não de forma específica, mas os reassentados passaram a procurar os serviços ali oferecidos. O levantamento apontou para o elevado índice de analfabetismo, principalmente nas faixas superiores aos 15 anos. No que se refere à escolarização 52,04% da população é analfabeta e 47,63% das pessoas possuíam o primeiro grau incompleto (BAHIA, 1991).

Os dados coletados no diagnóstico socioeducacional, realizado durante a nossa pesquisa, indicam que o índice de analfabetismo no Núcleo Fazenda Nova diminuiu para 21,4%, ainda alto, e a escolarização subiu para 70%, sendo que 7,3% da população encontra-se fora da idade escolar e 1,3% não informou.

Além das questões estruturais e de funcionamento, o levantamento realizado pela Secretária de Planejamento (Seplan) e pela CAR em 1991 apontou também para questões como o nível de organização e constatou que o assentamento implicou em mudanças básicas ao nível das relações sociais de produção, das relações sociais de convivência, na interação com órgãos institucionais entre outros.

[...] se tivessem nos seus lugares e você fazer um trabalho de organização é uma dimensão. Eles passaram por uma desestruturação, eles foram desenraizados, então um processo de organização passa por eles reconstruírem as vidas, seus sonhos, suas perspectivas e, infelizmente, os reassentamentos de Pedra do Cavalo foram jogados como um passivo de um lado pra o outro, ninguém assumiu, ficaram um tempo na CAR, depois

foram pra o Inbra, depois voltaram pra CAR e eu nem sei onde estão agora [...] (**Grupo I, ent. 7**).

O depoimento acima ressalta que o processo de desenraizamento influenciou no processo de organização sociocomunitária das famílias, assim como denuncia o descaso que foi deixada a população reassentada.

No período de julho de 1985 a dezembro de 1986, no qual aconteceram as transferências e a adaptação, a Desenvale realizou algumas intervenções no propósito de apoiar a reorganização, na ótica da empresa. Mas como falar em reorganização se na grande maioria as famílias não possuíam experiências de organização comunitária anterior? Atividades relacionadas à produção, à educação e saúde foram desenvolvidas e formas de organização foram se estruturando, no entanto, com a extinção da Desenvale e o afastamento dos técnicos essas iniciativas diluíram-se.

É importante destacar que paralelo ao trabalho desenvolvido institucionalmente, o movimento sindical atuava e continuou atuando, nas suas devidas proporções, em questões coletivas ligadas aos compromissos assumidos pela Desenvale. O *Relatório sobre os Núcleos de Reassentamento de Pedra do Cavalo* conclui afirmando que os investimentos até então efetuados na área de Pedra do Cavalo, não foram suficientes para a continuidade do Programa de Reassentamento previsto pela Desenvale. As 700 famílias inicialmente reassentadas continuam com as condições de vida tão ou mais precárias do que na fase anterior à transferência. As 230 famílias da 2ª etapa, até então não tiveram seu processo de reassentamento concluído (BAHIA, 1991).

Essa é a situação dos atingidos com a construção da Barragem Pedra do Cavalo. Embora a CAR tivesse assumido a responsabilidade de continuar as ações prometidas pela extinta Desenvale, reais mudanças ainda não aconteceram, levantamentos foram realizados, mas na maioria dos núcleos perpetuam-se os mesmos problemas.

#### **4.2.4 O Núcleo Fazenda Nova**

Alguns aspectos peculiares fizeram com que o Núcleo Fazenda Nova seja aqui abordado individualmente como objeto privilegiado deste estudo. O primeiro deles diz respeito ao fato de ter sido um dos núcleos que o movimento de resistência não recomendou a

compra das terras, devido as restrições de clima, solo e a falta de água. O segundo aspecto que também lhe é peculiar é que a empresa responsável pelo reassentamento, para compensar estas limitações, garantiu às famílias que ali seriam reassentadas, dentre outros benefícios, um projeto de irrigação.

O *Relatório Técnico de Levantamento Produtivo Agropecuário*, realizado em novembro de 1989, traz algumas informações colhidas pelo CNEC, através do levantamento de reconhecimento e detalhamento de solos da Fazenda Nova para o reassentamento datado de abril/86 sob o nº EPC-CE-08/RT-14 0.094 R-0, caracterizando os tipos de solo existentes no Núcleo Fazenda Nova.

Os solos são assim classificados: i. Latossolo vermelho-amarelo distrófico e com moderada textura média, o que representa 64,3% da área. Destacando que existem solos, localizados nas proximidades da BR 116, que apresentam textura média com maiores teores de argila, profundos (tabuleiros) com declividade de 0 a 3% com perfis mais nas superfícies em declive de 3 a 8%. Estes solos apresentam baixa fertilidade natural, com baixos teores de Fósforo (P) e Cálcio (Ca), médios teores de Potássio (K) e Magnésio (Mg), teores baixos e médios de matéria orgânica e elevada acidez<sup>5</sup>; ii. Planossolo eutrófico a maderado/chermozênico<sup>6</sup> textura arenosa/média que representa 35,7% da área. Estes solos representam uma boa fertilidade natural, possuem teores de K e Mg normalmente altos, os de Ca de médio a altos, enquanto os teores de P são baixos e acidez predominantemente elevada. A saturação das bases é de média a alta e o teor de matéria orgânica elevada. E ainda, apresentam solos rasos com alguns cascalhos e alguns afloramentos de rochas (CRUZ DAS ALMAS, 1989).

O terceiro aspecto é o fato de no *Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento* constar que na Ata de Reunião do dia 09 de maio de 1985 entre a Fetag, STR e a Desenvale, os 60 trabalhadores que visitaram a Fazenda Nova não manifestaram interesse de serem remanejados para essa área, devido às condições climáticas, principalmente a escassez das chuvas e o fato de deixarem o município de origem. Vale ressaltar que esse último aspecto vai de encontro aos critérios inicialmente acordados. No entanto, a Desenvale informou que de acordo com os estudos pedológicos, o solo tinha boa aptidão agrícola e condições topográficas propícias à implantação de um projeto de irrigação. Noutra reunião no dia 17 de maio, as famílias solicitaram à Desenvale que analisasse a

---

<sup>5</sup> Solo de baixa fertilidade, pois apresentam baixos teores de Ca, Mg e K, importantes nutrientes para as plantas.

<sup>6</sup> Solo de fertilidade alta, conhecido popularmente como terra preta, é caracterizado por ser um solo rico em matéria orgânica na forma de húmus.

possibilidade de implantação do Programa de Irrigação até março do ano seguinte, 1986, quando seria feita a primeira plantação, após o reassentamento. Dessa maneira, a irrigação seria um atrativo a mais para as famílias.

No transcorrer dos dias, a partir do trabalho de mobilização e conscientização desenvolvido pelo movimento de resistência, as famílias, em reunião realizada no dia 14 de agosto do mesmo ano, não aceitaram a transferência, mesmo diante da proposta da Desenvale, argumentando a inaptidão agrícola da terra às plantações as quais estavam acostumados – milho, feijão, abóbora, tomate, fumo e outros (BAHIA, 1987).

[...] a gente criou o grupo deles que eram conhecedores de terra, conhecedores da região, em cada município tinha um grupo que devia descobrir fazendas que podiam ser indicadas pra Desenvale para que fossem adquiridas, e ai o que eles faziam? Eles escolhiam determinadas fazendas, traziam a lista pra gente e o agrônomo que trabalhava com a gente ia lá e olhava a fazenda, as condições da terra, os valores das benfeitorias de tudo mais, conversava com o fazendeiro também, porque ninguém queria conflito, a gente queria reassentar o pessoal, não queria conflito com os fazendeiros locais e ai na medida no possível nós apresentávamos essas fazendas pra Desenvale pra serem negociadas, [...] mas eu sei que teve duas fazendas que a gente foi contra, uma é a Fazenda Nova [...] e a outra foi uma fazenda lá no município de Cabaceiras, bem no norte de Cabaceiras que as terras eram bem próximas da Nova em termos de má qualidade das terras. Mas a gente não conseguiu que a Desenvale desistisse delas [...] **(Grupo I, ent. 4).**

[...] no início não, mas depois por conta exatamente do movimento sindical, oportunizaram, a Desenvale oportunizou pra o movimento, juntamente com os trabalhadores identificar áreas, porque eles alegavam que não tinham disponibilidade de áreas, não achavam áreas próximas, então nós fizemos, eu participei dos trabalhos de busca de áreas [...] fazendas estas que depois foram desapropriadas e serviram para os reassentamentos [...] a Fazenda Nova, [...] eles sugeriram essa fazenda e marcamos com os trabalhadores pra fazer uma visita a essa fazenda, nós fomos lá duas vezes, porque na primeira vez ninguém gostou, veio embora, mas depois eles continuaram insistindo porque já tinham comprado essa fazenda, já tinha desapropriado essa fazenda e na segunda vez algumas famílias ficaram querendo ir, outras ficaram na dúvida, mas o movimento sindical não indicou essa fazenda e, enfim, a Desenvale resolveu, de forma assim, passando por cima do movimento sindical, resolveu enfrentar a situação e reassentar o pessoal lá e começou fazer a obra e depois que já estava pronta levou o pessoal lá, logrou algumas famílias [...] aquelas famílias que foram pra ali, foram, digamos assim, levadas por dinheiro, a troca de dinheiro, não por vontade própria das famílias **(Grupo I, ent. 6).**

[...] essa fazenda foi comprada passando por cima de qualquer decisão do sindicato, passando por cima da equipe técnica, foi comprada, foram construídas as casas, foi delimitado os lotes e tava lá pronta, para ser ocupada, então, ficou uma situação realmente complicada [...], mas eles não

eram organizados, porque eles não eram oriundos de uma única área **(Grupo I, ent. 5)**.

No entanto, apesar da tentativa do movimento de resistência de impedir que as famílias fossem transferidas para o Núcleo Fazenda Nova, não foi possível barrar o intento da empresa. Ela aproveitou a fragilidade organizacional e o fato deles não se conhecerem para usar estratégias de manipulação. De modo que a partir do segundo semestre de 1985 foram transferidas 67 famílias numa área total de 300 ha. distribuídas em lotes individualizados de 4,5 ha. cada. No período anterior à transferência, inclusive foi usado como álibi de convencimento, a promessa de implantar um projeto de irrigação que atingiria 1,5 ha. de cada lote. É importante ressaltar que a área do lote não correspondia ao módulo fiscal estabelecido pelo Incra, o que fez com que a empresa oferecesse a irrigação como contra partida.

Vale a pena destacar também como era a população que foi para a Fazenda Nova,

[...] quem foi para a Fazenda Nova, na sua grande maioria eu diria, foi exatamente as pessoas mais idosas, as pessoas que pouco participavam do sindicato, pessoas que não tinham conscientização, mulheres, enfim, eram as pessoas mais frágeis do processo, foi as que foram iludidas e foram pra Fazenda Nova [...] **(Grupo I, ent. 6)**.

[...] eles não tinham nenhuma organização comunitária, eles foram enganados e, com sonhos também deles estarem em situação melhor, o que não ocorreu, a parte cultural, a parte da própria organização, eles não se conheciam entre si, eles foram se conhecer depois de estarem morando, quer dizer a vizinhança que a gente procurava tentar manter esses laços de vizinhança culturais dentro de uma mesma fazenda, as famílias já tinham aquelas práticas de mutirões, o que foi que aconteceu? Plantaram as famílias ali sem nenhum vínculo, isso dificultou muito **(Grupo I, ent. 5)**.

Fazenda Nova foi pra gente o Núcleo que foi, a gente considerou assim, o fracasso da nossa luta, não o fracasso, porque uma luta como a que a gente levou, não pode dizer que foi um fracasso, mas uma perda muito grande porque a gente não conseguiu reter a população, fazer a população resistir, não ir pra lá. A Desenvale usou do artifício que a gente não tinha como derrubar, então foi, a gente sabia que aquilo não ia dar certo e a gente tentou a vida inteira mostrar a população, mas ela [a empresa responsável] entrou num nível de [pausa] de compra muito violento, de intimidação, então não teve jeito **(Grupo I, ent. 4)**.

Como os depoimentos mostram, a Desenvale utilizou estratégias de manipulação com promessas que não foram cumpridas, seleção de famílias mais idosas e sem envolvimento na organização sociocomunitária, indenização de lavouras, beneficiamento inadequado, etc.



Pela Desenvale foram construídas no Núcleo 69 casas (de dois e três quartos), centro de serviços comunitários – coreto, igreja, campo de futebol, escola, posto de saúde, boxes comerciais, salão polivalente, acessos, rede de abastecimento d'água, cercas perimetrais e divisórias, e adquirido material de irrigação (canos, motores, juntas, etc.).

Com a extinção da Desenvale, a CAR assumiu o reassentamento da 2ª etapa e o acompanhamento dos núcleos formados anteriormente. Na Fazenda Nova, a CAR perfurou um poço que inicialmente não deu vazão, para abastecimento de água até a entrada de cada lote; construiu a casa de farinha comunitária; adquiriu carroça com burro; tentou criar banco de sementes; proporcionou aos moradores visitas a casas de farinha e projetos de irrigação de outras regiões; abastecimento d'água com carro pipa; cursos de controle de pragas e manejo e conservação do solo; construção e limpeza de aguadas e distribuição de cestas básicas para as famílias em dois períodos de 1988 (BAHIA, 1989).

Levantamento realizado pela Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação e pela CAR em junho de 1989 e apresentado através de relatório denominado *Plano Operativo* descreve a situação do Núcleo naquele período. As condições em que se desenvolvem a produção é grave, pois a área de sequeiro é mínima e de baixa fertilidade, somado ao baixo índice pluviométrico da região. Nas áreas de predomínio do latossolo, maior parte, além de milho, feijão e fumo, explora-se também mandioca, numa escala maior. Nas de planossolo ocorre o contrário, planta-se mais milho, feijão e fumo e, em menor escala, mandioca. As práticas de preparo do solo, plantio, tratamento e colheita das culturas eram as tradicionalmente utilizadas na região, não se observando técnicas de manejo e conservação, acarretando uma baixa produtividade. O criatório de animais (bovino, ovino e caprino) é praticamente inexistente, resumindo-se basicamente na criação de aves (galinha). Quanto à organização, a comunidade possuía comissões de administração da casa de farinha e dos bens comunitários e representantes de ruas que atuavam na busca de soluções para os problemas internos (BAHIA, 1989).

Fruto desse diagnóstico, a CAR traçou uma proposta de intervenção para o Núcleo, apontando a necessidade de fazer correção do solo, estimular a criação de pequenos animais, criar silos para armazenamento e banco de sementes, implantação de fruteiras, aquisição de sementes de milho e feijão, capacitação dos produtores, perfuração de poço e implantação de sistema de abastecimento de água. Dessas ações a que ainda é possível ver sua concretude foi esta última, que embora funcione de forma irregular e sem atender a todas as famílias, minimizou o problema da falta de água para o consumo humano.

O que se pode concluir é que o trabalho desenvolvido pelo Estado, de caráter assistencialista, como pôde ser visto até aqui, dificultou o processo de organização da população reassentada, e estabeleceu-se uma relação de dependência das decisões do poder público.

A insignificante participação da população atingida no processo de planejamento, o que gerou a implementação de ações, às vezes, distante da realidade, contribuiu para o descomprometimento por parte desta quanto ao uso e gerenciamento dos serviços e equipamentos implantados no Núcleo, assumindo postura de passividade e expectativa quanto à execução dos serviços e obras prometidas, a exemplo do projeto de irrigação. Este, após estudos realizados por especialistas em irrigação da CAR, a execução do projeto existente foi considerada economicamente inviável. No entanto, ainda hoje as famílias do Núcleo Fazenda Nova acreditam nessa possibilidade.



Figura 7: A espera do carro pipa.

[...] eu não vou participar, ser assim uma representante da associação não,  
porque eu não to entendeno o que é a associação,  
um dia que vocês expriçar direitinho o que é associação pra mim entender,  
se eu vê que dá pra me ajudar...  
Sem entender eu não vou dá meu nome pra associação que eu não entendo.

### 4.3 PARTICIPAÇÃO: A DIFÍCIL TAREFA DE AGIR COLETIVAMENTE

A reconstituição histórica que apresentamos mostra a fragilidade dos reassentados diante dos desafios impostos no novo contexto. A mudança da condição de ribeirinhos para sertanejos do semi-árido trouxe muito mais implicações do que parece; da abundância de água, plantações de milho, feijão, fumo e a certeza da farta colheita, agora passavam a conviver com a escassez de água e a incerteza provocada pela pouca fertilidade do solo e a baixa pluviosidade da região.

[...] as veis pisava cuscuz, deixava, ia pra o rio pescar camarão pra comer; no verão quando as fonte secava, pegava água no rio, tomava banho e vinha molhada, fresquinha e aqui nem água a gente acha, tempo de verão, tem o poço nestreciano [artesiano] aí, mais a água não sustenta as família toda de uma vez, de três em três dia solta um pouquinho pra gente beber. Agora é que a Prefeitura tá botano de vez em quando uma bobinha de água aí nos vizin, uma casa, outra não, pra uns aos outro pegar. [...] lá chovia muito, a gente prantava fumo, tinha quiabo, quando a gente não tinha o nosso, mais tinha onde trabaia, a gente trabaia pra os outro, tinha dinheiro na mão sempre, toda semana tinha o seu dinheiro e agora que é tudo difice, uma dificuldade terrive pra gente viver aqui, tudo seco, areia, quando nós chegemo que a terra tava mea forte a gente prantava e tinha qualquer coisa e agora, terra fraca a gente não tem condição de colocar adrubo, aí pranta, trabaio perdido, quá, soffreno, só nois se matano de trabaia sem vê nada **(Grupo III, ent. 2)**.

Eu morava na Fazenda Rebouças, Santo Estevão, Bahia, é um lugar muito bom, beleza mesmo, nunca perdimo nada de roça, safra todo ano nois tinha, do começo ao final, era galinha, porco, de tudo a gente tinha, principalmente um riacho que corria assim no meio e de inverno a verão. Meu pai levava material pra rua pra vender as mercadoria que tinha tirado da roça. Lavrador já sabe, trabaia de enxada, caçar lenha e lavar roupa, o rio era pertinho, panhar água era ai mermo, tudo nas águas do rio Paraguaçu **(Grupo III, ent. 4)**.

Os depoimentos contrastantes acima descortinam a realidade atual dos moradores do Núcleo Fazenda Nova que, embora esteja geograficamente próximo ao município que moravam anteriormente, possui características diferentes, principalmente relacionadas ao solo, à proximidade do rio e à distribuição das chuvas. Como podemos ver, existia uma forte relação dessas pessoas com o rio, dali tiravam o sustento diário, quer por meio da pesca, plantações nas margens férteis, lavar a roupa, ou seja, seu modo de vida, seu trabalho, seu lazer; o rio fazia parte de tudo isso. Conseqüentemente, sair de perto do rio foi afastá-los de uma fonte de riqueza que lhes garantia o trabalho, a diversão, a sobrevivência. Vale lembrar

que antes mesmo do reassentamento as famílias tinham visitado o Núcleo Fazenda Nova e haviam demonstrado o desejo de não serem transferidas, alegando as péssimas condições do solo e a inapetidão das culturas que possuíam aquelas terras.

Diante disso, a empresa responsável prometeu, dentre outras coisas, a implantação de um projeto de irrigação domiciliar e acompanhamento técnico especializado para que as famílias pudessem gerir autonomamente os bens comunitários. Para tanto, foram adquiridos equipamentos como tubulações, telas, motores, etc., escavado um grande tanque de armazenamento da água e construído canais de distribuição.

[...] nois viemo pra cá porque o governo prometeu muita coisa pra gente mudar, disse que ia irrigar, que ia ser tudo bonito, como ele fez muita coisa pra infruir mesmo, fez polivalente bonito e quando nois chegemo aqui tava que nem um ouro, meterial de irrigação tudo extrivado [boa qualidade], o povo trabaiano, fazeno fundação de irrigação, aí invoquemo e viemo; tamo aí com vinte e tantos ano esperano e até hoje não veio nada, dá vontade de parar [emocionado] nem dizer mais nada porque acho que não adianta mais esperar **(GF III, ent. 3)**.

O depoimento seguinte expressa que além do álibi de convencimento – o projeto de irrigação – que pode ter sido um real desejo da empresa, afinal não queremos crer que montariam um espetáculo como este para trazê-los até ali, a empresa também utilizou outros argumentos para atrair os futuros reassentados. Muitos dos ribeirinhos que foram transferidos para o Núcleo Fazenda Nova foram indenizados pelas suas lavouras, que em detrimento do fechamento das comportas sem aviso prévio, não puderam colhê-las a tempo.

[...] disse que tinha dinheiro, deram um pouco de dinheiro a gente, pra enganar o besta, deram uns dinheirinho a gente e arrumaram o jeito da irrigação, cavaram um tanque aí, buscaram pedra, arrumaram tudo, a gente mermo foi fazer escavação, botaram os tubo debaixo do chão, tá tudo enterrado, os tubo, mais cadê o que é bom, a água pra irrigar? [...] **(GF III, ent. 4)**.

Truxeram nois apusso, tudo enganado, que era irrigação, água encanada, luz, casa de farinha, de tudo; enganou. Era reunião todo dia, vambora. Eu tinha uma comade mermo, que eu e meu marido tava reassentado no Modelo, e ela ‘vambora’ que veio que gostou, que é uma boniteza, ‘vamo minha comade que lá uma tarefa de terra dá pra se viver’, aí noi viemo, hoje em dia nada [...] **(GF V, ent. 2)**.

O segundo depoimento traz um outro elemento que foi fortemente usado pela empresa, a utilização dos próprios atingidos, aqueles com habilidade de liderança, para

convencer os outros a aceitarem a transferência, de forma que, quando as comportas foram fechadas as famílias não tiveram alternativa, os outros núcleos já haviam sido ocupados, a saída foi concordar em ir para o Núcleo Fazenda Nova.

A traumática transferência precisava acontecer imediatamente, alguns resistiram até o momento em que as águas começaram a invadir as suas terras, estes tiveram que ser transferidos de barco e até mesmo de helicóptero. Portanto, os reassentados do Núcleo Fazenda Nova, não escolheram morar ali, se não podemos dizer que foi imposto, podemos afirmar mediante os depoimentos dos informantes-chave (assistentes sociais, sociólogos ligados à empresa ou ao movimento de resistência) e dos moradores que houve uma forte manipulação.

Outro desafio que os reassentados encontraram, inicialmente, foi a ruptura dos laços de parentesco e vizinhança que possuíam no local onde moravam, uma vez que muitos parentes e amigos foram transferidos para outros núcleos. Esse aspecto, entretanto, contrariava um dos requisitos estabelecidos no início, quando os atingidos conquistaram a garantia do reassentamento, que fossem reassentados no município de origem e que fossem respeitados os laços de parentesco e vizinhança. De forma que ali, naquele novo contexto, muitos deles nem se conheciam, pois como já destacamos anteriormente, os reassentados do deste Núcleo eram provenientes de diferentes localidades.

A alternância de governo e a extinção da Desenvale levaram a CAR a assumir o acompanhamento das atividades desenvolvidas nos núcleos de reassentamento, e logo o projeto de irrigação, prometido aos moradores do Núcleo Fazenda Nova, foi considerado inviável do ponto de visto econômico.

Pouco tempo depois o material destinado à irrigação foi retirado. Esse fato gerou a maior mobilização da história daquele Núcleo, pois até aquele momento os moradores, embora insatisfeitos com a morosidade na execução das promessas, não haviam se manifestado de forma coletiva. Sem que fossem avisados, os moradores perceberam que começaram a chegar ao Núcleo caminhões para apanhar os equipamentos. A reação foi impedir a saída, formando trincheiras humanas na frente dos caminhões. Os depoimentos abaixo expressam a iniciativa da comunidade para impedir que os equipamentos fossem retirados:

[...] todo mundo se uniu, levou uns oito dia ou mais, todo mundo aqui atacou pra não levar, eles buscaram até polícia pra pegar os povo pra querer bater, pra levar os tubo, [com a voz falhando] arrumaram advogado, chamaram polícia, veio prefeito, veio um bucado de gente e nois dizia que não levava,

que era pra fazer a irrigação, que isso aqui foi o governo que deixou pra nois, não foi pra eles não, que nois viemo aqui a fim da irrigação, o governo trouxe o material e nois precisava dele, não era pra jogar fora não e eles gritavam que ou levava o material ou prendia a gente; teve um negócio de uma eleição [votação] e nois fiquemo com medo, disse que ia levar um bucado de gente preso, mais nesse fim, nois facilitemo e só vimo o carro sair com o material e nois fiquemo sem material nenhum **(GF 3, ent. 4)**.

[...] eu e comade J. botaram a gente pra vigiar; vieram os homem pra carregar, eles disse que ia passar os carro tudo por cima da gente, e nois disse 'pode passar, mais daqui a gente não levanta, queremo passar, pode passar', chegemo na frente dos caminhão e sentemo no meio da estrada, ele disse se teimasse que ele ia passar o carro por cima, eu disse 'pode passar, você queremo passar pode passar' [...] **(GF 5, ent. 4)**.

Durante as entrevistas foi possível perceber a emoção dos informantes ao falar sobre esse episódio, o que nos faz inferir que não era só os equipamentos que estavam sendo tirados, era também a esperança de que suas terras seriam irrigadas, de que os anos de labuta naquela terra de baixa fertilidade e de chuvas pouco frequentes seriam amenizados. A espera por esse dia gerou atitudes de ação coletiva em prol de um bem comum. Aquela comunidade oriunda de locais diferentes, que mal se conhecia inicialmente, estava disposta a lutar até o extremo para não ter o seu sonho roubado. Sonho que já tinha sido tirado há muito tempo e eles nem se deram conta.

Reportando-nos aos processos de aprendizagem definidos por Lewin (1965), o autor afirma que seguir as experiências do passado pode ser uma forma de aprendizagem, principalmente se baseado num processo de reflexão do presente, os indivíduos aprenderem a não adotar os mesmos procedimentos usados anteriormente. Neste episódio os reassentados assumiram um comportamento diferente, pois até então, depois do reassentamento eles não haviam se manifestado coletivamente contra a empresa, e ainda, neste caso, sem influência de lideranças externas. Fruto da reflexão das experiências vividas, os moradores se mobilizaram diante de uma causa coletiva.

Infelizmente, como na desapropriação até a polícia foi utilizada para coagir e inibir a iniciativa popular. O resultado desse fato foi que representantes de órgãos ligados ao governo do Estado e ao poder municipal compareceram como mediadores do impasse e negociaram com a comunidade que, em troca dos equipamentos, eles teriam energia elétrica, promessa feita na época do reassentamento e não cumprida até aquele momento.



Figura 8: Equipamentos abandonados.



Figura 9: O que restou dos equipamentos de irrigação

Mediante essa contextualização, nos perguntamos qual a influência desses fatos no processo de organização sociocomunitária daquelas pessoas? O processo histórico de fragmentação sociocomunitária dessas pessoas, somado a essa trama de desilusão, influenciou na descaracterização de valores sociais e culturais desses sujeitos? O que, de fato, impede que os moradores do Núcleo Fazenda Nova se envolvam em atividades de mobilização e luta por melhores condições e qualidade de vida naquele contexto de abandono e carência de políticas sociais?



As questões apresentadas suscitam algumas respostas obtidas por meio dos dados empíricos. A primeira é que na trajetória das famílias que foram reassentadas neste Núcleo, eles não possuíam história de luta e organização comunitária anterior ao reassentamento. Esse fato marca a forma como essas pessoas se comportaram ao longo desses anos. Diante das muitas perdas e poucas conquistas, raras vezes a comunidade conseguiu se agrupar para decidir coletivamente sobre questões de interesse comunitário e fazer mobilizações em função das promessas não cumpridas. A falta de uma experiência anterior com processos organizativos imobilizou aquelas pessoas.

Na verdade, parece muito, exigir ações coletivas de uma comunidade que fora constituída pelo critério de fragilidade organizacional e vulnerabilidade social. De forma intencional, a população escolhida pela empresa foi de idosos e pessoas que não tinham no seu histórico qualquer envolvimento com organização comunitária, pois o convencimento, por meio de promessas, seria muito mais fácil e foi essa a manobra de convalidação utilizada pela empresa para fazer valer os seus interesses.

Considerar esse aspecto é extremamente significativo para compreendermos a imobilidade dos reassentados ao longo desses anos. A participação política não era uma prática comum entre aquelas pessoas. Além do mais, muitos deles nem se conheciam, muito menos possuíam um projeto social comum.

Outro aspecto a ser destacado é que as atividades na tentativa de organização social desenvolvida pelas instituições ligadas ao governo do Estado tinham um cunho puramente assistencialista, no qual se configurou uma forte relação de dependência. Como quase sempre acontece, o técnico vem, observa, faz um diagnóstico da realidade e traz os pacotes prontos para serem executados, às vezes distantes da realidade, sem considerar o saber popular e as vivências anteriores das pessoas. A comunidade não participava dos processos de planejamento, apenas era convidada para executar ações pensadas pelos técnicos.

Ferreira (1985) *apud* Peruzzo (2004), quando se refere ao envolvimento da comunidade em programas públicos, destaca os níveis de participação em: participação nas decisões, na execução e nos resultados. Relacionando a classificação apresentada com o contexto que estamos analisando, o nível de participação desempenhado pelos reassentados durante as atividades desenvolvidas pelos órgãos institucionais era uma participação na execução das propostas apresentadas, pois em visitas ao Núcleo estas instituições reuniam a comunidade, às vezes um pequeno grupo, eram realizados diagnósticos e pensadas algumas atividades de intervenção na área social (tentativa de organização comunitária, acesso aos

serviços de saúde, etc.) e na adaptação com as novas condições de trabalho (capacitação para o uso devido do solo, introdução de outras culturas agrícolas, etc.), no entanto, foram ações pontuais desenvolvidas nos primeiros anos depois do reassentamento, processos educativos para a emancipação e autonomia não foram instituídos. Foram, de fato, estabelecidas relações de participação controlada por meio de consultas e a colaboração de alguns membros da comunidade, caracterizou-se uma relação de poder paternalista e assistencial, visando ‘camuflar’ o descaso que estava vivendo a população atingida.

Baquero (2003), ao discutir a contribuição do capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil, destaca que em contextos em que as pessoas não têm poder, estas são facilmente convencidas por promessas populistas ou simplesmente caem numa passividade permanente.

Analisando o contexto de nosso estudo, os aspectos apontados acima são aproximações explicativas para a inércia organizacional observada na história de vinte anos de reassentamento dos moradores do Núcleo em apreço. A ausência de poder ou contrapoder gerou uma forte relação de dependência ao governo do Estado representado pela Desenvale e pela CAR, posteriormente. As promessas advindas facilmente eram acatadas e o não cumprimento destas não gerou mobilizações coletivas em prol de melhores condições e qualidade de vida. A passividade fez parte da história dessas pessoas. A participação concedida era apenas uma forma de convalidar as decisões pensadas pelos técnicos. Sobre esse aspecto, Scherer-Warren (2001) considera que a participação nas políticas públicas guarda múltiplas possibilidades, porém faz-se necessário cuidar para que a participação não seja apenas para legitimar a vontade do poder instituído.

Demo (2001b) ressalta que em situações de pobreza material, mas principalmente pobreza política, não se pode esperar que as pessoas participem adequadamente, sem que antes estas tenham conquistado seu processo de autonomia.

De acordo com Bordenave (1987), a participação não deve ser apenas um instrumento para a solução dos problemas, mas uma necessidade fundamental do ser humano, uma tendência inata de realizar-se e afirmar-se a si mesmo, envolve a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo e ainda a valorização de si mesmo pelos outros. Por isso, destaca que a participação possui duas bases que se complementam: uma afetiva e outra instrumental.

Entretanto, contrária a essa concepção de participação, a prática desenvolvida institucionalmente pelos órgãos governamentais aumentava ainda mais a relação de dependência dos reassentados, tornando-os inabilitados para gerir o destino do Núcleo na

ausência da assistência institucional. Lideranças não foram formadas, ou melhor, os cursos nem sequer serviram para instrumentalizar as lideranças, processos participativos não foram verdadeiramente vivenciados. A associação de moradores foi criada, alguns anos mais tarde, mas as pessoas não foram preparadas para assumir o comando, ou ainda, as pessoas não foram sensibilizadas para a necessidade, a associação foi também uma estratégia pensada por alguém externo ao Núcleo. Não defendemos que isso não possa acontecer, mas questionamos quando a comunidade não participa do processo. Demo (2001a), ao falar de planejamento participativo, aborda esta questão afirmando que ela pode acontecer, desde que se busque convencer a comunidade da necessidade de determinada ação por meio de um espaço conquistado de participação, tomando por base os interesses da comunidade, considerando sua contribuição e sua potencialidade.

Nesta perspectiva, o associativismo civil é uma das formas de organização formal de ações coletivas criadas pelos sujeitos sociais mediante a identificação e propostas comuns levantadas perante as demandas comunitárias (SCHERER-WARREN, 2001).

Demo (2001b, p. 173), ao retratar a participação na avaliação de projetos de intervenção e ação, chama a atenção a um tipo de estratégia para a competência política presente na Comuna de Paris, “[...] o da força dos grupos pequenos bem organizados como requisito anterior à organização maior posterior”. E critica as associações em que são fundadas, registrados seus estatutos e só depois vão atrás dos associados. Por último, destaca que “O poder associativo está na base e jamais dela pode ser retirado” (p. 174).

Contudo, a associação do Núcleo Fazenda Nova foi criada num mecanismo do topo para a base, os reassentados não foram ouvidos durante as intervenções institucionais realizadas, a comunidade não aprendeu (saber instrumental) a gerir os bens comunitários por meio da associação. Isso fez com que a mesma fosse parar nas mãos de pessoas externas à comunidade, com interesses eleitorais. E ainda, outro sério agravante, atualmente eles não sabem o que é a associação, nunca conseguiram compreender sua importância e função, não se sentem capazes de assumi-la e geri-la.

Krishna (2002) *apud* Baquero (2003) destaca que não basta a existência de instituições democráticas criadas de cima para baixo para garantir a estabilidade política e justiça social. No depoimento que se segue encontramos argumentos que convergem aos aspectos aqui apontados:

Aqui já veio muitas veis aquele A. [ex-vereador do distrito próximo], conversando sobre associação e aí tomano o nome das pessoa que ia

participar; eu mesmo um dia falei ‘olha eu não vou participar, ser assim uma representante da associação não, porque eu não to entendeno o que é a associação, um dia que vocês expriçar direitinho o que é associação pra mim entender, se eu vê que dá pra me ajudar... Sem entender eu não vou dá meu nome pra associação que eu não entendo. [...] sempre as pessoa fala assim por cima, mai uma coisa por cima, fai igual o menino no colégio, se o professor não dá atenção no dever do aluno, o aluno não vai passar a entender **(Grupo II, ent. 2)**.

A fala desse reassentado exprime ainda alguns aspectos que merecem ser ressaltados. Primeiro, de onde parte o desejo de formar a associação? De acordo com o depoimento, percebemos que não são eles que procuram o ex-vereador, na época era apenas candidato, mas ele é quem foi até a comunidade para tentar ‘organizá-los’ por meio de uma associação.

Reportando-nos, aqui, à participação controlada, ela apresenta duas características que nem sempre aparecem isoladas, que são a limitação e a manipulação que geralmente estão escondidas nessa prática. Segundo Peruzzo (2004), manipular a comunidade pode ser uma tentativa de adequar suas necessidades aos interesses de quem detém o poder, usando o grupo social para obter popularidade e legitimação política, com vistas a resultados eleitorais favoráveis. Nas palavras de Demo (2001a), quando afirma que participação não pode ser concedida, não é uma dádiva, é conquista, encontramos elementos que talvez possam justificar também porque os moradores não deflagraram um processo de participação política nesse momento.

É possível notar também que a ausência de organização interna pelos reassentados, fruto da emancipação política, possibilitou a subordinação destes a candidatos em troca de favores do Estado que por direito deveriam estar disponíveis. A prática clientelista, em que o político se apropria dos recursos públicos para serem eleitos, está fortemente presente nas comunidades que ainda não tomaram consciência do processo no qual estão inseridos para expressar poder.

O segundo aspecto a ser ressaltado é que a comunicação utilizada pelo ex-vereador não conseguiu chegar até aquelas pessoas; os argumentos trazidos, talvez a linguagem, não contribuíram para que os reassentados conseguissem entender o que realmente é a associação, a importância, a função, os subsídios que ela pode dar para a comunidade, a informação trazida não é compreendida e apreendida pelos moradores.

Freire (1992) enfatiza o processo ensino e aprendizagem, quando discute os conceitos de comunicação e extensão. Esse último, segundo o autor, deve ser abandonado pelos educadores e destaca que na comunicação, os sujeitos são ativos e quando co-

intencionados ao objeto de seu pensar, comunicam o seu conteúdo através de um sistema de códigos lingüísticos, sendo imprescindível que a expressão verbal de um dos sujeitos seja percebida pelo outro dentro de um quadro significativo comum. Às vezes, a linguagem técnica expressa num universo de signos lingüísticos próprios, não favorece às pessoas a apreensão das informações em torno do significado. Freire (1992, p. 71) afirma que: “Ou o signo tem o mesmo significado para os sujeitos que se comunicam, ou a comunicação se torna inviável entre ambos por falta de compreensão indispensável”. Esta prática rompe a estrutura dialógica do conhecimento, tornando mera transmissão ou extensão sistemática do saber.

Quando o entrevistado compara a comunicação com a educação formal, mesmo não sabendo ler e escrever, esse fato demonstra que ele possui a dimensão dos processos ensino e aprendizagem, e que este ocorre não somente na escola, mas, ao comparar, destaca a importância do mediador reportar-se às necessidades de aprendizagem do aprendiz para que a apreensão do saber aconteça. Nos espaços ditos não-formais, a exemplo das associações, a aprendizagem se dá por intermédio também da articulação e agregação de interesses e de valores (BAQUERO, 2003). Inicialmente, geram-se hábitos de cooperação, solidariedade e espírito público, além do efeito educacional, uma vez que participantes adquirem habilidade e competências indispensáveis para a democracia.

Outro aspecto percebido por meio dos dados empíricos foi que mesmo possuindo pouco, às vezes nenhum domínio do código escrito, os entrevistados ressaltaram a importância dos filhos frequentarem a escola, destacando, principalmente, a necessidade de eles possuírem conhecimento formal. Ao afirmar, “[...] trabalho aqui apanhamo fumo pra comprar um punhado de farinha, dar um caderno ao filho que vai estudar” (**Grupo II, ent. 2**), notamos que a educação aparece no discurso como segunda prioridade. Tal fato pode estar relacionado ao desejo de não quererem que os seus filhos passem as mesmas dificuldades enfrentadas por eles pela falta de escolarização. De acordo com o diagnóstico socioeducacional realizado durante a pesquisa, 44% da população possui faixa etária acima de 21 anos, entretanto, o índice de analfabetismo entre os adultos chega 21,4%.

Os reassentados ressaltam também que a falta de oferta de ensino para os filhos é uma das dificuldades enfrentadas no seu cotidiano. Esse aspecto é assim apontado porque no Núcleo a oferta de escolarização é da pré-escola à quarta série do ensino fundamental. Para cursarem as séries seguintes, as crianças e jovens necessitam se deslocar, aproximadamente, 10 km para os distritos mais próximos. Vale destacar que a Secretaria Municipal de Educação tem disponibilizado transporte escolar para o deslocamento dos estudantes até a escola.



Figura 10: Sala de aula – pré-escola.



Figura 11: Sala de aula – segunda série.

Na fala dos entrevistados, notamos também que muitas vezes os reassentados percebem que o processo educacional vivenciado nos espaços organizacionais, contribui para a formação da consciência política. Ao afirmar, “[...] as pessoas fica mais ativa, mais experiente, começa mais a conhecer as pessoa, conversar e talvez possa conseguir alguma coisa através da organização da comunidade” (**Grupo II, ent. 3**), o depoente expressa sua percepção para a importância desses espaços. Baltazar (2004), ao avaliar a relação entre a

militância de lideranças populares com a vida cotidiana, salienta que existe uma grande valorização do conhecimento informal adquirido através da participação política nesses espaços, no entanto, os militantes ressaltaram a importância da realização da aprendizagem formal.

Cabe ainda algumas considerações sobre a intervenção educacional desenvolvida pelos órgãos institucionais. Nas situações educativas, o conhecimento do mundo é tomado como algo que deve ser transferido e depositado nos educandos. O conhecimento, entretanto, exige uma presença curiosa do sujeito, requer sua ação transformadora sobre a realidade. Por isso, no processo de aprendizagem, aprende verdadeiramente aquele que se apropria do aprendido, e transforma-o em apreendido, reiventando-o, sendo assim capaz de aplicar o aprendido-apreendido em situações concretas. Diferente, nos casos em que ocorre transferência de conhecimento, sem envolvimento do sujeito, com processos estáticos, verbalizado, desconsiderando o conhecimento popular em detrimento do saber técnico, a aprendizagem não acontece (FREIRE, 1992).

No nosso estudo, analisando a trajetória dos reassentados, pudemos perceber que mesmo não possuindo uma história de luta comunitária anterior ao reassentamento, naquele novo espaço, as iniciativas institucionais não conseguiram mobilizar a comunidade para estabelecer espaços participativos.

Segundo Demo (2001a, p. 33), a iniciativa de organização da sociedade civil ainda é muito baixa e destaca que

A consciência dos processos dominativos pode ser tão restrita e coibida, que a proposta de associação em defesa de interesses específicos aparece estranha, quando não tímida. Ao mesmo tempo, emerge aí a dificuldade de motivar processos participativos por falta de organização mínima. Sequer são sentidos como necessidade básica, até porque, em situação de pobreza sócio-econômica extrema, pensa-se mais na sobrevivência imediata, do que na necessidade de garanti-la como direito definitivo.

Analisando o contexto dos reassentados à luz destas palavras, inferimos que as iniciativas de organização social talvez não tenham sido percebidas pela comunidade como estratégias de dominação, mas também, por outro lado, não conseguiram sensibilizá-los para a necessidade de resolver os problemas comunitários em espaços participativos, nem mesmo foram capazes de conscientizá-los, na prática, de que a participação não é senão uma expressão de poder coletivo. Bordenave (1987) destaca, dentre os aspectos que condicionam à participação, a relação de submissão que pode ser instituída. Tal fato pode gerar uma

pseudoparticipação ou uma participação passiva, na qual o expectador consente, submete e delega poder a outrem.

Durante a intervenção institucional realizada pela Desenvale e pela CAR, estes órgãos não formaram lideranças locais, foi deixada uma lacuna importante no processo de organização sociocomunitária dos reassentados, além de um espaço profícuo para promoção e dominação político-partidária. Nos depoimentos coletados, algumas vezes eles se reportaram à ausência dessa liderança local e a importância da associação ser gerida por representantes do próprio Núcleo.

[...] a associação tá na mão do vereador [ex-vereador], que na época de candidato assumiu a associação, mas tem que ter uma pessoa do local pra ser um líder da associação [...]. Gostaria que o povo se unisse escolhesse um líder e daí caminhar a associação da comunidade com os morador daqui de dentro **(Grupo II, ent. 4)**.

[...] se a gente não tem uma pessoa pra unir por a gente, vai ficar um lugar sem nada [...], se a gente não tiver uma pessoa, se o grupo não reúne como a gente vai consegui uma coisa? Então, pra reivindicar é a gente mesmo, grupo de jovem, as pessoa tem que tá unido, se não tem união não tem mais nada [...] **(GF IV, ent. 4)**.

[...] a associação foi começada, mais depois foi abandonada e aí tá parada, a gente quer, mais não tem quem guie a gente, por causa das pessoa que não entende da associação e não tem nem condições de botar a associação pra frente, porque as pessoas daqui são muito fraquinho [...] **(GF IV, ent. 1)**.

[...] sobre a associação é porque tem muita gente aqui que às vezes dizem assim ‘eu não tenho estudo’; aquelas pessoa que tem estudo é menino jovem, não querem participar disso, outros por não ter estudo dizem ‘eu não vou conseguir, pra mim não dá’, [...] então, todo mundo acha que quem não tem estudo não pode participar dessas coisa e é muito por engano **(GF II, ent. 2)**.

Existe uma convergência nos depoimentos acima quanto à importância da liderança local. Quando um outro entrevistado relata “[...] nois vai se reuni sem ter o cabeça? Tem de ter a cabiceira pra depois nois reunir também **(GF V, ent. 5)**”, desvela o vazio deixado pela ausência da liderança, evidencia o papel que a liderança desempenha na construção dos espaços participativos. A liderança popular deverá ser aquele indivíduo capaz de produzir um protagonismo existencial-político, aquele capaz de perceber a oportunidade de transformação oferecida pela sociedade por meio dos caminhos do poder, descobertos mediante o desejo de construção de um projeto coletivo (TASSARA, 2002).



Nos relatos aparecem, ainda, outros aspectos como a união do grupo, indicando que falta na comunidade alguns elos para que eles possam agir coletivamente. Verba *et al.* (1995) *apud* Baquero (2003) mostra que um dos mais significativos resultados do processo de organização por meio de associação é que esses espaços proporcionam às pessoas não só a possibilidade de discutirem política, mas também conhecer outras pessoas, aumentando a percepção do indivíduo do que acontece na sociedade, estimulando o interesse pela participação política.

Bordenave (1987), ao falar dos espaços participativos, considera que numa perspectiva mais ampla de participação, estes espaços deixam de assumir um papel meramente integrador para um papel conscientizador e libertador, estes espaços são definidos pelo autor como escolas de participação. Neste caso, a comunidade talvez não tenha aprendido, ainda, superar diferenças como moeda a organização social.

Os fragmentos acima revelam também que os jovens escolarizados não se interessam em participar da construção destes espaços e destacam mais uma vez a dificuldade colocada pelos moradores que não são escolarizados em assumir a direção da associação, mas acrescentam que as pessoas podem e são capazes de desempenhar esse papel.

Nos depoimentos dos jovens, quer nos grupos focais ou nas entrevistas individuais, os mesmos demonstram o quanto é importante o envolvimento e a organização da comunidade por meio da associação. Destacam que “[...] seria bom, porque ia buscar o que a pessoa precisa com mais facilidade, ia movimentar mais as pessoa, ia se agrupar mais e trabalhar no intuito de atingir seus objetivos” (GF I, ent. 1). Entretanto, quando questionados sobre o porquê de não participarem, a resposta mais uma vez aponta a ausência da liderança, “[...] porque não tem quem organize, fica um esperando pelo outro e nunca ninguém consegue chegar em nada” (GF I, ent. 1).

Ainda com relação à liderança, foi possível notar uma acentuada dependência dos reassentados ao poder municipal, representado pelo ex-vereador, possivelmente por eles, outrora, terem tido participação na escolha desse representante. Entretanto, o papel desempenhado por ele só fortalece os laços de dependência dos reassentados, através de práticas assistencialistas que não dão autonomia e nem emancipa. Nos depoimentos que seguem a concepção de líder diverge da concepção apresentada anteriormente, pois acreditamos que a liderança local consegue perceber as reais carências e dificuldades do entorno, principalmente por estar inserido naquele contexto. Quando diz, “[...] tinha A. [vereador], agora que ele perdeu aqui ficou um lugar abandonado, se a gente achasse alguém para ajudar a gente, porque quando cai alguém doente, tem que pagar pra levar e aí fica ruim

pra esse lugar ir a frente (**GF IV, ent. 3**)”, revela a relação de dependência estabelecida e que o interesse inicial de ‘organizá-los’ tinha fins eleitorais.

[...] a gente não temo um vereador, naquele tempo tinha A. que era o vereador daqui de dento, quando a gente precisava de alguma coisa a gente chegava pra ele e falava e ele lutava, ia na Prefeitura e conseguia e agora não temos vereador aqui dento, a gente tamo solto sem ninguém [...] quando a gente precisava dele, ele resolvia os problema que a gente tinha, esse negócio de doença, pra ir pro médico, nesse tempo [ele interrompeu e perguntou ‘posso falar em política?’ – respondo afirmativamente], ele era político, era vereador e aí era quem resolvia os caso da gente aqui dento era ele. Eu mesmo era quem era o encarregado dele aqui dento no tempo que ele era político, ia lá falava com ele, na hora ele mandava um carro e resolvia o problema da pessoa que tava doente (**GF II, ent. 1**).

Outro aspecto que também merece ser destacado é que nos dois momentos em que a população ribeirinha resistiu e se manifestou, durante a desapropriação e durante a retirada dos equipamentos de irrigação, eles foram coibidos pela força policial. Fato que deixou a marca do medo de se manifestar contra o mais forte, o poder, o desconhecido, “[...] todo mundo unido tem força e as pessoa sem união, que força tem? Nenhuma, mais só que a maioria da comunidade sempre tem medo, tem medo de enfrentar a luta [...], eu tenho medo da associação por eu não entender” (**Grupo II, ent. 2**).

O medo do desconhecido destacado na frase “[...] eu tenho medo da associação por eu não entender”, revela não o medo da repressão, mas o medo de ser manipulado para fins que não dizem respeito ao bem-estar da comunidade.

Quanto ao STR do município, os entrevistados, com exceção dos jovens, declaram ser sócios ou manifestaram o desejo de se tornarem. Ressaltaram a importância do sindicato enquanto órgão de representação e a contribuição que esta entidade oferece para o exercício da cidadania. No entanto, destacaram também o papel assistencial desempenhado por essa instituição. Os depoimentos abaixo apontam argumentos convergentes a essas percepções:

Porque o sindicato é um órgão que dá força ao trabalhador rural, ele sendo forte, tendo muitos sócios, se pode cobrar a direção os benefice [benefícios] que o trabalhador rural tem direito e eles não dão. Então o sindicato é pra isso, pra alertar e cobrar assistência do poder público quando deixa a gente na mão e o sindicato dá força pra todos nós trabalhador rural (**Grupo II, ent. 4**).

É porque a pessoa tem que ser cidadão mesmo e a pessoa que faz parte do sindicato tem direito, é fraco e precisa de uma cirurgia já tem uma ajuda, melhor para a aposentadoria, leva um acidente, tem o sindicato para encostar

e a pessoa que aposenta pelo sindicato recebe aquele abono de dezembro, o décimo, quem não é não recebe (**Grupo II, ent. 3**).

[...] a gente já não tem nada, não tem associação que garantisse a gente e última coisa que tinha pra gente era o sindicato, então é uma obrigação da gente se associar ao sindicato pra lutar por alguma coisa pra gente, quando a gente precisar a gente ir a eles pra eles dá alguma informação, eu acho que é obrigação de todos ser sócio do sindicato. [...] o sindicato é o seguinte não é só esperar aposentar, o sindicato se você tiver um acidente, fazer uma operação, tora um braço, uma perna, a gente não tá prevendo isso, mais o sindicato ta preparado pra uma coisa dessa, o sindicato vai te orientar e você vai conseguir dois, três mês de encostamento e é uma ajuda pra você se recuperar daquela doença; licença maternidade que recebe, então o sócio do sindicato tem direito a tudo isso ai. (**GF III, ent. 3**).

Como podemos ver nos últimos depoimentos acima, hoje, mesmo o STR não estando atrelado a programas assistenciais como o Funrural, a herança dessa prática, muito adotada na década de 80, continua influenciando na concepção de organização sindical. Contudo, os moradores sabem da importância de estarem engajados em atividades organizacionais por meio do sindicato e associação comunitária; no entanto, eles não conseguem se articular e se organizar internamente. Durante as entrevistas foi possível perceber, ainda, que eles possuem uma boa referência com relação ao movimento de resistência e ao papel desempenhado pelo sindicato naquele período. Assim se reportaram:

[...] na ocasião que a gente foi vim pra o reassentamento, tava desapropriando de lá para o reassentamento o sindicato era junto com a gente, ajudando do lado da gente, falano que aquele povo não podia ser colocado lá de qualquer jeito, que tinha que ter proteção, que tinha que ser uma coisa bem feita, o sindicato participando, advogado; o sindicato de Santo Estevão andou junto com a gente (**Grupo II, ent. 3**).

[...] o sindicato na época da mudança da gente ajudou, lutou um bocado com a gente, mais com o governo ninguém ganha, ele disse 'olha, vocês abre o olho, porque essa Barragem vai ficar milhares de gente, vai água pra tudo quanto é canto, os governo é quem vai lucrar com isso, vai ficar tudo cheio de dinheiro, rico e vocês é quem vai sair por aí a fora, que não sabe o que vai acontecer com vocês a diante, que depois que ele mudar vocês, eles fazer a barragem, eles vão pensar só no lucro deles e vocês vai ficar jogado de qualquer jeito que eles não vão vir atrás de vocês'; palavra certinha mermo, tudo que o sindicato falou pra gente, a gente ta veno aconteceno hoje (**GF III, ent. 3**).

Considerando o processo de desenraizamento que passaram essas famílias, e à luz de todas as ponderações aqui trazidas, agir coletivamente tem sido uma difícil tarefa para os reassentados. Tomamos como referência conceitual para dar suporte a nossa análise a

participação enquanto capacidade de percepção dos sujeitos para agir coletivamente, expressando assim poder, ainda que esse poder seja apenas a tomada de consciência de excluído (TASSARA, 2002), a participação como outra forma de poder que se conquista e se instaura de uma forma processual e infindável (DEMO, 2001a). Assim, os dados empíricos nos fizeram concluir que a comunidade Fazenda Nova ainda não conseguiu apoderar-se, ou melhor, o direito de participar politicamente foi-lhe tirado. A pobreza material, somando-se à pobreza política, impediu os reassentados, por meio da consciência do processo em que estão inseridos, expressar seu poder.

Acreditamos que somente por meio da participação, a comunidade poderá exercer sua cidadania, levando em conta que “[...] a passagem da cidadania tutelada para a cidadania assistida não é suficiente, porque esta estabelece mais facilmente o beneficiário que o cidadão, refreando o processo emancipatório” (DEMO, 2001b, p. 164). Embora a política social seja importante para o combate à pobreza, ela não emancipa, destaca o autor.

No contexto que ora analisamos, constatamos que a comunidade não conquistou autonomia para intervir na condução de suas histórias. À sombra da assistência institucional, a participação foi oferecida, equivocadamente, como dádiva. Participavam do ponto de vista técnico, não do ponto de vista político. O poder de intervir nos seus destinos foi sempre outorgado a outrem, que com o discurso de ‘organizá-los’, tornava-os mais passivos e dependentes. De acordo com Demo (2001a), o impedimento deve ser ponto de partida da participação, assim como a desigualdade pode ser fonte de mudança, contudo os indivíduos precisam se organizar participativamente.

As justificativas para culpá-los pela não participação podem ser ouvidas no discurso oficial, desqualificando o saber popular em detrimento do saber técnico que põe em segundo plano o saber acumulado da população ribeirinha, impondo outra concepção de mundo, de sociedade, de desenvolvimento, reforçando a idéia, já incorporada pelos reassentados, de que a escolarização é condição indispensável para participar.

Acreditamos que um processo educativo desenvolvido nos espaços não-formais poderá ser um forte contributo para a população assumir a condução de sua história, não que a educação seja a responsável em superar as mazelas do mundo, nem tão pouco pelo seu surgimento (COOMBS, 1986), mas a educação pode ser decisiva na constituição do sujeito capaz de conduzir a própria história (DEMO, 2001b), pode ser um forte instrumento para a participação política.



Figura 12: A luta pela água.

[...] logo no chegar foi estranho,  
os povo tudo estranho, mais com o passar do tempo,  
morano junto, um ali, outo aqui, pegamo prosano um com o outo,  
foi chegano a camaradagem,  
hoje eu me sinto com se todo mundo tivesse nascido junto [...].

#### 4.4 IDENTIDADE: DE RIBEIRINHOS A (RE) CONSTRUÇÃO COMO SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO

Nesta parte do trabalho discutiremos a identidade social, sob a perspectiva da ruptura sociocultural pela qual passaram os reassentados de Pedra do Cavalo, que do ponto de vista espaço-cultural antes eram caracterizados como ribeirinhos e como consequência do reassentamento formaram uma nova identidade.

Schaller (2002), ao falar do construir um viver juntos na democracia renovada, destaca que a passagem da sociedade industrial à sociedade pós-industrial substituiu a produção pelo consumo, não só dos produtos manufaturados, mas principalmente dos produtos culturais que moldam nossa personalidade. Para o autor, participar dessa sociedade que está sendo construída é participar das trocas de informação, dos signos de pertença, o que inevitavelmente tem acentuando o individualismo e a necessidade de ser considerado e reconhecido pelo outro, gerando a necessidade de estabelecer lugar.

Nessa sociedade pós-industrial caracterizada pela luta de lugar, De Gaulejac (1994) *apud* Schaller (2002) ressalta que contrária à sociedade industrial em que a relação era de patrão e empregado, na pós-industrial é de executivo e beneficiário. O primeiro, de identidade positiva, caracterizado pelo sucesso, desempenho, competência; e o segundo, pela passividade, pelo fracasso, pela dependência, sendo definidos pela falta, os sem terra, sem teto, sem trabalho e tantos outros.

No contexto de nosso estudo, aparentemente, os reassentados talvez não fossem classificados pela falta de terra; afinal, eles foram reassentados, mas, essencialmente, o novo lugar trouxe outras inúmeras faltas, trabalho, terra fértil para plantar e, paradoxalmente, a falta de água.

Diante desse fato, quais as implicações dessas faltas na (re) construção da identidade? Quais as consequências para uma comunidade que antes era reconhecida e caracterizada como ribeirinha, agora ser, por imposição do poder instituído, caracterizada como sertaneja do semi-árido? As diferentes identidades agregadas ao novo contexto – o Núcleo Fazenda Nova – trazem quais implicações na (re) construção de uma nova identidade enquanto grupo?

Etimologicamente, a palavra identidade, do latim, *Id-entidade*, significa *mesma coisa*. Castells (2002) a qualifica como fonte de signos, significados e experiências de um povo, construídos mediante o atributo cultural permeada pela história, geografia, instituições

produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e pessoal que processados pelos indivíduos e pelos grupos sociais são enraizados na estrutura social. Do ponto de vista sociológico, acrescenta o autor, a identidade é construída. Assim, a construção da identidade se dá de forma constante e mediada pelas interações ocorridas no contexto.

Os dados empíricos mostraram que os reassentados do Núcleo Fazenda Nova, embora fossem provenientes de uma mesma região, eram originários de diferentes comunidades e que anterior ao reassentamento eles não haviam estabelecido contato social com seus pares.

Para analisar como aconteceu a (re) construção dessa nova identidade com o local e com o grupo, tomaremos como dispositivo as manifestações culturais, os vínculos sociais e normas de convivências e as práticas sociais estabelecidas no grupo.

Nos depoimentos coletados, os entrevistados falaram das manifestações culturais que possuíam em suas comunidades originárias, os moradores se reportaram com certa nostalgia e quase sempre comparavam as festas que acontecem no Núcleo, conforme podemos ver nos relatos abaixo:

Ave Maria, lá era um céu aberto, aqui se fazer uma brincadeira ou um casamento, só vê o pau comer, as briga, o povo ta tudo desgostoso, nem uma reza, muita gente rezava pra São Cosme e tem medo de rezar porque os indiota, junta tudo e faz confusão. Lá era festa de São João, Santo Antonio, setembo, casamento, batizado, todo mundo fazia festa. O casamento dos meu fio era uma festa, um comes e bebe, era um prazer **(GF V, ent. 2)**.

Os festejo de lá, reza de São Cosme mês de setembo, reza de São Roque mês de agosto [...] dia de casamento, todo mundo era covidado, tinha festa na vespa, no dia, quando era anivesaro também tinha festa de aniversaro, aquela vinzinha, todo mundo compartilhava, o que tinha dividia pra todo mundo, não tinha escolha e tinha a camaradagem de todo mundo. [...] meu marido era sanfoneiro, ele era violeiro, as festa era boa, de violão, de safona, de pandeiro, você ia participava da festa até o dia amanhecer, tinha dia que saia 7 hora do dia, não tinha um rê-rê [confusão] com ninguém, todo mundo saia contente, alege, satisfeito **(Grupo II, ent. 2)**.

Ah, lá eu era feliz [sorrindo de contentamento], lá antes de eu sorrir, eles sorriam primeiro, lá eu era muito feliz. Minha mãe, meu pai eles não era pessoa de sair não, mais eu, falar a verdade, eu já fui em muita festa lá onde eu morei, já brinquei muito [...]. Lá nois brincava, noite [...] quando a lua ta clara, sai uns vizinho de uma casa pra outa, sentava ai, ficava até hora da noite conversano, brincano, era uma maravilha, eu me sentia lá, não só eu como minha família toda, tudo feliz, lá no Rebouça [com orgulho], mais depois que passemos pra qui [com desprezo], essa aqui Fazenda Nova, modificou, até mesmo as nossa colega de lá, fica meio difícil de encontrar **(Grupo III, ent. 4)**.

Os depoimentos revelam as seqüelas deixadas nos reassentados por terem sido retirados de suas terras. A saída fragmentou relações sociais que no atual contexto, não foram integralmente reconstituídas, assim como as tradições culturais alimentadas pelas relações de solidariedade e companheirismo estabelecidas com seus vizinhos e parentes. Como geralmente acontece num processo de reassentamento, as famílias não foram provenientes de uma mesma comunidade, por isso, apresentavam grande heterogeneidade de histórias de trabalho e diferentes relações sociais de produção, conseqüentemente, não haviam estabelecido contato social anterior. As mobilizações realizadas pelo movimento de resistência envolviam todas as famílias que seriam reassentadas e naquele período eles desconheciam para onde seriam deslocados. Tinha-se como critério inicial, estabelecido pelo movimento e pela empresa responsável, a permanência no município de origem, fato que não aconteceu, em alguns casos. Então, com o reassentamento no Núcleo Fazenda Nova, agregou-se um coletivo com traços culturais diversificados que não foram inicialmente incorporados às práticas cotidianas, somam-se a isso as dificuldades de sobrevivência enfrentadas pelos reassentados ao longo desses anos.

Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004), citando Bar-Tal (1996), afirmam que para um coletivo se tornar um grupo três condições se fazem necessárias. A primeira é que os indivíduos se definam como membros do grupo. A segunda é que se tornem comuns as mesmas crenças grupais. E por último, que exista algum grau de atividade desenvolvida e coordenada dentro do grupo. Essas condições iluminam o olhar frente às dificuldades que encontramos em compreender a constituição do grupo.

Embora seja fortemente notável nos depoimentos que os moradores não nutrem pelo Núcleo os mesmos sentimentos que tinham pelo local onde moravam, que as manifestações culturais existentes lá, os faziam mais felizes do que as possuem atualmente, esses fatores não interferiram na transformação do coletivo em grupo.

O fator determinante nessa constituição foram as dificuldades e sofrimentos compartilhados, esse fato aproximou os reassentados. Apesar de não possuir um contato social anterior, a partir do reassentamento eles passaram a ter uma história comum, e a compartilhar as dificuldades pela falta de água, terra para plantar, trabalho e de políticas sociais justas. Como eles relataram, foi buscando água para consumo, na limpeza dos lotes, na lida cotidiana que passaram a se conhecer e a estabelecer laços de amizade e companheirismo, instituindo gradativamente o grupo. Posteriormente, objetivos comuns foram traçados, como cultivar a terra, estabelecer normas de funcionamento do grupo, mesmo se por meio da



intervenção das instituições que os assistiam inicialmente, uma nova identidade social começava a ser forjada.

Devemos considerar que no local onde moram eles denominavam grupo as pessoas com quem possuía relações sociais permeadas de eventos culturais, de lazer e trabalho. No contexto atual, denominam grupo aqueles com quem compartilham necessidades de sobrevivência e de luta.

Melucci (2001) destaca que a formação da identidade vai além dos condicionamentos e vínculos, por isso, os indivíduos e os grupos participam dessa construção mediante processo social de produção de aprendizagem, resultando em engajamentos, o que gera projetos e decisões coletivas.

Entretanto, analisar a construção da identidade social, objeto de estudo da psicologia social, é certamente uma tarefa complexa devido à contradição entre permanência e mudança, pois, ao falar de identidade social, deve-se levar em consideração os significados atribuídos pelos indivíduos e grupos sociais em detrimento de suas decisões e projetos compartilhados no espaço e no tempo (ALBUQUERQUE; VASCONCELOS; COELHO, 2004; CASTELLS, 2002).

Um aspecto destacado por parte significativa dos entrevistados é que durante as manifestações populares da comunidade, geralmente ocorrem alguns desentendimentos entre os participantes, o que tem deixado os moradores descontentes e desmotivados de realizar ou participar dessas atividades.

Embora os reassentados tivessem destacado as tradições populares do local onde moravam, outros destacaram que algumas festas não eram comemoradas, pois muitos deles moravam distantes e isolados. O que, certamente, o novo contexto contribuiu para que criasse uma dinâmica diferente, uma vez que as distâncias foram diminuídas, exigindo dos reassentados um ritmo de convivência diferenciado, porque com seus vizinhos passaram a compartilhar dificuldades num cenário comunitário. Essas dificuldades compartilhadas inicialmente foram decisivas para estabelecer um relacionamento entre eles, de certa forma, os valores, os rituais, os hábitos, os costumes comuns unificam enquanto grupo, é o que é destacado nos depoimentos abaixo:

[...] a gente não conhecia um ao outro, aí nós tomemo intimidade com o outro no caminho da buscação de água, no caminho da roça, nós começemo a entender um com outro e começemo o conhecimento e aí nós se intendimo bem e aí nós vamo levano a vida (**GF II, ent. 1**).

[...] logo no chegar foi estranho, os povo tudo estranho, mais com o passar do tempo, morano junto, um ali, outo aqui, pegamo prosano um com o outo, foi chegano a camaradagem, hoje eu me sinto como se todo mundo tivesse nascido junto, vinte ano morando junto, já dá pra conhecer que é bonzinho, que é meio errado [sorriu], todo lugar é assim, não tem lugar santo onde todo mundo é igual, têm aquelas diferençazinha (**GF III, ent. 3**).

O outro dispositivo que aqui faz interface com a discussão de identidade em nossa análise são as práticas sociais. Como podemos perceber nos depoimentos acima, os moradores não se conheciam e foram as experiências compartilhadas no novo contexto que possibilitaram que eles se conhecessem, permitindo maior interação, iniciando assim a construção de uma nova identidade social.

A *Teoria da Identidade Social*, elaborada em 1978 por Tajfel, constitui uma importante teoria da psicologia que contribui para a compreensão dos processos de formação dos grupos. De acordo com essa teoria, os atores sociais assumem uma identidade pessoal e constroem uma identidade social mediante os grupos que julgam pertencer. Dessa forma, a identidade social é definida por Tajfel como sendo elemento do autoconceito do indivíduo, decorrente do conhecimento de sua pertença a determinado grupo, sendo as categorias, como nacionalidade, religião, profissão, dentre outras, fatores importantes na formação do autoconceito (BAR-TAL, 1996 *apud* ALBUQUERQUE; VASCONCELOS; COELHO, 2004).

Nessa perspectiva, as vivências anteriores, o autoconceito de não ser mais um ribeirinho, mas um reassentado de Pedra do Cavalo, compondo uma nova categoria social, passou a constituir elementos determinantes na formação da identidade enquanto ator social e enquanto grupo. Os moradores, antes denominados como ribeirinhos, agora perteciam ao grupo de reassentados de Pedra do Cavalo, aspecto que deve ser considerado, principalmente porque essas famílias passaram por um processo de fragmentação sociocultural, quando foram obrigadas a deixar o lugar onde haviam construído sua história, deixar a terra, o rio e morar num local onde não haviam escolhido. Diante disso, a formação da nova identidade social se deu a duras penas, devido às condições socioambientais, políticas e culturais, o que tornou o processo de adaptação lento e doloroso.

Outro aspecto a ser considerado é que os reassentados durante muito tempo esperaram, ainda há os que esperam, o “paraíso” que um dia fizeram acreditar que aquele local se transformaria. O não cumprimento dessas promessas aumentou o sentimento de desilusão, dificultando assim, o engajamento dos reassentados em lutas coletivas.

Por isso, a formação da identidade social com o local e com o grupo se deu de forma muito gradativa, pois os reassentados tiveram que enfrentar a desilusão deixada e, por estarem freqüentemente projetados ao que antes possuíam, a terra boa para plantar, água abundante, as manifestações culturais, as relações sociais de produção, os vínculos sociais, tudo isso corroborava para que mantivessem atrelados ao passado e pouco voltados para as condições do presente e para as perspectivas de futuro.

Entretanto, as suas histórias pessoais e do grupo estavam, a partir daquele momento, recebendo influências culturais, sociais, ambientais, diferentes das que possuíam até ali e a ruptura da identidade social carecia ser reconstruída, incorporando peças estranhas e não polidas num mosaico ainda desconhecido.

Albuquerque, Vasconcelos e Coelho (2004) ressaltam que para melhor compreensão sobre o funcionamento e organização do grupo é importante compreender alguns fatores que compõem a sua estrutura como a liderança e a coesão. Segundo os autores, o surgimento da liderança se dá através da posição formal ou informal dos indivíduos na estrutura do grupo. Informalmente, a liderança surge mediante as interações dentro do grupo e que passam a ser percebidas pelos outros membros como alguém que pode contribuir para concretização de objetivos da coletividade.

No entanto, para um grupo funcionar bem, outro fator é também determinante, a coesão. O grupo em que os seus membros não possuem objetivos comuns, em que a comunicação e os sentimentos de companheirismo e solidariedades não são compartilhados terá poucas chances de atingir metas em prol do coletivo. No entanto, como já mencionamos, a intervenção institucional parece ter influenciado negativamente para o não surgimento de lideranças locais, uma vez que os processos participativos eram equivocados, deixando um terreno fértil para atuação de pessoas com interesses eleitorais. Não devendo ser esquecida a heterogeneidade de histórias trazidas pelos reassentados e a falta de objetivos comuns, tornando em alguns momentos a coesão do grupo enfraquecida. Entretanto, noutros momentos foi necessário que o grupo estivesse coeso para que objetivos comuns pudessem ser alcançados, a exemplo da mobilização realizada pelos reassentados para impedir que os equipamentos destinados à irrigação fossem retirados do Núcleo.

Poderíamos inferir, portanto, que essa plasticidade, coesão e enfraquecimento do grupo, faz parte da dinâmica social, contudo, a comunidade precisa estabelecer objetivos comuns para exercitar o espírito de grupo, criando espaços de diálogo entre os pares, o que contribuirá para o surgimento de lideranças dentro do próprio Núcleo e fortalecerá os vínculos que torna o grupo mais coeso, além de manter sua identidade social.

É pertinente destacar também nos depoimentos anteriores, que os reassentados reconhecem que embora possuíssem diferenças, eles se entendem bem, a ponto de experimentar o sentimento de como se estivessem nascidos no mesmo local. O tempo de convivência e as experiências compartilhadas contribuíram para que eles reconhecessem também que diferenças existem em qualquer lugar.

O outro dispositivo que nos auxilia na compreensão da (re) construção da identidade social são os vínculos sociais estabelecidos entre os reassentados neste novo cenário, e como esses vínculos se incorporam nas práticas cotidianas da comunidade. Nos relatos subseqüentes, pudemos identificar algumas unidades de registro que contribuíram significativamente para nossa análise.

A maneira de viver em comunidade é no respeito, na consideração, no amor, na união, vamo dizer que nem eu moro aqui, se eu fizer um digitoro [trabalho solidário realizado por um grupo] para beatar [separar os grãos de feijão da palha], eu chamo, as pessoa vem e as pessoa quando me chama eu vou; se é pra prantar uma pranta, faz a reunião vai, ajuda; se é pra amaciar um fumo, amacio, na hora de botar o fumo no pano, faz grupo, então ajuda que tá ali, depois sai, vai pra casa de outo até arrumar o fumo de todo mundo, aí já deixa tudo empacotado, no dia de pesar, vem o caminhão e leva embora. Então, pelo nosso viver aqui é bom, eu acho boa a união do povo aqui pra viver, se você pedir um favor a uma pessoa ninguém diz não, se a gente procurar um dinheiro emprestado na mão de algumas pessoa, só mesmo se a pessoa não tiver, mas se tiver empresta [...]. Eu acho bom viver aqui, ninguém me abusa pra nada, aqui a gente procura a união **(Grupo II, ent. 2)**.

[...] às vezes a gente não tem, pelo menos um tempero pra colocar na panela, vai na casa do vizinho que tem, não nega, e aí nós vamo tomano a vida, porque nós não podemos nos acostumar com isso, vai nas casa de uns aos outro todo dia tá pedino. E aí, se não tem seviço? Nós temo que recorrer uns ao outro [...] **(Grupo III, ent. 1)**.

[...] a gente mora, somos vizinho, não temos o que falar um do outro, se existe alguma coisa fica entre a gente mesmo, mais a gente não vai sair na casa de ninguém pertubano, a gente conversa, vive. Mais cada qual na sua casa, cada qual sabe o que precisa, cada qual sobrevive do jeito que pode, que a gente não vai ficar entrometeno na vida dos outro, [...] os vizinho daqui eu não tenho o que falar dos vizinho, eles são ótima pessoa, nunca existiu conflito nenhum **(GF IV, ent. 4)**.

Como pudemos perceber nos depoimentos acima, os reassentados conhecem os princípios de convivência em comunidade, ressaltam valores como respeito, consideração, amor, união, destacando-se nos três depoimentos, a solidariedade. No que diz respeito aos laços e vínculos sociais, os reassentados ressaltaram que com o passar do tempo conseguiram

estabelecer relacionamentos sólidos com os seus vizinhos, com os quais compartilham as dificuldades por meio de ajuda mútua, quer nas atividades pessoais e comunitárias. Pela frequência que esses princípios apareceram nos relatos, nos faz crer que lentamente foram solidificados vínculos sociais similares aos que possuíam nas suas comunidades de origem. O desconhecimento inicial foi superando com o tempo, a vida cotidiana aproximou as pessoas, fazendo nascer sentimentos determinantes na formação do grupo e na (re) construção da identidade social. Poderíamos dizer então, que essa construção se deu mediante o envolvimento e participação dos reassentados.

Ao discutirmos a constituição do grupo, da comunidade, cabem aqui algumas considerações quanto à concepção de comunidade que fundamenta este estudo.

Bauman (2003, p. 7), no livro *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*, inicia sua narrativa falando do significado que as palavras possuem, destacando que algumas guardam sensações, e enfatiza que a palavra comunidade traz esse poder. “Ela sugere uma coisa boa: o que quer a ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’”. No entanto, o autor ressalta que os significados e as sensações que as palavras carregam não são independentes, e acrescenta, “Comunidade produz uma sensação boa por causa dos significados que a palavra comunidade carrega – todos eles prometendo prazeres e, no mais das vezes, as espécies de prazer que gostaríamos de experimentar mas que não alcança mais”.

Sem descaracterizar as sensações que a palavra comunidade nos sugere, vale considerar que compreendemos a comunidade não como o local de harmonia por excelência, mas o local, também, da falta de consenso, do conflito, pois ela é constituída de diferentes atores com sentimentos e perspectivas variadas. No entanto, a convivência com a diferença é o que torna aquele grupo uma comunidade, que mesmo diante da diversidade, possui objetivos comuns a serem alcançados, exigindo coesão, comunicação e cooperação dos seus membros.

Quanto à fragmentação da comunidade, como no caso que ora nos debruçamos neste estudo, Bauman (2003, p. 20) afirma: “[...] uma vez desfeita, uma comunidade, ao contrário da fênix com sua capacidade mágica de renascer das cinzas, não pode ser recomposta. E se isso acontecer, não será da forma preservada na memória [...]”. Essa contribuição do autor nos ajuda a entender o processo de reconstituição e a ruptura estabelecida quando os ribeirinhos foram obrigados a deixar as suas terras. No caso específico do Núcleo Fazenda Nova, os reassentados compõem um espaço comum, entretanto, eles são oriundos de diversas comunidades desfeitas. Metaforicamente, poderíamos comparar com as

peças separadas de vários mosaicos que não se encaixam, carecendo então, do tempo, da convivência, dos atritos, do envolvimento para moldá-los e começarem a compor um outro. À luz dessas reflexões, compreendemos os processos de ação, reação e muitas vezes imobilização que foram adotados pela comunidade.

Aquele agregado de pessoas não possuía uma base cultural comum que os identificassem para assim solidificar a história da comunidade (DEMO, 2001a), por isso, demandou tempo para que uma nova identidade social começasse a ser formada. Tempo talvez necessário para que a empresa responsável nem o governo estadual fossem importunados, pois a falta de poder ou a não percepção dessa falta, assim como a falta de consciência da condição de exclusão (TASSARA, 2002) calava qualquer voz.

Por último, o dispositivo que escolhemos para subsidiar a análise da (re) construção da identidade enquanto sertanejos do semi-árido foram as práticas sociais, as formas de convivência com o novo contexto. Afinal, a transferência trouxe mudanças também nas formas de trabalho, ocasionando uma dinâmica organizacional diferente das que possuíam anteriormente.

Muitos vendem o dia para os fazendeiros vizinhos, quem tem pai aposentado, mãe aposentada fica pongoando, vive daquele dinheiro, outros de projeto do Governo Federal, Fome Zero, Bolsa Escola. Eu conheço gente aqui que ta vivendo com R\$ 80,00 por meis e têm muitos que necessita e não têm também, muitas família cheia de filho pequeno e não tem também. O povo vive assim (**Grupo II, ent. 4**).

[...] vive de distoca, quando acha, pescaria quando o rio dá. O rio daqui é um braço de rio estreito, na mesma ora que dá, não dá. [...] outos costura uma rede [de pesca], outos pranta uma mandioquinha, vai mexer a farinha fora do município, que aqui não tem casa de farinha, a casa de farinha ta destruída, outos o marido trabalha fora, quando arruma um trabalho [...]. As muleres daqui só trabalha quando é tempo do inverno [...] porque aqui é difícil o lugar, pra plantar feijão, milho, abóbora, quiabo pra sobreviver com os filho e o fumo que vendo no final do ano, quando o ano ta bom, pega uma safrinha pequena e quando não dá bom de chuva não pega nada, vive nos poder de Deus (**GF IV, ent. 1**).

As pessoa aqui vive nas graça de Deus. Umas pessoas sai, vai adquirir camarão no rio, outras sai vai armar uns tresmais [rede de pesca] no rio [...]. Quando chega o mês de malço, aí a gente começa a capinar a terra, mesmo com a terra seca [...] quando chove no mês de maio a gente pranta um milho, um feijão, mamão, fumo, batata, veis o feijão só dá pra cozinhar, não dá pra vender, o milho só dá pra criar um pintinho no terrero [...]. Emprego aqui não tem de maneira nenhuma [...] (**Grupo II, ent. 2**).

Como pudemos perceber nos depoimentos acima, a sobrevivência dos reassentados está fortemente condicionada às condições climáticas da região. O uso que eles fazem da terra predomina a plantação de feijão e milho, porém, nos últimos anos, tem sido suficiente apenas para o consumo da própria família. Quando a casa de farinha estava em atividade, a plantação de mandioca também era relevante, principalmente por ser uma cultura que se adapta melhor às condições de chuvas escassas características da região. Faz alguns anos que a casa de farinha está desativada; inicialmente, pela substituição do motor a diesel por um movido à eletricidade, mas a falta da ligação de energia elétrica no prédio impossibilitou a continuidade do beneficiamento da mandioca. Por fim, o abandono das instalações ocasionou o desaparecimento do motor. Nos últimos anos, o beneficiamento tem sido feito em casas de farinha de outras localidades, às vezes até noutros municípios.

Outro uso que eles fazem da terra é na plantação de fumo. Essa prática é exercida em parceria com uma empresa de beneficiamento que fornece no próprio Núcleo as mudas e o adubo em forma de empréstimo, deduzindo no período da colheita depois de alguns meses.



Figura 13: Corda de fumo secando na área externa da casa de farinha desativada.

Do rio, poucas pessoas atualmente se utilizam dele, apenas alguns senhores que exerciam atividade de pesca no local onde moravam e continuam exercendo também ali, no entanto, eles alegam a distância que o rio se encontra do Núcleo e a vazão pequena, o que em períodos de seca compromete a atividade. Os produtos da pesca são peixe e camarão,

utilizados para a sobrevivência e fornecido para outros mercados consumidores, respectivamente.

Infelizmente, muitos deles têm sobrevivido de recursos provenientes dos programas sociais do governo federal como Bolsa Família e da Previdência Social (aposentadorias, pensões e outros auxílios). Em alguns casos, esses recursos são distribuídos para toda a família e ainda os agregados. Aqui pode estar a resposta porque muitos deles procuram o STR para se tornarem sócios, a garantia de receber esse recurso e não, como deveria, buscar também fortalecer a categoria e procurar apoios para desencadear ações de associativismo e cooperativismo para o bem da coletividade.

Outra alternativa de sobrevivência tem sido trabalhar como diarista para os fazendeiros locais, uma atividade de oferta não muito freqüente, obrigando alguns a deixar suas famílias para ir em busca de trabalho em outros municípios e até mesmo noutros estados.

O trabalho na lavoura não é exercido somente pela força masculina, as mulheres também trabalham nesta atividade, principalmente no período de plantação, capina e colheita. Na verdade, essa é uma atividade realizada por toda a família, inclusive pelos filhos em idade escolar.

Outro aspecto relevante percebido numa das falas foi a preocupação com o futuro profissional de seus filhos e com o futuro do Núcleo:

[...] esse povo que ta nasceno aqui não vai nem saber trabaiair, porque não tem onde trabaiair [...]. As criança já pega criar sem saber o ambiente de roça; qualé o lucro que roça dá? Os menino hoje em dia já fala com a gente o quê? 'Mais papai o senhor ta morreno de trabaiair, cabar não tem nada, cadê o feijão que nois prantemo esse ano? Cadê o fumo, a abrobra?'. [...] Os menino vai ficano sem vontade de trabaiair e quem sabe como vai se tornar essa comunidade daqui mais uns anos com esses jovens que não arrumaram emprego e que vão ficar pra viver aqui, de que eles vão saber viver? Do jeito que ta sem trabalho eles não vão saber cultivar uma roça pra ter uma melancia pra vender, uma batata, feijão [...] (GF III, ent. 3).

O relato acima expressa a preocupação com o destino profissional de seus filhos e o futuro da comunidade. A falta de emprego, as condições de trabalhos são desestimulantes, pois os esforços depositados na terra não são compensados após a colheita. E ainda, essa fala sugere uma outra inquietação, a cultura local, as crianças crescem sem aprender a trabalhar com a terra, sem conhecer as técnicas de manejo do solo, de cultivo, de colheita, sem gostar do ambiente da roça. É a identidade de sertanejo que ganha som nessas palavras, é a preocupação daquela história construída naquele contexto em que muitos dos seus filhos não



viram nascer, esteja destinada ao desaparecimento, não encoberta pela água como outrora, mas dilacerada pelo descaso a que foram deixados.

No filme *Narradores de Javé*, encontramos a descrição de uma história que em alguns aspectos se aproxima da história que nos propomos estudar. No filme, Eliane Caffé conta a sina de uma população ribeirinha que teria suas terras inundadas pela construção de uma hidrelétrica. Na tentativa de impedir que a hidrelétrica fosse construída, a população inicia um processo de mobilização através do relato e do registro, essa era a intenção, da história local e de seus fundadores, como forma de provar para os construtores que Javé (povoado as margens do rio) era mais importante do que a hidrelétrica. De certa forma, os habitantes se reportam aos elementos de sua identidade social como armas para lutar contra o poder instituído. Como no Núcleo Fazenda Nova, eles temem que seus filhos não tenham a cultura local como herança.

Ao tentar concluir nossas reflexões sobre como se deu o processo de fragmentação da identidade social como ribeirinhos e a (re) construção como sertanejos do semi-árido, consideramos que a ruptura com os vínculos culturais, sociais e ambientais foi traumática. Essas famílias não deixaram embaixo d'água apenas suas terras, mas suas raízes culturais, com todos seus elementos subjetivos, seus vínculos afetivos com o lugar, com as pessoas de quem foram separadas, com a terra, com o rio... parte de sua vida foi deixada pra trás, separada por um lago que a seca não faz baixar.

Por isso, foi necessário tempo para sarar a ferida deixada e iniciar um novo processo de identificação com as pessoas, com o local. Para todos eles, as cicatrizes fazem se reportar a essa história encoberta pela água, com muita dor. Mas, como pudemos perceber nos depoimentos, a comunidade conseguiu estabelecer laços afetivos entre seus pares, com eles tentam driblar as dificuldades impostas pelas condições climáticas e a péssima qualidade do solo, além dos obstáculos estruturais do Núcleo. Poderíamos afirmar que a identidade social enquanto sertanejos do semi-árido está sendo formada, porém, não por vontade, mas por falta de alternativa, pois, no fundo, eles gostariam de continuar sendo identificados como ribeirinhos.



Figura 14: Cavando uma cisterna.

[...] todo ano prantano e perdeno safra,  
não tem como a gente suspirar e dizer assim  
eu vou me mudar desse lugar para outro lugar melhor [...],  
eu continuo aqui e não perdeno a fé de Deus e não perdeno a boa esperança.  
Um dia se eu encontrar um lugar mais favoricido do que aqui,  
mais confortável, que dá pra eu sair, eu saio.

#### **4.5 DESENRAIZAR E PERTENCER: PONTOS DE CONVERGÊNCIA PARA UMA REFLEXÃO**

Depois de analisarmos as categorias de Participação e Identidade temos agora a missão de avaliar como está sendo internalizado o sentimento de pertença ao grupo e ao local (Núcleo Fazenda Nova) depois de terem sido retirados de suas terras. Permeará a análise uma inquietação que surgiu quando as outras categorias estavam sendo analisadas: A ruptura dos laços culturais, sociais, ambientais e as marcas das perdas que esse processo de transferência deixou não podem ter influenciado na motivação interna dos reassentados quanto ao sentimento de pertença no novo contexto?

Gostaríamos de explicar, inicialmente, porque incluímos a categoria Pertencimento em nossa análise. Quisemos discutir pertencimento devido à fragilidade de relação que o homem tem estabelecido com seu entorno, fato facilmente percebido quando observamos a crise ambiental que enfrentamos na contemporaneidade, decorrente dessa busca desenfreada pelo desenvolvimento a qualquer preço, sem considerar os limites ambientais nem as conseqüências para o próprio homem.

Tomamos como referência alguns autores, a exemplo de Sá (2005), Lestingue (2004), Zaoual (2003), Weil (2001) e Unger (2001), principalmente estes, que discutem o conceito de pertencimento e que trouxeram significativas contribuições para esta análise.

O conceito de pertencimento, segundo Lestingue (2004), nos remete a, pelo menos, dois aspectos que merecem ser ressaltados. O primeiro ligado ao sentimento por um espaço territorial como a realidade política, social, étnica e econômica, conhecido também como enraizamento e o segundo aquele que abrange a necessidade de sentir-se integrado a um todo maior, voltado ao âmbito mais subjetivo.

Unger (2001) aborda as questões de pertencimento numa perspectiva do homem ligado à natureza, ao retorno ao passado, apresentando um posicionamento contrário ao pensamento único. A autora se reporta ao pensamento de Heidegger quando pondera a absolutização do pensamento único com que nos relacionamos com o real, caracterizando o desenraizamento do homem moderno. Mediante essas considerações, defende o diálogo com a cultura popular em suas variadas expressões – modos de se relacionar com a natureza, experiências do sagrado – como atributos significativos que podem contribuir na compreensão dos conectivos existente entre o social, o ambiental e o espiritual.

Destaca, ainda, Unger (2001, p. 54), “No mundo contemporâneo, a própria dinâmica de realização da técnica impulsiona a vida humana no sentido do desenraizamento e da perda de referência”. Assim, a ordem tecnológica representa a vida e suas manifestações na perspectiva da realização humana a qualquer custo, expressando uma relação de dominação para a satisfação de seus efêmeros desejos.

Nessa perspectiva, analisaremos o pertencimento sob dois aspectos apontados por Zaoual (2003): a pertença no sentido *simbólico* – ao grupo – e a pertença no sentido *geográfico* – ao local onde moram. Subsidiarão, também, a análise alguns elementos que foram percebidos nos dados empíricos como: a influência das dificuldades impostas pelo contexto no processo de enraizamento, a forma como o universo pesquisado experimenta o sentimento de pertença e as perspectivas de futuro que eles vêem para o local.

Ao pontuarmos, nas entrevistas, aspectos relacionados à pertença ao grupo, os reassentados relataram:

[...] eu me sinto [membro da comunidade], porque as pessoa, a maioria, tem muita gente boa, o problema daqui não é os amigo, o problema daqui é o trabalho, a dificuldade da água, a dificuldade do transporte, do medicamento, do estudo pra os filho da gente; pelas pessoas a gente vivemos a vida inteira (**GF IV, ent. 1**).

Todos os vizinho que nois temo e o conhecimento com as pessoa que nois passemo ter não é ruinho não, porque apesar de não ter com certas pessoa que nois não conhecimo e hoje nois somo grandes amigos, o convívio é bom [...] já temos um conhecimento do local, então nos sentimos membro [...] (**GF II, ent. 2**).

[...] nois sente sim [membro da comunidade], que nois ta reassentada, é o lugar que nois tamo morano e a gente têm os vizinho, os amigo, os cumpade, as cumade, sobrinho, tia, tudo nois têm aqui, agente têm fio marano aqui, entonce nois tamo aqui, só não ta todo mundo, porque ficou espaiado, se fosse as família tuda unida junto, mais pegaram irmão leva pra um canto, Paiaia, outo pra o Mocó, os meu fio a metade ta tudo pra Salvador, é assim que ficou [...] (**GF V, ent. 2**).

Nos depoimentos acima, fica evidenciado que ao longo dos anos, a comunidade foi criada, relacionamentos saudáveis foram instituídos entre eles, novos laços e vínculos foram estabelecidos no atual contexto. Percebemos, inclusive, que embora se reportem aos seus antigos vizinhos e amigos com certa nostalgia e apreço, no Núcleo eles conseguiram instituir relacionamentos sólidos com seus pares. Inicialmente, como já mencionamos, eles não se conheciam, no entanto, compartilhando as dificuldades encontradas nas atividades cotidianas,

eles começaram a estabelecer uma relação de amizade, o que é possível inferir que sentimento de pertença ao grupo existe, eles se sentem membros da comunidade. Assim, como foi fortemente explicitado no primeiro depoimento, o relacionamento entre as pessoas não é o problema, mas o estado de abandono a que foram deixados.

Outro aspecto percebido é que nas comunidades em que são provenientes, eles compartilhavam aqueles espaços com outros parentes e com o processo de transferência, muitos se separaram e foram morar noutros núcleos. Certamente, o fato de continuarem próximos aos antigos vizinhos, parentes e amigos contribuiria para fortalecer o sentimento de pertença. Um dos entrevistados assim se expressou quando nos referimos aos relacionamentos dentro do grupo e a pertença à comunidade: “[...] nunca é igual as pessoa que morava perto da gente, porque lá tinha tanta gente que morava perto de mim e hoje mora no Modelo, no Artamira, Gamelerinha, mas nunca é como as pessoa que mora perto, não tem aquela comunhão como lá [...]” (**Grupo II, ent. 3**).

Zaoual (2003), autor da teoria dos “sítios simbólicos de pertencimento”, ou de “pertença”, traz uma discussão do local articulado com o global, na qual define sua teoria sob dois aspectos, *um geográfico*, o país, a região, a cidade, o bairro, e o outro *simbólico*, adesão a uma cultura, religião, grupo, destacando os significados definidos pelos atores, que se identificando com estes aspectos aceitam ou recusam o que lhes é proposto ou imposto e procuram soluções próprias para resolver seus problemas.

Na teoria dos sítios de pertencimento, no sentido simbólico, está a chave de discussão da adesão, pelos reassentados, ao grupo, à comunidade. Com o passar do tempo, compartilhando o cotidiano com aquelas pessoas, os reassentados, embora fossem oriundos de diferentes comunidades, começaram, gradativamente, a compartilhar as práticas sociais de trabalho, de organização do coletivo, suas manifestações culturais e passaram a construir, talvez inconscientemente, as normas de convivência do grupo; nas palavras de Zaoual (2003, p. 28), eles começaram a construir um “[...] marcador imaginário do espaço vivido. [...] uma entidade imaterial (ou intangível) que impregna o conjunto do universo local dos atores”. Ora aceitando, ora recusando a situação imposta, os atores começaram um processo de metamorfose de coletivo a grupo, a comunidade, de forma que não é a pertença ao grupo o maior problema dos reassentados, mas aspectos outros que serão discutidos adiante.

Ainda na teoria de pertença, o outro sentido atribuído pelo autor, o geográfico, buscamos elementos para discutir o pertencimento ao local. Os depoimentos que seguem ilustram os pontos que queremos aprofundar:

Falar a verdade, eu não gosto daqui não, moro porque não tenho outro lugar pra ir, não pude ainda [...] fazer uma casinha lá no Rebouça pra me ir [...] Aqui eu me sinto um nada, porque o que eu tinha lá no Rebouça eu não tenho aqui, o que a gente tinha lá não tem aqui. Lá a gente vivia de camisa larga [tranqüilos] e aqui é tudo abafado, parece que ta num currá. Sinto um nada [...]. Meu lugar não é aqui, meu lugar é no Rebouça, é o lugar onde eu sinto feliz só no falar, só de conversar eu me sinto feliz de lá, aqui até a data, não to sentino nada, cada dia vai passano mais ruim vai ficano (**Grupo III, ent. 4**).

[...] eu me sinto uma pessoa desinvalida, porque não tem trabalho, as coisa é difícil, não tem dinheiro para comprar roupa suficiente, não tem como viver como as pessoa dos outro lugar [...]. Aqui não é meu lugar, eu nunca acostumei aqui, se eu pudesse eu voltava pra o mesmo local que eu morava, mas só que a gente fiquemo na pobreza, não temos como voltar pra o mesmo lugar, que o lugar não ajuda, lá a gente tinha nossa terra boa, fazia nosso prantio, criava uns bichinho [...], aqui nois tomo abandonado, aqui nois tomo que nem uns bicho, jogaram e viraram as costa (**GF IV, ent. 1**).

Nos depoimentos acima, os reassentados expressam, sem nenhum pudor, o sentimento de não pertença ao local. São relatos que desnudam os sentimentos da alma. Ao falarem como se sentem depois de todos esses anos morando no Núcleo, “um nada”, “desvalida”, expressam sentimentos de quem ‘tinha’ valor, tinha algo e perderam. Sem dúvidas, o processo de desenraizamento dessas pessoas deixou uma lacuna que ainda não foi preenchida.

Como os depoimentos mostram, ter deixado as suas terras custou muito caro, pois vinte anos depois do reassentamento, as dificuldades encontradas no novo contexto ainda não foram superadas. Os relatos demonstram a dificuldade em possuir um sentimento de pertença com um local onde lhes falta quase tudo, em oposição ao que eles possuíam e foram obrigados a deixar. Quando afirmam, “[...] aqui nois tomo abandonado, aqui nois tomo que nem uns bicho, jogaram e viraram as costa [...]”, essa comparação choca, principalmente, porque eles estão ali para se cumprir um projeto de desenvolvimento para o Vale do Paraguaçu, infelizmente, um desenvolvimento que deixou um ônus extremamente negativo para quem precisou deixar suas terras para que a Barragem Pedra do Cavalo fosse construída. Talvez, mais do que quaisquer outras pessoas, estas sabem o preço deste desenvolvimento.

A exclusão social a que foram submetidos reflete a ideologia individualista da cultura do capital que representa a pessoa humana como ser desenraizado de seu contexto, desconhecendo as relações que os tornam humanos, ignora o que não esteja relacionado aos seus interesses e bem-estar pessoal. Essa cultura institui nas pessoas a necessidade de relações artificiais de vida como a supervalorização do urbano, por exemplo (SÁ, 2005).

Unger (2001) salienta que a busca desenfreada do homem pelo desenvolvimento por meio do domínio da natureza, *sem considerar, muitas vezes, o próprio homem, ambos* (grifos nossos), passam a ser vistos como matéria-prima para atender as necessidades de alguns.

Consideramos, ainda, que o fato dos reassentados não se sentirem pertencentes àquele local, indica que eles possuem a consciência, ainda que tardia, do processo de exclusão a que foram destinados e, ainda, revela a recusa ao que lhes foi imposto.

No primeiro depoimento, a afirmação “[...] porque o que eu tinha lá no Rebouça eu não tenho aqui, o que a gente tinha lá não tem aqui [...]”, a complementação do “eu” para “a gente” reforça o sentimento de pertença ao grupo em que as carências e dificuldades individuais cedem lugar e passam a serem vistas sob o prisma do coletivo.

Ainda merecem ser destacados dois depoimentos divergentes que encontramos nos dados empíricos no que diz respeito à concepção que alguns dos reassentados possuem sobre o Núcleo:

[...] toda comunidade tem problema, tem coisas diferente, mais eu não quero ver ninguém falando, quereno esguinar [difamar] Fazenda Nova, eu quero que seja iluminado como todos os lugares; todo lugar tem um nome e aqui não pode passar [ser identificado] como Paraguaçu ou Maracanã [distrito e povoado, respectivamente, que ficam próximos ao Núcleo], aqui é Fazenda Nova, não concordo que Fazenda Nova pertença a Maracanã ou Paraguaçu, não, não, eu quero que minha comunidade que eu moro tenha nome iluminado [sorrindo] da mesma forma que os outro lugar e que todo mundo viva bem feliz (**Grupo II, ent. 3**).

[...] os povo ta indo tudo embora, ninguém não vai ficar por causa da fome, da água, a seca. Os povo pranta, o sol matando tudo. Às vezes uma pessoa pergunta ‘onde você mora?’ ou ‘você mora na Fazenda Nova? Logo naquele lugar, um lugar feio, esquisito, nada segue pra frente’. A gente tem até vergonha de falar do lugar onde a gente mora. Eu não sinto que esse lugar é meu (**GF IV, ent. 5**).

O primeiro depoimento demonstra o orgulho e a satisfação de morar no Núcleo Fazenda Nova, não admitindo que a sua comunidade seja confundida, afirmando, mediante uma (re) leitura do local, o sentimento de pertença no sentido geográfico. No entanto, o segundo demonstra vergonha de morar ali. E destaca, “[...] um lugar feio, esquisito, nada segue pra frente”. A (re) leitura que o entrevistado dá ao diálogo sugere a concepção contrária de como ela gostaria que o local fosse – bonito, onde coisas caminham e dão certo. Imaginamos que estes diferentes sentimentos conviverão ainda entre os moradores, pois cada

ator reage de forma diferenciada. Segundo Zauoal (2003, p. 29), “Para encontrar o sítio, ele combina, no mesmo tempo, vários mundos e múltiplas dimensões”. Acrescenta o autor:

Toda cidade ou qualquer localidade, apesar de uma identidade coletiva própria, contêm uma diversidade endógena de sítios cujas características decorrem do fato de pertencer a classes, grupos, redes, bairros, situações sociais, microculturas, religiões etc. A diversidade é sempre onipresente e infinita. Ao mesmo tempo é fonte de conflitos e de enriquecimento, mediante um adequado acompanhamento de seus menores recantos. Isso é o “novo caminho iluminado” (ZAUOAL 2003, p. 16).

Essa diversidade de sentimentos de pertença ao local pode ser explicada mediante o processo de desenraizamento que passaram. Simone Weil (2001) considera que o desenraizamento é a doença mais perigosa das sociedades modernas, podendo gerar nos sujeitos desenraizados uma inércia da alma, colocando-os numa atitude de letargia e desencantamento diante da realidade que estão inseridos. As contribuições de Weil, trazidas nestas palavras, ajudam a compreender a forma como percebemos essa diversidade de sentimentos na história dos reassentados do Núcleo Fazenda Nova.

O fato de não terem tido contato anterior entre si, nem terem vivenciado processo o de organização sociocomunitária, certamente foram determinantes para que os reassentados adotassem a postura pouco participativa na organização do Núcleo, delegando, como relatamos anteriormente, o poder a outras pessoas. Entretanto, os dados empíricos apontam que além desses determinantes históricos, o desenraizamento do local onde viviam e as condições socioambientais também contribuiriam na adoção de tal comportamento.

Ainda merece atenção o relato de um entrevistado que não foi reassentado junto com a população ribeirinha, mas mora no local há sete anos. Interessamos-nos em saber por que quis morar ali. Segundo ele, escolheu o Núcleo Fazenda Nova porque achou o local organizado, calmo e as pessoas boas para conviver. No seu depoimento, muitas vezes ele alegou que ainda não participava das atividades comunitárias porque a população não o convidava. Entretanto, na fala dele, quando se referia às questões de organização, atribuía aos outros moradores a responsabilidade do que não acontece o do que deverá acontecer para que mudanças ocorram.

Querem mais prosperidade aqui dentro, eles querem o negócio do rigramento [irrigação] aqui dentro; chegam o rigramento aqui, quem não foi embora tem como eles começar a prosperar e mostrar a comunidade, o reassentamento ao governo, ao sindicato que estão trabalhano. A única mudança foi a luz nos postes, embora não são em todos. Mas daí para cá eles



quetaram. Eles aqui, [...] pelo menos todo meis, se não tivesse reunião aqui dentro, eles ia no sindicato, reunião lá todo meis, mais eles espera o pessoal do sindicato vim cá [...] (**Grupo II, ent. 1**).

Esse é um outro aspecto a ser considerado, pois embora ele esteja morando lá, escolheu morar, no seu depoimento pudemos perceber que ele não possui o sentimento de pertença ao grupo, nem ao local.

O homem, pela sua capacidade de discernimento e consciência da temporalidade e historicidade, garante a possibilidade de herdar, incorporar, modificar, garantindo, pelas dimensões biológicas e pelo poder criador, participar e interagir sob os aspectos naturais e culturais com os seus pares. Desta forma, mediante sua interação no contexto em que está inserido, ele desencadeia um processo de enraizamento que traz no seu bojo as marcas da história compartilhada com seus pares (FREIRE, 1996).

Ao falar de enraizamento, Weil (2001, p. 43) ressalta que “Um ser humano tem raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos de futuro”.

Um dos vieses que encontramos nos dados empíricos e que gostaríamos de elucidar sob o prisma do pertencimento é a influência das dificuldades impostas pelo contexto no processo de enraizamento.

[...] é um lugar que não tem um trabalho, a chuva passou a roça perdeu, quem guenta sair, sai, vender seu dia de trabalho, porque pra ter o pão de cada dia aqui dentro não tem. Mandioca a gente plantava bastante, quando mudou pra qui, mas em tudo que a casa de farinha acabou, aí o prantio de mandioca também acabou, o povo foi se aborrecendo pegano as terra e vendeno, ninguém não tem nem mais onde prantar mandioca, e não tem a casa de farinha pra mexer a farinha, vai mexer onde? Vai prantar mandiooca pra mexer onde? Não tem. A chuva sempre farta. A vida daqui é sofrida, a gente vive aqui, mas a vida é sofrida (**Grupo II, ent. 2**).

O local que a gente morava lá na Fazenda Trapiá nós tínhamos o nosso rio perto, nós pescava não tinha tanta necessidade de passar tanta dificuldade, mas aqui o rio é tão longe e gasta uma hora de viagem pra ir e outra hora de vim e às vezes a gente vai lá e não encontra nada pra trazer pra nossos filhos comer [...]. Aqui é mais difícil a comida, não tem seviço, a água pelo menos, nós já sofremos aqui bastante porque de água [...]. Agora meu irmão, água sem comida, ninguém se sustenta. [...] eu recebo a bolsa escola, mas, a bolsa escola e o fome zero, mas esse dinheirim que recebe é todo na venda, antes de terminar o mês o dinheiro já acabou, o dono da venda diz “a sua conta já ta alta, você não tem mais como comprar”. E nós vai viver de quê? (**Grupo III, ent. 1**).

[...] o rio longe, onde nois morava era na beira do rio, nois tinha os nosso peixe, tinha a ila [ilha] do rio pra pranta quiabo; pescar peixe, camarão, Ave Maria, vivia no céu, nois vivia no céu, criava gado, criava porco; agora um pedacinho, roçou tudo, prantou tudo de capim, outos vendeu tudo, foi embora, viu que não dava pra viver (GF IV, ent. 2).

Os relatos acima confirmam as dificuldades que são enfrentadas pelos reassentados no processo de enraizamento, ficando, inclusive, difícil de imaginar o que isso representa para alguém que morava na beira do rio.

O conceito de enraizamento sugere, pois, que os indivíduos para atingir esse propósito precisam começar a se nutrir do que há no local, a cultura, as práticas sociais, os laços e vínculos estabelecidos como os seus pares, criando uma identidade. No âmbito de nosso estudo, o processo de enraizamento se deu a partir de um processo de desenraizamento violento, marcado pelo deslocamento de referências culturais, sociais e ambientais. Por isso, o novo enraizamento precisa de tempo para que o revigoramento se dê noutro lugar. Entretanto, nem sempre a árvore se adapta completamente ao novo ambiente, pois o solo e as outras condições podem não ser favoráveis para readquirir vigor.

Um aspecto mencionado no primeiro depoimento merece ser destacado. Às vezes, as dificuldades forçam os reassentados a deixar o Núcleo; vendendo os lotes, saem em busca de sobrevivência noutros municípios.



Figura 15: Lote posto a venda.

Entretanto, muitos deles não conseguem se inserir noutros contextos, por falta de qualificação profissional, dinheiro para comprar uma pequena propriedade rural numa região

de solo fértil e chuvas mais freqüentes. Resta como alternativa retornar, porém, não possuindo mais dinheiro para adquirir o lote completo (casa e alguns hectares de terra), compram apenas a casa e ficam sem terra para cultivar.

Gostaríamos de destacar, também, a forma como os reassentados experimentam o sentimento de pertença, pois os dados empíricos mostraram que o universo pesquisado, por meio das entrevistas individuais ou nos grupos focais, um pequeno número de pessoas, geralmente os mais idosos, se conforma com a situação imposta e declara se sentir pertencente ao local. Todavia, o discurso expressava uma falta de alternativa, justificando a imobilidade diante das dificuldades ou ainda a idade avançada em que se encontram. Entre os adultos, principalmente os que estavam politicamente envolvidos com o movimento de resistência, estes expressaram não gostar de estar ali numa atitude de recusa a situação que lhes foi imposta. Os jovens, por sua vez, disseram gostar, mas não pretendem continuar morando. Estes apontaram os aspectos positivos como a tranquilidade do local, o acesso à escola, a convivência entre eles, mas reconhecem também as dificuldades, falta de emprego principalmente, fato que tende a expulsá-los futuramente.

Por último, as perspectivas de futuro que eles vêem para o local parecem contribuir para nossa reflexão:

Aonde vai todo ano prantano e perdeno safra, não tem como a gente suspirar e dizer assim eu vou me mudar desse lugar para outro lugar melhor [...], eu continuo aqui e não perdeno a fé de Deus e não perdeno a boa esperança. Um dia se eu encontrar um lugar mais favoricido do que aqui, mais confortável, que dá pra eu sair, eu saio. Então, eu acho que o futuro é de onde tá pra menos, porque a família vai crescendo, um trabalho fixo os filho não têm e os filho crescendo, vai vivo de quê? (**Grupo II, ent. 2**).

As perspectivas futuras que os reassentados vêem para o Núcleo, infelizmente, não são otimistas. As difíceis condições de sobrevivência tornam o futuro dessas pessoas incerto. As estiagens freqüentes não têm propiciado tirar da terra o sustento da família. São os programas sociais do governo federal como Bolsa Família e da Previdência Social (aposentadorias, pensões e outros auxílios) a única forma de sobrevivência de muitos dos reassentados, por isso, eles sobrevivem privando-se do essencial.

O desejo de ir embora é uma marca no discurso de parte significativa dos reassentados, porém faltam-lhes condições objetivas para recomeçar a vida noutra lugar. Alguns deles chegam a vender tudo e vão embora, mas não conseguem inserção no mercado de trabalho e, então, retornam e o que é pior, não conseguem reconquistar o pouco que possuíam.

Entre os adolescentes e jovens que crescem vendo a labuta dos pais, a perspectiva não é diferente. “[...] futuro nenhum a gente vai encontrar pela frente, a gente não tem futuro aqui, o futuro da gente pode ter fora daqui, talvez, pois emprego ta difícil, se a gente sair e não achar, o que fazer? Tem que voltar pra cá e viver como pode” (**GF I, ent. 2**). “[...] meu futuro aqui é completar meus 18 anos, ir para um lugar para trabalhar. Pretendo voltar ajudar minha mãe, meus irmãos” (**GF I, ent. 1**). Nos depoimentos podemos perceber que a probabilidade deles continuarem ali é muito pequena, experimentarão cedo o desenraizamento.

Os antigos ribeirinhos agora são expulsos pela falta de condições de enfrentar as dificuldades socioambientais impostas, um deles assim relatou:

[...] se continuar do jeito que ta indo, um dia não vai ter ninguém morando aqui, porque ninguém quer morar num lugar que nem ta aqui, eu penso que se continuar desse jeito daqui a dez anos ninguém vai morar mais [...] muitas pessoa foram embora por causa da situação, porque senão ia piorar para eles e eles não estavam conseguindo mais, por isso foram embora (**GF IV, ent. 2**).

Sá (2005, p. 247-248) destaca:

A degradação socioambiental se traduz na perda dos saberes práticos que sustentam as relações de mútuo pertencimento entre o humano e o seu meio. O pescador perde o conhecimento rico e profundo do mar e a sua perícia; o caçador perde a arte estratégica e sutil de ler os indícios e vestígios, o agricultor perde a ligação com o planeta, o cosmos, o ecossistema.

Depois de ter experimentado o desenraizamento quando foram retirados de suas terras, os reassentados encontram dificuldades extremas de adaptação no novo contexto, desde as condições socioambientais até o desconhecimento de seus pares. Entretanto, vinte anos se passaram, vínculos afetivos foram criados dentro do grupo, driblando, cotidianamente, os obstáculos do sertão semi-árido, o coletivo tornou-se grupo, à comunidade foi instituída e o sentimento de pertença no sentido simbólico – ao grupo, a comunidade – hoje contribui na superação das barreiras encontradas. Quanto ao sentimento de pertencimento no sentido geográfico – ao local –, consideramos que este ainda não caracteriza os reassentados do Núcleo Fazenda Nova. A perspectiva de futuro apresentada por eles aponta que novos desenraizamentos irão acontecer, pois estão sendo expulsos mais uma vez, agora não porque “as águas” vão chegar, mas por falta dela.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS



Figura 16: Jogo de gude.

Eu me sinto feliz,  
porque o homem trabalha em qualquer lugar,  
agora não vou comparar que aqui é cuma qualquer região,  
[...] aqui é um município que é mais difícil da agente viver,  
porque produz pouco,  
mais o homem quando quer viver ele vive em qualquer lugar.

## 5.1 IDENTIFICAR E PERTENCER PARA PARTICIPAR

Ao término deste trabalho, após discussão e análise dos dados, trazemos aqui algumas considerações sobre as compreensões, interpretações e questionamentos que emergiram durante o estudo, para tanto, gostaríamos de nos reportar às questões que nortearam a pesquisa, assim como os objetivos, inicialmente traçados.

Partimos da inquietação de como os sentimentos de pertença e identidade com o grupo e com o local onde haviam sido reassentados estavam sendo enraizados e a relação desses sentimentos com o processo de organização sociocomunitária frente aos projetos coletivos. Para responder essas questões perseguimos alguns objetivos que traremos nas próximas linhas articulados com os caminhos percorridos e aproximações conclusivas que este estudo permitiu que chegássemos.

Inicialmente, pretendíamos analisar a constituição do processo histórico e a formação do Núcleo Fazenda Nova. No mergulho dessa construção foi possível conhecer através dos documentos consultados e das entrevistas realizadas as duas faces da trajetória de constituição e formação do Núcleo.

O confronto dessas informações permitiu considerar que embora a construção da Barragem Pedra do Cavalo tivesse previsto o aproveitamento dos recursos hídricos e naturais da bacia do rio Paraguaçu com o principal objetivo de fixar o homem no campo, diminuindo o êxodo rural para Salvador, outros objetivos sobrepujaram a esse, de forma que o desenvolvimento do Vale do Paraguaçu ainda não aconteceu. As famílias que foram retiradas de suas terras e destinadas ao Núcleo Fazenda Nova, por exemplo, vivem em situação inferior às que possuíam antes de serem reassentadas.

O processo de reassentamento, inicialmente não era previsto pela empresa responsável pela obra, a Desenvale. Posteriormente, esse direito foi conquistado pelo movimento de resistência liderado, principalmente, pelos STR's, MOC e a população atingida, e, contemplava o reassentamento nos municípios de origem dos atingidos, respeitando os vínculos sociais, culturais e familiares. Entretanto, famílias foram separadas e deslocadas para outros municípios, desconsiderando o sociograma realizado pelos técnicos da área social contratados pela própria empresa para contribuir no processo de desapropriação, relocação e reassentamento da população atingida.

No caso do Núcleo Fazenda Nova este representa, talvez as priores condições de adaptação para a população atingida e o que representou, conseqüentemente, o cenário onde

grandes atrocidades foram feitas para se cumprir as metas estipuladas pela empresa construtora. As famílias, desde o início, manifestaram o desejo de não serem reassentadas ali, no entanto, as estratégias de convencimento foram fortemente utilizadas. Mesmo contra a vontade dos futuros reassentados e do movimento de resistência, a terra foi comprada pela empresa e iniciada as obras de construção do Núcleo. Daí por diante era necessário convencê-los (os atingidos) a aceitarem a relocação. Para isso, pagaram indenizações das lavouras, beneficiaram indevidamente as lideranças que passaram a ser utilizadas no convencimento dos mais resistentes e, foi, ainda, assegurando um projeto de irrigação domiciliar para gerar trabalho para todas as famílias. O sonho da irrigação ainda é alimentado entre moradores do Núcleo, mesmo depois da CAR julgar o projeto inviável do ponto de vista econômico e dos equipamentos que ainda restavam terem sido retirados sob repressão militar. Depois de alguns anos no silêncio e no anonimato, a retirada dos equipamentos provocou a primeira manifestação coletiva da comunidade após o reassentamento, que num ato de coragem e de participação política tentaram impedir, mas a coação e a manipulação, mais uma vez, intimidaram os reassentados.

O governo do Estado garantiu através de suas secretarias e órgãos de gestão a sobrevivência das famílias reassentadas por meio da criação de condições que promovessem o desenvolvimento socioeconômico dos núcleos. Essas garantias limitaram-se ao essencial: os reassentados receberam lotes rurais com área média de 4,3 ha. dotada de casa padrão e cercado; abastecimento de água potável, que ainda hoje o serviço é precário; centro de serviços dotados de equipamentos comunitários, como posto de saúde, escola, igreja, praça, boxes para comércio, salão polivalente; áreas de lazer e outros. Os equipamentos comunitários merecem uma ressalva. O posto de saúde que passou alguns anos sem funcionamento, atualmente possui apenas atendimento médico uma vez a cada quinze dias, fruto da reivindicação da comunidade na ocasião da elaboração da *Agenda 21 Local*. A escola possui oferta de ensino, apenas da pré-escola à quarta série do ensino fundamental e foge significativamente de um processo educacional ajustado à realidade dos reassentados. Os boxes para comércio já não existem mais, o polivalente encontra-se abandonado e as áreas de lazer se restringem a um campo de futebol localizado no largo principal. Atualmente, os serviços de saúde e educação são oferecidos pelo município, mas sem nenhum acompanhamento especializado às necessidades apresentadas.

As condições de sobrevivência da população limitam-se às plantações de milho, feijão e fumo, principalmente, porém fortemente condicionadas pelas condições climáticas da região e pela péssima qualidade do solo.

Propomo-nos, também, a compreender as relações estabelecidas entre os moradores por meio da organização sociocomunitária. Esse objetivo serviu como pano de fundo para analisarmos as categorias participação, identidade e pertencimento.

Compreendo a participação como uma conquista e a capacidade de percepção do sujeito para agir coletivamente, consideramos que o processo de organização do Núcleo ainda é limitado e fortemente condicionado à assistência externa. Julgamos que as contribuições que o processo educacional realizado durante a intervenção institucional (Desenvale e CAR) trouxe para a organização sociocomunitária dos reassentados, limitou-se a processos de participação equivocados. Nas ações pontuais, os moradores participavam apenas na execução das propostas apresentadas pelos técnicos. A participação concedida foi apenas uma forma de legitimar a vontade do poder instituído, o que contribuiu para que fosse estabelecida uma relação de dependência ao poder representado e criasse um espaço de dominação para os que quisessem utilizar da comunidade para chegar às esferas do poder.

Precisamos considerar também que a fragilidade organizacional e a falta de experiência comunitária anterior foi um critério utilizado pela empresa na seleção das famílias que ali seriam reassentadas. Esse aspecto, somado também ao fato deles não se conhecerem, ajuda a compreender a dificuldade de construir espaços participativos e a passividade dos reassentados. Embora a associação de moradores tivesse sido criada, esta se deu num mecanismo de topo para a base. Eles desconheciam sua importância e, ainda hoje, sentem-se incapazes de assumir sua gestão.

As condições de pobreza material e pobreza política formam uma barreira que impede a comunidade expressar poder e intervir nos seus destinos, esse poder até aqui concedido e delegado a outros.

Outra consideração a ser feita é a ausência de liderança local para mobilizar os reassentados e criar espaços de diálogo para que projetos coletivos sejam produzidos e, mediante processos participativos de organização, reconstruam sonhos e perspectivas comuns que colaborem para fortalecer os vínculos entre seus pares e que contribua na conquista da autonomia para intervir na condução de suas histórias.

No que diz respeito à fragmentação da identidade enquanto ribeirinhos e a (re) construção como sertanejos do semi-árido, consideramos que, embora os reassentados tivessem encontrado fortes dificuldades de adaptação e também o fato deles não se conhecerem inicialmente, o enfrentamento coletivo dos percalços e a busca da sobrevivência contribuiu consideravelmente para que vínculos sociais fossem criados e gradativamente



normas de convivência fossem instituídas, de forma que o relacionamento entre as pessoas não representou nenhum obstáculo para que a construção de uma nova identidade social.

As manifestações culturais de suas comunidades de origem foram, gradativamente, introduzidas no novo contexto; entretanto, por falta de incentivo do poder público local e recursos financeiros dos próprios reassentados, algumas manifestações não têm acontecido.

Podemos afirmar que a comunidade iniciou um processo de construção da identidade social, pois os indivíduos se definem como membros do grupo, possuem crenças comuns e existe um grau de atividade desenvolvida e coordenada dentro do grupo. Infelizmente, essas atividades ainda não evoluíram para a organização sociocomunitária, mas eles se ajudam mutuamente em atividades de trabalho coletivo, a exemplo da colheita de milho e feijão, empacotamento do fumo, etc. Certamente, a comunidade precisa criar espaços de interlocução para fortalecer os vínculos do grupo e estabelecer metas comuns, fato que, conseqüentemente, fará surgir lideranças locais.

Foi necessário tempo para que os moradores do Núcleo Fazenda Nova assumissem a condição de reassentados de Pedra do Cavallo, fato que se deu por meio das dificuldades cotidianas enfrentadas coletivamente, o que permitiu a superação do desconhecimento inicial e o surgimento de afetos (capacidade de sermos diretamente afetados pelo outro), fatores que contribuíram significativamente na formação do grupo e na (re) construção da nova identidade social. Eles foram capazes de perceber que, não obstante as diferenças, para que o grupo e a comunidade fossem formados era necessário superá-las, traçar objetivos comuns, exigindo coesão, comunicação e cooperação dos seus membros.

Nossa última categoria de análise apareceu estreitamente atrelada às outras duas, participação e identidade, de forma que em nossa análise essas categorias se interconectam e se cruzam. Entretanto, para seguirmos a mesma linha discursiva traçada, traremos as considerações a partir da perspectiva adotada pelos teóricos (SÁ 2005; LESTINGE 2004; ZAOUAL 2003; WEIL 2001; UNGER 2001), que subsidiaram essa discussão. Por isso, concluímos que o sentimento de pertença sob o aspecto simbólico, subjetivo, como a adesão à cultura, ao grupo, esse sentimento nasceu entre os reassentados. Eles foram capazes de superar barreiras como o desconhecimento inicial e estabeleceram vínculos que os fazem sentir-se membros do grupo, da comunidade. Reconhecem que o maior problema do Núcleo não é o relacionamento entre as pessoas, mas o enfrentamento das adversidades ambientais e sociais.

No que diz respeito ao sentimento de pertença sob o aspecto territorial, geográfico, constatamos que os reassentados não se sentem pertencentes ao local. Expressaram nos relatos

elementos subjetivos da alma marcada pela perda e pela desilusão de algo que um dia lhes fizeram imaginar que o Núcleo Fazenda Nova se tornaria. O processo de desenraizamento que passaram, as terras férteis, o rio, a garantia de sobrevivência que antes possuíam, hoje os faz enfrentar sozinhos a péssima qualidade do solo, a distância do rio e a incerteza na colheita experimentada a cada plantação. Pensar o enraizamento, o pertencimento nestas condições ainda é um sonho distante.

Para alguns poucos moradores, principalmente aqueles que não possuíam suas terras e trabalhavam como meeiros, a transferência para o Núcleo Fazenda Nova representou a garantia de casa em qualidade superior às que possuíam e algumas tarefas de terra. Entre estes, embora reconheçam a situação de abandono e as dificuldades de adaptação e sobrevivência, o sentimento de pertença ao local aparece de forma positiva, defendem a identidade social do grupo e não gostam quando a comunidade é confundida ou desvalorizada pelas pessoas. No entanto, em parte consideravelmente significativa dos relatos, o sentimento de pertença voltado ao espaço territorial é expresso de forma negativa.

Vinte anos depois de reassentados, as dificuldades como falta de água, empobrecimento do solo, casa de farinha, são dificuldades que ainda não foram superadas. Os dados empíricos demonstraram que grupo foi instituído, ou seja, o coletivo de pessoas que foram transferidas hoje é uma comunidade alimentada pelos vínculos afetivos e sociais. O grupo, gradativamente, assumiu a nova identidade social – sertanejos do semi-árido –, sentem-se pertencentes a esse grupo, mas não se sentem pertencentes ao local. Nos depoimentos, destacaram que gostar e ter sentimento de pertença local tem se tornado cada vez mais difícil, pois as carências sociais impedem que isso aconteça.

Tentando concluir nossas reflexões acerca da identidade social e do sentimento de pertença e as implicações na participação no processo de organização sociocomunitária, consideramos que um dos elos dessa corrente – o pertencimento – ainda não se constituiu completamente, pois os reassentados, embora se sintam pertencentes ao grupo, não ocorre o mesmo com o local, e, conseqüentemente, a comunidade não consegue criar espaços participativos que desencadeiem projetos coletivos em busca de alternativas para a solução dos problemas encontrados.

Julgamos que uma nova intervenção socioeducacional seja necessária, dessa vez por meio do MAB, na tentativa de mediante a consciência do processo de exclusão a que foram submetidos e da formação do ator social, os reassentados possam ser estimulados na luta pela construção de um contexto politicamente organizado e socialmente sustentável.

## **REFERÊNCIAS**

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Francisco J. Batista.; VASCONCELOS, Tatiana Cristina. C.; COELHO, Jorge Artur A. P. M. Análise Psicossocial do Assentamento e seu Entorno. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, n. 17 (2), p. 233-242, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

ARROYO, Miguel G. Educação e exclusão da cidadania. In: BUFFA, Éster; ARROYO, Miguel G; NISELLA, Paulo. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 8. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BAHIA. Secretaria da Cultura e Turismo. Censo Cultural da Bahia. **Rafael Jambeiro**. Disponível em: <<http://www.sct.ba.gov.br>> Acesso em: 25 nov. 2006.

BAHIA. Secretaria de Planejamento / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Relatório sobre os Núcleos de Reassentamento de Pedra do Cavalo**, Salvador, abr. 1991.

BAHIA. Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Plano Operativo**, Salvador, jun. 1989.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu. **Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento**, Salvador, 10 abr. 1987.

BALTAZAR. Bernadete. Os Encontros e Desencontros da Militância e da Vida Cotidiana. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 20, n. 2, p. 183-190, maio – ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

BAQUERO, Marcello. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia Política**, n. 21. p. 83-108. nov. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 1977.

BAUMAN, Zygmunt. **A comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz. **O que é participação**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

BUARQUE, Chico; NASCIMENTO, Milton. Cio da terra. Intérprete: Chico Buarque. In: **Chico 50 anos: O cronista**. [S.I.]: Emi-Odeon Brasil, p. 1977. 1 CD (ca. 52 min). Faixa 3.

CARMO, Edinaldo Medeiros. Agenda 21 Local: uma construção num contexto de letramento. **Práxis Educacional**. n. 1, p. 259-269, nov. 2005.

CARMO, Edinaldo Medeiros. **Agenda 21 no Assentamento Fazenda Nova: uma construção participativa**. 2002, 101 f. Monografia (Especialização em Educação Ambiental para a Sustentabilidade) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, BA.

CASTELLS, Manuel. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. O poder da identidade. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002. v. 2.

CHEFE SEATTLE. Carta ao presidente dos EUA, em 1854, divulgada pela UNESCO em 1976. In: FARIA, A. A. da C. (Org.). **Encontros fortuitos**. Reflexões sobre a natureza. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

COOMBS, Philip H. **A Crise Mundial da Educação**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CRUZ DAS ALMAS. **Relatório Técnico de Levantamento Produtivo Agropecuário**. nov. 1989.

DEMO, Pedro. **Participação é Conquista**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

DEMO, Pedro. Participação e avaliação – projetos de intervenção e ação. In: SORRENTINO, Marcos (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2001b.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1995.

FEIRA DE SANTANA. Câmara Municipal. **Documento ao Governador do Estado elaborado na Sessão Especial da Câmara de Vereadores de Feira de Santana**, abr. 1999.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GERMANI, Guiomar Inez. **Expropriados terra e água: o conflito de Itaipu**. Salvador: EDUFBA, 2003.

GERMANI, Guiomar Inez. **Cuestión agraria y asentamiento de población em el área rural: la nueva cara de la lucha por la tierra**. Bahia, Brasil (1964-1990). 1993. Tese (Doutorado em Geografia) – Facultat de Geografia e Historia, Universidad de Barcelona, Barcelona.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001a.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001b.

HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em Ciências Humanas**. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de Educadores Ambientais para Estudos do Meio e Pertencimento**. 2004. 247 f. Tese (Doutorado em Recursos Florestais) Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz / USP. Piracicaba, SP.

LEWIN, Kurt. **Teoria de Campo em Ciência Social**. São Paulo: Pioneira, 1965.

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. 9. ed. São Paulo: E.P.U., 2005.

MACEDO, Roberto Sidnei. **A Etnopesquisa Crítica e Multireferencial nas Ciências Humanas e na Educação**. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2004.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais e sociedades complexas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 2004.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.*, Métodos, técnicas e relações em triangulação. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves; SOUZA, Edinilsa Ramos (orgs.). **Avaliação por triangulação de métodos: Abordagem de Programas Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Dossiê: Ditadura contra as populações atingidas por barragens aumenta a pobreza do povo brasileiro. Brasília, DF, mar. 2004a. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>> Acesso em: 05 jul. 2004.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. Ditadura contra as populações de atingidos por barragens. **Cadernos de Formação**, Brasília, DF, n. 8, maio, 2004b.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. A organização do Movimento dos Atingidos por Barragens. **Cadernos de Formação**, Brasília, DF, n. 5, ago. 2004c.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. MAB: uma história de lutas, desafios e conquistas. **Cadernos de Formação**, Brasília, DF, n. 7, 2003.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. O que é o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB? Brasília, DF, mar. 2001. Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br>> Acesso em: 05 jul. 2004.

NARRADORES de Javé. Direção: Eliane Caffé. Produção: Vânia Catani. Roteiro: Luiz Alberto de Abreu e Eliane Caffé. Intérpretes: José Dumont, Matheus Nachtergaele, Gero Camilo, Nélon Dantas, Rui Resende, Nélon Xavier, Luci Pereira, Jorge Humberto e Santos. [S.l.]: Bananeira Filmes / Gullane Filmes / Laterit Productions, 2003. 1 videocassete (100 min), VHS, son., color.

PERUZZO, Cecília Maria Krohling. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

RIBEIRO, Marlene; FERRARO, Alceu R; VERONEZ, Luiz Fernando. Trabalho, educação e lazer: horizontes de cidadania possível. In: FERRARO, Alceu Ravello; RIBEIRO, Marlene (Org.). **Trabalho educação e lazer: construindo política publicas**. Pelotas: Educat, 2001.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SÁ, Lais Mourão. Pertencimento. In: FERRARO JÚNIOR, Luiz Antonio. **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Diretoria de Educação Ambiental, 2005.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SANTOS, José Geraldo Reis *et al.* **Pedra do Cavalo: organização sindical e protesto popular em áreas de barragem**. 1986. 50 f. Relatório (Prática de Pesquisa em Sociologia). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica - primeiras aproximações**. Campinas: Autores Associados, 1986.

SAWAIA, Bader Burihan. Participação social e subjetividade. In: SORRENTINO, Marcos (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2001.

SCHALLER, Jean-Jacques. Construir um viver junto na democracia renovada. **Educação e Pesquisa**, v. 28, n. 2, p. 147-164, jul./dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e participação. In: SORRENTINO, Marcos (Coord.). **Ambientalismo e participação na contemporaneidade**. São Paulo: EDUC / FAPESP, 2001.

SOARES, Magda Becker. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.



TASSARA, Eda Terezinha de Oliveira. **Avaliação de projetos sociais:** uma alternativa de inclusão? [Palestra apresentada no curso de Avaliação de Projetos Sociais: construção de indicadores. Promovido pelo Lab-Social]. São Paulo: julho de 2002.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa ação.** 10. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Atlas, 1987.

UNGER, Nancy Mangabeira. **Da foz à nascente:** o recado do rio. São Paulo: Cortez, 2001.

WEIL, Simone. **O Enraizamento.** Bauru, SP: EDUSC, 2001.

WIKIPÉDIA, Enciclopédia Livre. **Rafael Jambeiro.** Disponível em:  
<[http://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael\\_Jambeiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rafael_Jambeiro)> Acesso em: 25 nov. 2006.

VALLA, Victor Vincent. Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Cadernos de Saúde Pública.** n. 14 (Sup. 2), p. 7-18, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.com.br>> Acesso em: 16 mar. 2006.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e Diversidade Cultural.** São Paulo: Cortez, 2003.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PESQUISADORA RESPONSÁVEL: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> CELMA BORGES GOMES  
PESQUISADOR – COLABORADOR: EDINALDO MEDEIROS CARMO**

---

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – GRUPO 1  
(INFORMANTES-CHAVE)**

**Título: DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A INTERVENÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

**1 Dados de Identificação:**

Código do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Formação profissional: \_\_\_\_\_

Instituição que trabalhava na época do reassentamento: \_\_\_\_\_

**2 Roteiro temático:**

- ✓ Como você se envolveu com o processo de reassentamento das famílias que foram atingidas pela construção da Barragem Pedra do Cavalo?
- ✓ Como foi a sua participação?
- ✓ Fale um pouco sobre processo de constituição e formação dos núcleos de reassentamento.
- ✓ Sobre o Núcleo Fazenda Nova, no município de Rafael Jambeiro, você tem alguma coisa a dizer?
- ✓ Como as famílias reagiram ao processo de reassentamento?
- ✓ Como os assentados perceberam a participação de vocês?

- ✓ Houve conflito? Quais foram? Como foram resolvidos?
- ✓ Como foi a participação das famílias no processo de reassentamento?
- ✓ Houve algum tipo de apoio (incentivo) à organização sociocomunitária dos reassentados? Como se deu?
- ✓ Quais os sentimentos experimentados por você durante o processo?
- ✓ Deseja falar de algum aspecto que aqui não foi mencionado, alguma lembrança marcante...

**APÊNDICE B**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PESQUISADORA RESPONSÁVEL: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> CELMA BORGES GOMES  
PESQUISADOR – COLABORADOR: EDINALDO MEDEIROS CARMO**

---

**ROTEIRO PARA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – GRUPO 2 E 3  
(LIDERANÇAS LOCAIS E MORADORES DO ASSENTAMENTO)**

**Título: DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A INTERVENÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

**Dados de Identificação:**

Código do entrevistado: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

**1 Roteiro temático:**

**➤ Pertencimento**

- ✓ Fale um pouco sobre local onde você morava.
- ✓ Como foi deixar esse lugar e vir morar no Núcleo Fazenda Nova?
- ✓ Para você o que significa morar no Núcleo Fazenda Nova?
- ✓ Imaginemos a seguinte situação: Eu acabei de comprar uma casa (um lote) no Núcleo, porém estou com dúvidas se venho ou não morar aqui. Que conselho (opinião) você me daria?
- ✓ Você se sente membro desse grupo (comunidade)? Por quê?
- ✓ Como é seu relacionamento com os outros membros do grupo?
- ✓ Em algum momento aconteceu conflito dentro do grupo?
- ✓ Você já se sentiu discriminado ou rejeitado pelo grupo?

➤ **Identidade**

- ✓ Quais eram as festas populares que vocês tinham onde vocês moravam? Como era participar dessas festas?
- ✓ E aqui, quais são as festas populares? Você participa? Como se sente?
- ✓ Como é conviver aqui em comunidade com essas pessoas?
- ✓ Quais as formas de trabalho que vocês possuem aqui? Você gosta de trabalhar com elas?
- ✓ O que você tem em comum com o grupo, ou seja, o que aproxima vocês entre si?

➤ **Participação**

- ✓ Você participa de alguma atividade sociocomunitária (associação, sindicato, etc.)? Como se dá a sua participação? Como você gostaria que fosse? (caso não participe, saltar a próxima questão).
- ✓ Qual o seu objetivo em estar participando dessas atividades?
- ✓ Você acha que o envolvimento nas atividades sociocomunitárias traz alguma contribuição para o Núcleo? Por quê?
- ✓ *(Para os que não possuem nenhum envolvimento com as atividades sociocomunitárias)* O que impede você de participar dessas atividades?
- ✓ Quais as lutas e reivindicações da comunidade nesse momento? O que tem sido feito por elas?

➤ **Intervenção Educacional**

- ✓ Você acha que a intervenção educacional contribuiu para as pessoas se envolverem mais nos processos de organização sociocomunitária do Núcleo?
- ✓ O que aconteceu no Núcleo depois das intervenções educacionais?

- ✓ Como a comunidade resolve, hoje, os problemas comunitários do Núcleo?
- ✓ Hoje em dia como você se sente em morar aqui?
- ✓ Você sente que o Núcleo Fazenda Nova é o seu lugar?
- ✓ Em sua opinião, o que é necessário fazer para termos uma comunidade boa para se morar?
- ✓ Qual o futuro do Núcleo Fazenda Nova para você?

## APÊNDICE C

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PESQUISADORA RESPONSÁVEL: PROF<sup>a</sup> DR<sup>a</sup> CELMA BORGES GOMES  
PESQUISADOR – COLABORADOR: EDINALDO MEDEIROS CARMO

---

### ROTEIRO PARA ENTREVISTA GRUPO FOCAL

Título: **DE RIBEIRINHOS A SERTANEJOS DO SEMI-ÁRIDO: A INTERVENÇÃO SOCIOEDUCACIONAL NA TRAJETÓRIA DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS**

#### 1 Roteiro temático:

- ✓ Vocês gostam de morar no Núcleo Fazenda Nova? Por quê?
- ✓ Como é conviver em comunidade com essas pessoas?
- ✓ A comunidade possui alguma forma de organização sociocomunitária? Quais?
- ✓ Como elas funcionam?
- ✓ Elas têm resolvido os problemas coletivos do Núcleo?

#### ➤ Pertencimento

- ✓ Fale um pouco sobre o local onde você morava?
- ✓ Como foi deixar esse lugar e vir morar no Núcleo Fazenda Nova?
- ✓ Para você o que significa morar no Núcleo Fazenda Nova?
- ✓ Imaginemos a seguinte situação: Eu acabei de comprar uma casa (um lote) no Núcleo, porém estou com dúvidas se venho ou não morar aqui. Que conselho (opinião) você me daria?
- ✓ Você se sente membro desse grupo (comunidade)? Por quê?
- ✓ Como é o seu relacionamento com os outros membros do grupo?



- ✓ Em algum momento aconteceu conflito dentro do grupo?
- ✓ Você já se sentiu discriminado ou rejeitado pelo grupo?

➤ **Identidade**

- ✓ Quais eram as festas populares que vocês tinham onde vocês moravam? Como era participar destas festas?
- ✓ E aqui, quais são as festas populares? Você participa? Como se sente?
- ✓ Como é conviver aqui em comunidade com essas pessoas?
- ✓ Quais as formas de trabalho que vocês possuem aqui? Você gosta de trabalhar com elas?
- ✓ O que você tem em comum com o grupo, ou seja, o que aproxima vocês entre si?

➤ **Participação**

- ✓ Você participa de alguma atividade sociocomunitária (associação, sindicato, etc.)? Como se dá a sua participação? Como você gostaria que fosse? (caso não participe, saltar a próxima questão).
- ✓ Qual o seu objetivo em estar participando dessas atividades?
- ✓ Você acha que o envolvimento nas atividades sociocomunitárias traz alguma contribuição para o Núcleo? Por quê?
- ✓ *(Para os que não possuem nenhum envolvimento com as atividades sociocomunitárias)* O que impede você de participar dessas atividades?
- ✓ Quais as lutas e reivindicações da comunidade nesse momento? O que tem sido feito por elas?

➤ **Intervenção Educacional**

- ✓ Você acha que a intervenção educacional contribuiu para as pessoas se envolverem mais nos processos de organização sociocomunitária do Núcleo?
- ✓ O que aconteceu no Núcleo depois das intervenções educacionais?
- ✓ Como a comunidade resolve, hoje, os problemas comunitários do Núcleo?
- ✓ Hoje em dia, como você se sente em morar aqui?
- ✓ Você sente que o Núcleo Fazenda Nova é o seu lugar?
- ✓ Em sua opinião, o que é necessário fazer para termos uma comunidade boa para se morar?
- ✓ Qual o futuro do Núcleo Fazenda Nova para você?

## APÊNDICE D

### DIAGNÓSTICO SOCIOEDUCACIONAL

Lote nº      Situação do lote: ( ) Vendido ( ) Parcialmente vendido ( ) Adquirido no reassentamento ( ) Adquirido depois do reassentamento

Quantas pessoas moram na casa?

Quantidade por sexo ( ) Masculino ( ) Feminino

Nome do Informante:

Local de origem da família:

<b>Morador</b>	<b>Sexo</b>	<b>Idade</b>	<b>Estado Civil</b>	<b>Escolaridade</b>	<b>Parentesco<sup>7</sup></b>	<b>Atividade profissional</b>	<b>Atividade organizacional</b>	<b>Atividade religiosa</b>	<b>Obs</b>

---

<sup>7</sup> Em relação ao chefe da família.

**A N E X O S**

## ANEXO A



Figura 17: Vista de uma das ruas do Núcleo.



Figura 18: Crianças brincando no largo principal.



Figura 19: Alunos no intervalo das aulas.



Figura 20: Classe de Educação de Jovens e Adultos.



Figura 21: Utilidade dada às tubulações abandonadas no Núcleo.



Figura 22: Primeiros encontros com a comunidade – explicando a metodologia de trabalho.



Figura 23: Vista interna da Unidade de Saúde abandonada.



Figura 24: Vista externa da Unidade de Saúde recuperada.



Figura 25: Encontro com a comunidade.

**ANEXO B****LISTA DOS DOCUMENTOS ANALISADOS**

Cadernos de Formação n. 5 do Movimento de Atingidos por Barragens

Cadernos de Formação n. 7 do Movimento de Atingidos por Barragens

Cadernos de Formação n. 8 do Movimento de Atingidos por Barragens

Documento ao Governador do Estado elaborado na Sessão Especial da Câmara de Vereadores de Feira de Santana

Dossiê do Movimento de Atingidos por Barragens

Plano Operativo da Secretaria de Reforma Agrária e Irrigação / Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR)

Relatório Final da Comissão de Desapropriação, Relocação e Reassentamento

Relatório de Prática de Pesquisa em Sociologia

Relatório sobre os Núcleos de Reassentamento de Pedra do Cavalo

Relatório Técnico de Levantamento Produtivo Agropecuário